

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Andréa Gesteira**

**Corpos assentados, territórios em movimento:**  
vivências e trajetórias de mulheres do MST

**Juiz de Fora**

**2024**

**Andréa Gesteira**

**Corpos assentados, territórios em movimento:  
vivências e trajetórias de mulheres do MST**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, como requisito para obtenção de grau de Mestre na área de concentração “Cultura, Produções Simbólicas e Processos Sociais”.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elizabeth Pissolato

**Juiz de Fora  
2024**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gesteira, Andréa .

Corpos assentados, territórios em movimento : vivências e trajetórias de mulheres do MST / Andréa Gesteira. -- 2024.  
161 f.

Orientador: Elizabeth Pissolato

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2024.

1. Mulheres assentadas. 2. corpos-territórios. 3. Assentamento Denis Gonçalves. 4. territorialidades. 5. MST. I. Pissolato, Elizabeth, orient. II. Título.

**Andréa Gesteira Ramos**

**CORPOS ASSENTADOS, TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: VIVÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES DO MST**

Dissertação  
apresentada ao  
Programa de Pós-  
graduação em  
Ciências Sociais  
da Universidade  
Federal de Juiz de  
Fora como requisito  
parcial à obtenção do  
título de mestre em  
Ciências Sociais.  
Área de  
concentração:  
Cultura, Poder e  
Insituições.

Aprovada em 5 de dezembro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof(a) Dr(a) Elizabeth de Paula Pissolato - Orientador(a)**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof(a) Dr(a) Cristina Simões Bezerra**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof(a) Dr(a) Grazielle Cristina Dainese de Lima**  
Universidade Federal Fluminense

Juiz de Fora, 17/10/2024.



---

Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth de Paula Pissolato, Professor(a)**, em 09/12/2024, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Grazielle Cristina Dainese de Lima, Usuário Externo**, em 10/12/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Simoes Bezerra, Professor(a)**, em 20/01/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2046289** e o código CRC **8354E07A**.

---

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto da combinação de muitas sementes, de um semear cuidadoso, lento e intenso que contou com a participação de pessoas fundamentais na minha trajetória de vida e acadêmica, e sem as quais nada disso seria possível. Passo a passo, trilhamos caminhos e cultivamos possibilidades. A elas, nestas páginas, dedico meu carinho e reconhecimento.

À minha mãe, raiz que sustenta e nutre minha caminhada, quem me fez florescer em terras áridas com cuidado, amor e generosidade, fonte de acolhimento e inspiração, a quem devo muito do que me tornei e do que me tornarei, e a quem repito a frase jobiniana que, certa vez, foi escrita por ela em uma folha de papel quando, tomada por inseguranças, revelei a ela uma de minhas formas de amar. Mãe, “se todos fossem no mundo iguais a você, que maravilha viver”.

Ao meu filho, horizonte que trilha meus dias. Nem nos momentos mais inspiradores poderia imaginar que das minhas entranhas surgiria um homem tão sensível, afetuoso e brilhante. Fonte de aprendizado diário, você redimensionou todas as minhas noções de amor, luta e resistência. Que as sementes da liberdade, indignação e empatia continuem a guiar nossos passos.

Ao meu irmão Ricardo, companheiro de vidas, amigo confiante que me escolheu para dividir essa jornada, não poderia ter feito um trabalho melhor. Em meio à clausura de uma pandemia que parecia não ter fim, você me apontou a academia como o caminho de salvação, em um momento em que o caos abraçava minhas horas. Aliás, não foram poucas as vezes em que sua mão segurou a minha, dividindo alegrias e dificuldades e, assim, de mãos dadas, seguimos e seguiremos certos do amor que nos une.

À minha companheira Célia, que plantou borboletas coloridas no meu estômago e abriu as portas para um novo caminhar. Mulher admirável, competente, inteligente, honesta e íntegra, que, num samba miudinho, cadencia minha vida em doses diárias de felicidade, fazendo-me sentir, a todo instante, que o amor é revolucionário. Agradeço a você pela paciência, pelo acolhimento e incentivo, pelas horas debruçadas sobre meus textos com afincamento e empolgação, pelas discussões noite adentro, regadas a vinho e afeto. Em cada linha desta pesquisa, carrego um pouco de você e, com você, celebro mais esta vitória, entre tantas outras que virão. Hoje compartilhamos sonhos, lutas e dias. Juntas, seguimos plantando esperanças e semeando nosso futuro.

Às minhas amigas e amigos, presenças constantes e acolhedoras, que estiveram ao meu lado em cada passo. Vocês, com suas risadas, pitadas de loucura e sobriedade nas horas necessárias, afagos e palavras de apoio, foram luz nas minhas jornadas mais desafiadoras. A amizade de vocês é um refúgio, um espaço seguro onde posso sempre me reencontrar.

Às mulheres do GENI, que me abraçaram em tantas leituras e debates. Cada encontro foi um florescer de ideias e reflexões, um campo fértil para o pensamento crítico e a construção coletiva. Vocês semearam em mim novos olhares e horizontes, que transbordam nestas páginas.

À Elizabeth Pissolato, minha orientadora, pela liberdade e autonomia, por ter acreditado e confiado neste projeto. Obrigada.

Às mulheres-cactos do Assentamento Denis Gonçalves que caminharam ao meu lado nesta pesquisa, guardiãs de histórias, de resistências e de saberes. Vocês que, com suas palavras e silêncios, com seus gestos e lutas, ensinaram-me a enxergar a vida com outros olhos. Suas trajetórias são rios que correm por estas páginas, e o que construí aqui é também obra de vocês. Em cada palavra, em cada pensamento ecoam suas vozes, suas mãos que cultivam e suas forças que transformam. Por vocês e com vocês, meu mais profundo agradecimento.

## **Corpos assentados, territórios em movimento: vivências e trajetórias de mulheres do MST**

### **RESUMO**

Esta pesquisa explora os viveres de mulheres no Assentamento Denis Gonçalves, militantes do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), entrelaçando suas trajetórias de vida com os fios da resistência, da construção de subjetividades e da coletividade. Nos campos de luta e de terra, seus corpos se erguem como espaços de autonomia e (re)existência frente às múltiplas formas de opressão – coloniais, patriarcais e capitalistas – que atravessam suas jornadas. Este trabalho é um convite para adentrar o íntimo de suas histórias por tecer um diálogo entre os percursos pessoais e as lutas coletivas por justiça social, dignidade e soberania alimentar. Nas peles dessas mulheres, marcadas por processos de espoliação de corpos-territórios, brotam os protagonismos das suas próprias narrativas e agências políticas, subvertendo as formas de apagamento e invisibilização que tradicionalmente lhes foram impostas. Por meio de encontros e entrevistas em profundidade, a pesquisa revela como a luta pela terra transcende o simples acesso ao território geográfico, uma vez que se desdobra em uma luta pela vida, pela construção de novas territorialidades e pela reconfiguração das relações sociais no campo. Ao lançar luz sobre as redes de solidariedade e os projetos comunitários liderados pelas interlocutoras, o trabalho propõe uma reflexão crítica sobre a intersecção entre gênero, classe e território, e aponta para a importância de se repensar as dinâmicas de poder e produção no espaço rural brasileiro, a fim de ampliar os horizontes da compreensão sobre a luta agrária no Brasil e de destacar a centralidade dos corpos feminizados e seus saberes como sementes de transformação social, capazes de cultivar novas possibilidades de existência em espaços marcados pela desigualdade e pela exclusão.

**Palavras-chave:** Mulheres assentadas; corpos-territórios; MST; Assentamento Denis Gonçalves; territorialidades; luta pela terra.

## **Settled bodies, moving territories: Experiences and trajectories of women in the MST**

### **ABSTRACT**

This research explores the lives of women in the Denis Gonçalves Settlement, militants of the Landless Rural Workers' Movement (MST), weaving together their life trajectories with threads of resistance, the construction of subjectivities, and collectivity. In the fields of struggle and land, their bodies rise as spaces of autonomy and (re)existence in the face of multiple forms of oppression – colonial, patriarchal, and capitalist – that traverse their journeys. This work invites us to delve into the intimate details of their stories, creating a dialogue between personal paths and collective struggles for social justice, dignity, and food sovereignty. On the skin of these women, marked by processes of territorial and bodily dispossession, the protagonism of their own narratives and political agency emerge, subverting the forms of erasure and invisibility that have been traditionally imposed upon them. Through encounters and in-depth interviews, the research reveals how the fight for land transcends the mere access to geographical territory, unfolding into a fight for life, the creation of new territorialities, and the reconfiguration of social relations in the countryside. By shedding light on the networks of solidarity and the community projects led by these women, the work offers a critical reflection on the intersections of gender, class, and territory, pointing to the importance of rethinking the dynamics of power and production in rural Brazil. It broadens the understanding of agrarian struggles in the country, highlighting the centrality of feminized bodies and their knowledge as seeds of social transformation, capable of cultivating new possibilities of existence in spaces marked by inequality and exclusion.

**Keywords:** Settled Women; body-territories; MST; Denis Gonçalves Settlement; territorialities; land struggle.

## SUMÁRIO

1 Os primeiros passos: entre corpos, terra e memória.....	6
2 Pelas estradas de chão: os caminhos que me levaram ao Assentamento Denis Gonçalves ..	13
3 Das teorias ao campo.....	22
4 Arquiteturas cognitivo-espaciais dos corpos-territórios.....	26
5 Corpos-territórios e os entrelaces de vidas assentadas .....	33
5.1 vidas em curso no território assentado.....	34
5.1.1 Rosa da Noite, mulher de todas as lutas.....	34
5.1.2 Mandacaru, da enxada à caneta.....	38
5.1.3 Palma Doce, entre as grades invisíveis da igreja e do casamento .....	41
5.1.4 Rosa de Pedra, evangélica e curandeira, a mulher das medicinas.....	45
5.1.5 Flor de Maio e seu Barril caminham juntos .....	52
5.1.6 Xique-xique, diplomata “suicida de classe” .....	56
6 Caosgrafia da subalternidade.....	63
7 Caminhos de terra e colheitas de esperança: gritos silenciados e territórios em conflito .....	72
8 Além do latifúndio: mulheres-sementes e o eco das lutas campesinas .....	81
9 Onde a terra respira: das ruínas aos sonhos, jornadas do Assentamento Denis Gonçalves...99	
10 Os reencontros da terra: narrativas de luta e conciliação .....	108
11 Vozes do território: cultivando vidas e construindo identidades em solo sem terra .....	115
12 Mãos de mulheres: cultivando e estendendo os sentidos de educação, produção e solidariedade .....	125
13 Considerações finais sobre terras andantes: a colheita de esperanças.....	149
Referências bibliográficas .....	153

## 1 OS PRIMEIROS PASSOS: ENTRE CORPOS, TERRA E MEMÓRIA

É fundamental viver a própria existência como algo de unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro.

Eduardo Oliveira Miranda

Seguindo a lógica colonial-patriarcal-capitalista, há uma tendência, no senso comum, por internalizar a hierarquização de vidas e sujeitos a partir de escalonamentos classistas, generificados e racializados para determinar pessoas merecedoras de um olhar social e político protetivo e cuidadoso, em detrimento de vidas consideradas menos relevantes. Essa divisão que, para além das fronteiras nacionais, categoriza os povos da África, Ásia, América Latina e Mesoamérica como subdesenvolvidos ou subalternos, estabelece, também, classificações internas com base em estereótipos semelhantes.

No Assentamento Denis Gonçalves, as vidas socialmente lidas como “desimportantes” são marcadas por atores que carregam os mais diversos estigmas relacionados à pobreza, à baixa escolaridade, à racialização, à criminalização do movimento social do qual fazem parte – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No caso das mulheres, elas atuam simultaneamente com processos generificados de invalidação e apagamento de corpos, territórios e saberes.

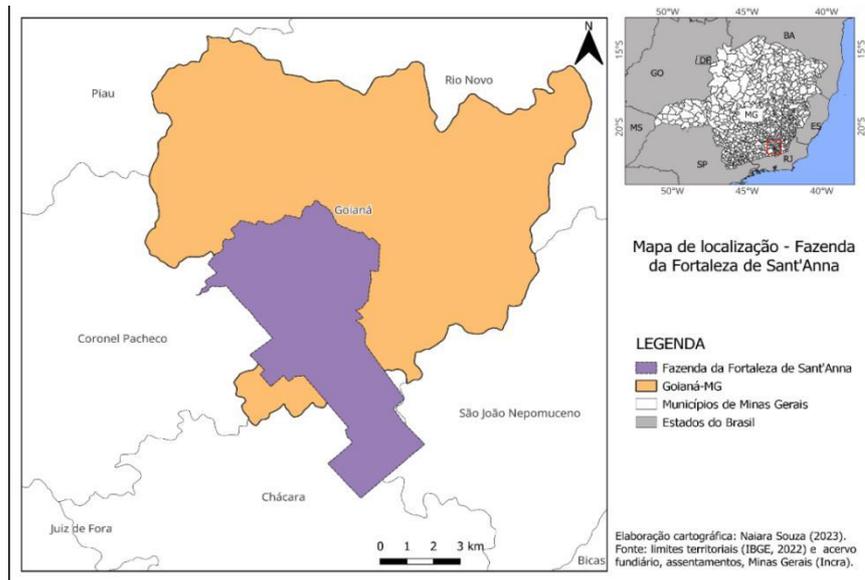
Entre as miudezas do dia a dia, as interlocutoras vivenciam processos nos quais buscam afirmar-se como sujeitas produtoras de conhecimento e agentes políticas de transformação, construindo narrativas próprias e saberes situados que redimensionam o trabalho produtivo e reprodutivo, remunerado e não remunerado - doméstico e de cuidados-, desafiando a dicotomia ocidental entre as esferas do público e do privado, do pessoal e do político.

Esses processos de apagamento e invalidação, enfrentados pelas mulheres no Assentamento, estão profundamente entrelaçados com a história de espoliação de corpos e territórios, o que reflete dinâmicas que vêm desde o período colonial. As interlocutoras, ao se afirmarem como agentes políticas, confrontam não apenas estigmas contemporâneos, mas também as heranças de um passado marcado pela substituição da mão de obra escravizada pelo trabalho explorado no sistema capitalista. Assim, suas lutas cotidianas reverberam no presente as continuidades e as rupturas que moldaram as transformações históricas do campesinato, o que amplia os sentidos de resistência no território.

Para desenvolver esta pesquisa, busquei pensar o campesinato<sup>1</sup>, com o olhar voltado mais especificamente para trabalhadores e trabalhadoras do Movimento Sem Terra, tendo em mente as correlações estabelecidas entre os processos de espoliação de corpos-territórios e as transformações sucessivas decorrentes da substituição da mão de obra colonial (escravizada) pela mão de obra utilizada no sistema de produção capitalista e dos reflexos dessas conjunturas históricas no território pesquisado.

Nesse intuito, estabeleci como campo empírico o Assentamento Denis Gonçalves (Mapa 1), situado na Mesorregião da Zona da Mata Mineira e Microrregião Homogênea de Juiz de Fora; 3/4 de sua área está concentrada no Município de Goianá e o restante faz divisa com os municípios de Chácara, Coronel Pacheco e São João Nepomuceno (Souza, 2019).

Mapa 1 – Localização geográfica da Fazenda da Fortaleza de Sant’Anna (2023)



Fonte: Naiara Souza (2023)

Definido o campo, passo a analisar as formas em que as opressões atravessam os corpos das mulheres com as quais mantive contato durante a pesquisa do Assentamento, em relação às práticas e à construção de subjetividades dentro de determinados espaços, trazendo um recorte histórico que tensiona a aparelhagem ideológica de herança colonial, de perpetuação das relações de poder e de invalidação dos aspectos materiais e imateriais de sujeitos e sujeitas que

<sup>1</sup> É necessário esclarecer que o campesinato é muito diverso em sua composição, abrangendo uma pluralidade de modos e organizações de vida e produção, sendo os/as trabalhadores/as sem-terra, analisados/as nesta pesquisa, apenas umas das categorias analíticas que compõem esse grupo.

compõem a massa de trabalhadoras, conjuntamente com a sua capacidade de regeneração, adaptação, coexistência e reconfiguração dos modos de vida e da produção no campo.

Trago, ainda, elementos fundantes que constituíram as bases das desigualdades sobre as quais repousam a Fazenda Fortaleza de Sant’Anna, hoje Assentamento Denis Gonçalves, para abordar os processos da colonização e da colonialidade e dos seus reflexos sobre as estruturas em que foram concebidos os movimentos corpo-territoriais daquele espaço, apontando a *produção monocultural* como marca expressiva da produção e reprodução social. Com isso, alerta para dimensões da monocultura que englobam tanto a imposição do tipo de cultivo para extrair do solo maior proveito econômico possível e concentrá-lo nas mãos de grandes proprietários de terra, quanto como um sistema que se impõe também sobre diversos aspectos não geográficos de construção de gênero, sexualidade, afetos, religião e cor, através de práticas universalizantes de cultivo, comportamentos e divisão sexual do trabalho, naturalizadas como únicas possíveis e aceitáveis dentro de determinado contexto social.

Quando me reporto à cor de pele, utilizo a dimensão de “mulheres de cor” em referência às mulheres subalternizadas, proposta como identidade que intersecciona outros marcadores além do racial, para abranger uma coalizão intercultural entre mulheres pretas, pardas e indígenas do Sul Global, protagonizadoras de movimentos de mulheres (Lugones, 2020). Com isso, procuro relacionar o projeto-mundo ocidental de apagamento e exclusão das diferenças, utilizado como estratégia de dominação colonial, com as configurações socioespaciais inviabilizadoras da presença feminina no espaço-tempo que reproduzem as desigualdades existentes, e como estes marcadores sociais – de gênero, raça, classe e território – constituem-se e são constitutivos por processos espaciais, políticos, econômicos, ambientais e culturais.

No momento seguinte, discuto os processos de construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), sua origem e seus métodos de organização no decorrer dos 40 anos de existência original, com o objetivo de refletir sobre sua contribuição ativa na luta pela Reforma Agrária Popular, pela autonomia e pela soberania alimentar, e contra a desigualdade social.

A partir daí, tendo como foco a ocupação pelo MST da Fazenda de Sant’Anna, em 2010, a intenção é compreender as formas de (re)ocupação e (re)constituição da comunidade que se estabeleceu na região, com destaque para os processos de articulação coletiva do MST, mais especificamente das mulheres do movimento, com ex-colonos/as<sup>2</sup> da fazenda. Por meio de

---

<sup>2</sup> Nome dado pelos militantes do MST aos/às trabalhadores/as rurais da Fazenda Fortaleza de Sant’Anna que ali permaneceram e presenciaram a chegada do MST durante a ocupação e que hoje integram o Movimento, após o abandono das terras pelos antigos proprietários.

relatos individualizados de mulheres do Assentamento – tanto as que vieram com o MST quanto as que já residiam no local –, busco analisar olhares e percepções singulares da vida no campo e como essas singularidades tecem projetos comunitários de convivência, resistência e circulação de experiências e saberes, com base nos processos históricos de colonialidade e estruturação institucional da desigualdade, conjuntamente com o de movimentos sociais camponeses de luta e resistência para construção de novas perspectivas e projetos de rupturas disfuncionais do capital (Segato, 2021).

Ao trabalhar aspectos da ótica colonial, chamo atenção para como o corpo das mulheres do campo foi cartografado de forma simplista, universalizante e essencializadora, no sentido de delimitar fluxos e imprimir tipos de atividades, espaços de fixação e permanência, sob critérios sexistas e raciais que violentam esses corpos e relegam essas existências ao âmbito do desvalor, seja em relação às tarefas que realizam dentro de casa, nas hortas e nos cuidados com os seus, seja em relação à produção de conhecimento. Trata-se, no mais das vezes, de discursos biologizantes focados na procriação, que atribuem às mulheres atividades e responsabilidades em nome do instinto materno e da natureza, barrando ou dificultando o acesso, entre outros direitos, à educação formal e à participação política. Enquanto corpos que gestam, são controlados em sua capacidade, como se fossem máquinas de reprodução de mão de obra desprovidas de autonomia e facilmente “controláveis” (Federici, 2021; Collins, 2022; Gomes, 2019; Gonzalez, 2020).

Pretendo imergir na ideia de território desvinculada de um espaço geográfico fixo, com valor mercadológico de uso e produção capitalista (dimensão espacial das dinâmicas colonizadoras). Em diálogo com o movimento de mulheres do Assentamento, aciono aqui a categoria território expandindo-a, de maneira a refletir sobre os modos de experimentação de territorialidades e corporalidades, em intercâmbio permanente de subjetividades. Foco, portanto, em seu sentido simbólico, que abarca construções identitárias, produção de pedagogias próprias, circulação de saberes e valoração material e imaterial de suas existências – que podem ser lidas como ferramentas de transformação social.

No caso das trabalhadoras do Assentamento, a ideia (1) de pertencimento a um determinado espaço físico em constante reconfiguração, (2) de compartilhamento de experiências, (3) de identificação mútua com o viver e conviver no campo, com a terra e com os animais, (4) atravessadas pelo marcador social de gênero, produzem especificidades, sem, contudo, anularem as diferenças. Pelo contrário, conviver com as dissemelhanças é parte da construção do fazer coletivo não hierarquizado e não hierarquizante do corpo-território e do território-corpo.

Essa perspectiva é trazida nesta pesquisa pelas vozes das interlocutoras em diálogo com o arcabouço teórico de leituras decoloniais e comunitárias indígenas que utilizam o corpo-território como dimensões analíticas interseccionadas (Hernandez e Jiménez, 2023; Cabnal, 2010; Costa 2023; Miranda, 2020). É nessa linha que emerge o significado do corpo-território trabalhado pela perspectiva decolonial feminista, que entende o corpo como um lugar de disputa de poder contraposto pela resistência; um território em movimento, que transpassa a escala do físico e universal; um território coletivo como um corpo social e político (Hernandez e Jiménez, 2023) sobre o qual recaem as mais diversas formas de apropriação e exploração, mas onde se constroem, em contrapartida, ferramentas de resistência e reterritorialização.

Seguindo essa dimensão de corpo-território e território-corpo-social, abordo o fazer político de mulheres nos microespaços, constituídos a partir de vivências que produzem vínculos profundos com a terra, com o modo de existir no campo, produção de vida, ampliação de cuidados, construção de espaços de convivência e educação comunitária.

Sob esse viés, o corpo-território das interlocutoras se desdobra em dois aspectos distintos e indissociáveis. O primeiro seria o corpo-território individualizado, que busca libertar-se do confinamento patriarcal ao qual é submetido dentro dos núcleos familiares; um corpo que transita pelos microespaços, onde essa lógica funciona como uma engrenagem ideológica que impõe práticas, formas de trabalhar, de existir, de servir, de cuidar e de dispor do próprio corpo. O segundo seria o corpo-território coletivo, como um corpo social e político, que atua em conjunto com outros corpos feminizados pela ocupação e pela (re)construção dos espaços de poder, pelo reconhecimento e pela participação ativa na comunidade.

Nesta pesquisa, a opção pelo olhar central voltado às mulheres assentadas é por entender que, como reprodutoras da existência e do capital social do trabalho, ou seja, como mulheres fundamentais para a produção e sustentação da força de trabalho, garantindo a reprodução diária de trabalhadores/as e a produção do viver, sobre elas recaem explorações específicas operadas por um patriarcado plural e complexo, em conjunto com dinâmicas capitalistas que fazem com que enfrentem lutas multiformes e assumam dupla militância, dentro e fora das comunidades. Ao me referir às diversas formas de luta e atuações individuais e coletivas vivenciadas pelas mulheres, considero, de um lado, os enfrentamentos dentro das estruturas familiares, que impõem ao corpo feminino a normatividade de submissão e silenciamento, o acúmulo de tarefas e a divisão sexual do trabalho, que engloba o trabalho doméstico, de reprodução e cuidados; e, de outro, o enfrentamento externo e comunitário que, ao reproduzir as estruturas de dominação masculina, diminuem o valor do trabalho remunerado

realizado pela mulheres, silenciam sua atuação política, violentam seus corpos e restringem a capacidade de desenvolvimento e do fazer coletivo.

Debruço-me ainda sobre uma dimensão da análise do campo de pesquisa, na qual questiono a possibilidade de correlação entre a variação e a dinâmica da construção da coletividade, das subjetividades e das práticas do território-corpo, e a distribuição físico-espacial dos núcleos familiares, ou seja, a influência da forma de parcelamento dos lotes no Assentamento Denis Gonçalves sobre as dinâmicas coletivas. A maneira como o território foi distribuído entre as famílias parece exercer influência sobre as relações sociais de produção e de atuação, que podem ser mais ou menos coletivizadas a depender de como são divididos os espaços de convivência, de plantio e de sociabilidade.

No ofício de pesquisadora, devo reconhecer que, como todas as pesquisas, esta também tem suas potencialidades e suas limitações. Ao trazer para o primeiro plano as trajetórias, vivências e experiências de mulheres assentadas no Denis Gonçalves, a intenção é chamar a atenção para as maneiras como elas tecem sociabilidades, administram tensões, trocam saberes, dividem tarefas e responsabilidades e costuram laços de afeto e de ajuda mútua, sempre a partir de uma análise histórica e relacional do território e dos grupos. Isso, no entanto, não me permite propor conclusões generalistas – dadas a historicidade e a abrangência do território e das relações entre pessoas e grupos –, sob pena de reduzir a diversidade do Assentamento e a vivacidade dos/as habitantes-moradores/as.

A pesquisa de campo teve início em julho de 2022, após minha primeira visita ao Assentamento Denis Gonçalves. No total, foram 13 encontros espaçados, com sete interlocutoras e um interlocutor de gerações distintas. Duas delas são ex-colonas e a outra é filha de ex-colonos; as três são moradoras da Fazenda desde antes da ocupação e hoje integram o MST. As outras quatro mulheres chegaram com a ocupação ou pouco tempo depois, vindas de outros assentamentos, carregando uma trajetória de militância dentro do MST, e uma delas não mora no Assentamento, mas esteve na época do acampamento e hoje participa da militância institucional do MST, representando como coordenadora a região de Minas Gerais em nível nacional. A escolha dessas mulheres levou em consideração suas trajetórias de vida, a disponibilidade em participar da pesquisa e o protagonismo de cada uma dentro do Assentamento.

Além de encontros presenciais com as mulheres mencionadas, mantive contato remotamente com outras duas mulheres integrantes do MST que, coletivamente, idealizaram o Plantio Solidário e a COOPAC - cooperativa do assentamento voltada para produção de alimentos saudáveis, dos quais falarei no capítulo 12.

As entrevistas foram realizadas no decorrer de dois anos, entre julho de 2022 e maio de 2024, em visitas às suas casas, às festividades da fazenda e aos locais onde desenvolvem suas atividades laborais e de sociabilidade. As conversas foram registradas em caderno de campo e/ou em áudio com autorização das participantes.

Algumas das interlocutoras fizeram questão de ter a identidade preservada, enquanto outras solicitaram a sua divulgação. Para atender à exigência de quem prefere o anonimato, aliado à liberdade criativa que entendo ser possível neste momento, optei por adotar nomes fictícios de cactos, em referência às espécies de plantas originárias das Américas, presentes em todo o território brasileiro. De outro lado, em respeito às interlocutoras que preferem ter suas identidades reveladas, ao mencionar os nomes fictícios, revelarei, em nota de rodapé, seus nomes de registro, já mencionados nos agradecimentos.

A escolha por cactos para nomear as mulheres se deve ao fato de que essas espécies são conhecidas por sua diversidade e capacidade de adaptação a terrenos áridos e inóspitos, servindo, ainda, como fonte de armazenamento de água e alimento para preservação e (re)produção da vida. Além disso, quando reunidas, formam cercas-vivas que protegem os territórios de eventuais invasores. Os nomes das interlocutoras-cactos são utilizados como metáfora em homenagem às mulheres camponesas que espalham pela terra suas resistências espinhosas, nutrem-se material e simbolicamente, florescem, (re)constroem cenários e buscam proteção mútua por meio de ações conjuntas em defesa dos seus corpos-territórios e territórios-corpos. No mesmo sentido, por uma questão de coerência narrativa, os nomes dos companheiros, citados em trechos da pesquisa, também foram substituídos por espécies de cactos para preservar o anonimato de todas as pessoas envolvidas.

Nesse sentido, ao destacar histórias de vida de mulheres cujo trabalho foi e ainda é fundamental para tecer relações sociais de saberes, e para construir laços de sociabilidade, ofereço uma perspectiva crítica sobre as estruturas de poder e a importância de valorizar as experiências das mulheres, desafiando as narrativas dominantes e promovendo uma abordagem inclusiva e emancipatória ao envolver diretamente as participantes na produção de conhecimento, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática e permitindo que as mulheres do assentamento sejam agentes ativas na construção de suas próprias narrativas e soluções.

## **2 PELAS ESTRADAS DE CHÃO: OS CAMINHOS QUE ME LEVARAM AO ASSENTAMENTO DENIS GONÇALVES**

Foram muitos os caminhos que me trouxeram para esta pesquisa. Alguns estavam mais nitidamente delineados, porque traçados ao longo de uma trajetória profissional que me aproximou das ruralidades em diversos momentos da vida. Outros tantos foram revelados ao vasculhar lembranças que teceram minhas histórias de infância, vivamente memoradas no decorrer dos últimos dois anos, pelos cheiros, dedos de prosa, gostos, gestos, olhares e emoções durante minhas andanças pelo Assentamento Denis Gonçalves, meu campo empírico. Assim, meu envolvimento com a pesquisa e o processo de gestação da escrita, descritos a seguir, semeiam vivências e cultivam memórias que interagem constantemente com os universos particulares de mulheres que, ao se entrelaçarem, (re)criam formas de viver e conviver em comunidade.

O projeto de pesquisa originou-se após o contato com as disciplinas de Tópicos Especiais em Ciências Sociais I (2020), Tópicos Especiais em Antropologia VI (2020) e Tópicos Especiais em Sociologia I: Teoria Social e Gênero (2021), cursadas isoladamente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da UFJF, que me apresentaram referências literárias de teóricas feministas, como Lélia Gonzalez, Nílma Lino Gomes, Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, Patrícia Hill Collins, Silvia Federici e María Lugones. Após o contato com esse arcabouço teórico, elaborei uma proposta de projeto de pesquisa apresentada à banca de seleção do mestrado, no ano de 2022, inicialmente voltada para o estudo de mulheres pertencentes a comunidades quilombolas do Vale de Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais.

No primeiro diálogo de orientação com a Professora Elizabeth Pissolato, após o ingresso no PPGCSO, quando relatei minha trajetória pessoal e profissional marcada pela proximidade com trabalhadores/as rurais dos estados da Bahia, Rondônia e Amazonas, foi sugerida a alteração do projeto inicial, agora apontando no sentido de relacionar a pesquisa e a necessidade desta pesquisadora de pensar as relações de gênero vivenciadas, mais especificamente, pelas mulheres camponesas.

Ao mergulhar profundamente nas razões do meu interesse pessoal pela vida do campo, retomei um passado permeado de lembranças do interior da Paraíba, na cidade de Monteiro, onde passava longos períodos junto com minha avó e minhas tias-avós. Filha de uma mulher baiana, nascida em Itabuna, e de pai pernambucano, da cidade de Arco Verde, tive a infância dividida entre a Paraíba, onde nasceram meus avós paternos, e a Bahia. Vasculhando essas imagens, lembro das tardes sentada no colo de meu avô que, cheirando rapé, ouvia, por horas

seguidas, os repentistas que vinham a nossa casa alegrar os finais de semana. Esse avô foi o mesmo homem que, segundo as histórias que circulam na família, “arrancou” minha avó da roça, aos 14 anos, no lombo de um cavalo, para se tornar sua esposa. Com ela teve oito filhos, além dos cinco que já tinha com uma primeira mulher; minha avó criou todos eles.

Na cidade da minha avó, onde eu costumava passar as férias, o café, moído no pilão pelas mulheres, perfumava todas as manhãs. As casas eram geminadas com longos corredores e um único quintal compartilhado, onde brincávamos com as crianças vizinhas em meio a uma pequena plantação de algodão. Ali também havia um espaço onde os bodes eram pendurados de cabeça para baixo e sangravam em um balde que depois era utilizado na famosa “buchada”, um prato típico do sertão da Paraíba feito com sangue e vísceras cortadas em pequenos quadrados, que recheavam o próprio bucho do animal, costurado com uma linha grossa.

A água era pouca, chegava em carro-pipa uma vez por semana, o banho era frio e de bacia, e os dentes a gente escovava com casca de juá, uma planta amarga que fazia muita espuma na boca e que diziam que era melhor que creme dental. Havia um açude bem perto da casa, que estava sempre seco, com o chão dourado, rachado e tão duro que não havia sequer lama. Durante as tardes, minha avó ralava milho por horas para fazer bolo, canjica e pamonha, sempre rodeada por suas irmãs. Não tenho lembranças das tarefas masculinas naquele ambiente e só me recordo dos homens na casa na hora das refeições. Era um lugar de mulheres que nunca foram à escola, que trabalhavam em conjunto nas tarefas de casa enquanto contavam histórias e falavam da vida alheia.

Anos depois, já profissionalmente como servidora pública federal, lotada inicialmente na Seção Judiciária da Bahia, revivi os contatos com a população rural, no início dos anos 2000, por meio da participação em equipes de servidores/as temporariamente deslocados/as para municípios do sertão baiano. Fazíamos parte de Juizados Especiais Federais Itinerantes, compostos com a finalidade de promover o acesso ao judiciário para populações rurais, carentes de benefícios previdenciários como aposentadoria especial (trabalhadores e trabalhadoras na atividade rural e pesqueira), auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, salário-maternidade e benefícios assistenciais de prestação continuada, disciplinados pela Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS).<sup>3</sup>

Nessa oportunidade, conheci uma realidade de trabalhadores/as rurais muito distinta da que permeava o imaginário pessoal, na qual a ausência de condições mínimas de existência

---

<sup>3</sup> Esta Lei nº 8.742 de 07.12.1993, em seu art. 20, garante a concessão de um salário-mínimo mensal a pessoas com deficiência e idosos a partir de 65 anos em comprovada situação de vulnerabilidade social e econômica, sem a necessidade de prévia contribuição previdenciária.

legitimava, antes de mais nada, a luta diária pela sobrevivência. As equipes chegavam nas cidades em caminhões equipados com computadores, impressoras e acesso à internet, que permaneciam estacionados próximos a centros educacionais, onde eram montadas as estruturas para receber as trabalhadoras e trabalhadores por alguns dias, que variavam a depender da estimativa prévia de atendimentos.

O volume de trabalhadoras/es assistidas/os era sempre superior à estrutura e à capacidade de atendimento. Eles/elas chegavam no dia anterior ao início dos trabalhos, em ônibus fretados pelos sindicatos rurais ou cedidos pelas prefeituras, e permaneciam em filas durante todo o período de permanência das equipes nas cidades. Isso ocorria porque as Seções Judiciárias tinham sede apenas nas capitais, o que inviabilizava o deslocamento dos jurisdicionados que, por via de consequência, tinham os direitos assistenciais e previdenciários restritos ou cerceados. Para esses deslocamentos, percorriam grandes distâncias, com pouquíssimos recursos financeiros, sendo necessário contar com o auxílio material dos próprios/as servidores/as para arcar com as despesas mínimas necessárias à alimentação.

A heterogeneidade entre os/as assistidos/as era um ponto de destaque. No campo, diferentemente dos centros urbanos, famílias inteiras, compostas por crianças, mulheres, idosos, unidos pelo vínculo com a terra, trabalhavam juntos e compartilhavam conjunturas muito semelhantes de escassez e miserabilidade, decorrentes, entre outros fatores, da ausência de condições adequadas para o plantio, como sistemas de irrigação, adubo, insumos e maquinário.

Nesse período, algumas cenas me marcaram profundamente, como quando, ao final de um dia de trabalho, chegou até mim um agente da Polícia Federal carregando uma criança de aproximadamente cinco anos de idade, com um quadro de desnutrição tão severo a ponto de não conseguir andar. Esse tipo de cena fez com que eu e muitas outras pessoas da equipe estendêssemos o expediente, previsto para iniciar às 8 horas e se encerrar às 18 horas, até o limite da exaustão, no intuito de não prolongar a permanência das pessoas naquela situação de penúria.

Outra situação bastante peculiar estava associada ao direito das mulheres trabalhadoras rurais que pleiteavam a obtenção de aposentadoria, auxílio-doença ou salário maternidade rural. Os requisitos legais de início de prova material (documental) e contagem do tempo de atividade no campo afetavam as mulheres de forma distinta. Isso porque, como os benefícios previdenciários destinados à população do campo prescindem de contraprestação individual de contribuições previdenciárias, diferentemente do que ocorre com os trabalhadores e trabalhadores celetistas (regidos pela CLT), para a obtenção dos benefícios, exige-se a comprovação do vínculo com a atividade rural por outros meios, como a sindicalização (filiação

ao sindicato de trabalhadores rurais) e o registro da terra em nome próprio ou dos pais, corroborados, necessariamente, com as provas testemunhais. Tais condicionantes dificultavam a comprovação da atividade campesina pelas trabalhadoras mulheres, seja porque a sindicalização era muito mais recorrente entre os homens, seja porque nos registros de terra constavam sempre um nome masculino. Do mesmo modo, aos olhos legalistas do judiciário, as testemunhas trazidas pelos homens eram mais contundentes, já que as atividades exercidas pelas mulheres, muitas vezes, restringiam-se ao lote de terra pertencente à família, onde elas podiam cultivar uma pequena horta, sem prejuízo da manutenção concomitante dos trabalhos domésticos e de cuidados com os filhos, distanciando-as dos lotes vizinhos, o que promovia isolamento geográfico, comprometendo, também, a socialização com outras famílias que poderiam testemunhar a sua condição.

Já os homens percorriam distâncias maiores para trabalhar e trocavam diárias em outros pedaços de terra, atividade que consistia em trabalhar um dia na terra de alguém que, em câmbio, trabalharia na sua própria terra pelo mesmo período, de modo que o número de trabalhadores homens que se conhecia e que atestava mutuamente o exercício da atividade rural era significativamente mais elevado. Tais condições me alertaram para uma situação na qual a igualdade formal de tratamento de gênero, prevista na legislação, que amparava trabalhadores/as rurais e desatenta às assimetrias presentes entre homens e mulheres do campo, promovia desigualdade material de tratamento com forte marcador de gênero.

Essa injustiça material praticada pelo Estado foi presenciada, também, em relação às mulheres mais jovens, que pretendiam a obtenção de salário maternidade rural e, que, além das provas documentais e testemunhais mencionadas anteriormente, precisavam comprovar a permanência ininterrupta na atividade campesina, apesar da pouca idade. Tal requisito contrastava com a realidade do campo, onde, em tempos de “estiagem”, as mulheres intercalavam o trabalho na lavoura com o trabalho informal nos pequenos centros urbanos, como diaristas, babás e empregadas domésticas o que, muitas vezes, era entendido pelo Judiciário como uma descaracterização do vínculo de trabalho estritamente rural, imposto a elas como condicionante para obtenção do benefício.

Após a interiorização do acesso à justiça, com a criação de Varas Federais no interior do Estado da Bahia, fui requisitada para trabalhar na Subseção Judiciária de Paulo Afonso, localizada no município de Paulo Afonso/BA, sertão baiano que faz fronteira com os estados de Sergipe e Alagoas. Lá permaneci por mais três anos (2010-2013) e pude identificar que a precariedade na zona rural, embora marcadamente presente entre homens e mulheres, atingia estas últimas com mais contundência.

Em 2014, requisitada para trabalhar em Manaus/AM, onde permaneci por um ano, pude participar de um projeto itinerante de Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal em parceria com a Justiça Estadual, Ministério Público Federal e Procuradoria Federal nas comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, em Rondônia. Esse trabalho, com duração de nove dias, foi realizado por uma equipe de 20 pessoas, dentro de um barco de dois andares. No primeiro andar, foi montada a estrutura de atendimento e, no segundo, as redes para alojamento da equipe de trabalho. Durante esses dias, pude perceber que a escassez de alimentos e água potável parecia ser menos acentuada na região Norte do que no Nordeste do país, principalmente porque, na primeira, a atividade pesqueira era a principal fonte de renda e a fartura de peixe e caça era uma constante na região. Por outro lado, as semelhanças podiam ser medidas sob outros aspectos. Tanto na região do Alto Madeira (Rondônia) como nos municípios visitados no sertão baiano, fazia-se presente uma realidade de igual modo alarmante: a baixa escolarização, a precarização do acesso à saúde, o isolamento geográfico, medido pela distância entre o meio rural e os centros urbanos, e a composição da força de trabalho, mantida coletivamente na estrutura familiar, aliados à iniciação precoce<sup>4</sup> ao trabalho, que incluía crianças a partir de seis anos de idade, aproximadamente. Esclareço, de antemão, que o trabalho infantil será tensionado a partir dos reflexos sobre as desigualdades sociais presentes na realidade de muitas famílias camponesas que afastam crianças da escola para compor a força de trabalho necessária ao sustento dos núcleos familiares.

Em particular, duas situações me chamaram atenção nessas realidades. A primeira foi a incompatibilidade jurídica entre as leis que objetivavam proteger crianças e adolescentes com a vedação do trabalho antes de 14 anos, o que destoava por completo das relações que se estabeleciam no campo. A segunda foi a ausência de disciplina legal, ou de norma regulamentadora, que abarcasse situações concretas nas quais essas relações trabalhistas e familiares se faziam presentes, o que gerava a desproteção dos sujeitos sob a justificativa de proteção hipotética e cumprimento da lei.

A título exemplificativo, recorro a uma situação em que uma criança de nove anos despencou de um açazeiro enquanto trabalhava na colheita de açaí e, em decorrência da queda, sofreu uma lesão incapacitante irreversível. Por essa razão, a família socorreu ao judiciário requerendo a aposentadoria da criança por invalidez ou, alternativamente, a obtenção do benefício de auxílio-doença (de caráter provisório). Ora, se o Estado veda o trabalho infantil,

---

<sup>4</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 60, estabelece a proibição de qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

por consequência lógica, a lei previdenciária não reconhece como trabalhador o menor de 14 anos. Por tais razões, aplicar ao caso concreto a legislação que proíbe a criança de trabalhar obstaculizaria a proteção jurídica àquela criança que, de fato, exercia atividade laboral no momento do acidente, além de desfalcar a força de trabalho da família, que contava com a participação de todos os membros.

Nesse caso específico, inimaginado pelo legislador, a aplicação da legislação em vigor resultaria na negativa do benefício pleiteado e, por via de consequência, apartar-se-ia da natureza protecionista para a qual a norma foi criada, ou seja, de priorizar, acima de qualquer coisa, a vida, a dignidade e a saúde da criança e do adolescente<sup>5</sup>.

Do mesmo modo, deparei-me com meninas-mães menores de 13 anos, acompanhadas de seus filhos, que solicitavam a obtenção de salário maternidade. Apesar da legislação penal considerar estupro de vulnerável a prática de relações sexuais com menores de 14 anos, naquelas comunidades, essa situação não era entendida como anômala, e a maternidade entre adolescentes, assim como o trabalho infantil, eram naturalizados, de modo que o contraste entre realidades presentes e as normas de proteção abriam lacunas de desserviço e desassistência produtoras de desigualdades e injustiças sociais sem precedentes.

Sem negligenciar as categorias criança, adolescente, maternidade e trabalho infantil como constructos históricos e culturais, o sistema jurídico demarca critérios objetivos de determinados estágios da vida de pessoas, entre eles o etário, para estabelecer parâmetros abrangentes de proteção sobre os corpos mais vulneráveis, sem, contudo, ignorar outras realidades. Ou seja, o “espírito” da lei não consegue prever a pluralidade das situações fáticas e para isso disponibiliza outras ferramentas para aplicação do direito aos casos concretos. Para essas situações, a jurisprudência e a interpretação dos diplomas legais funcionam no sentido de preencher as lacunas que o texto legal não alcança.

Em ambos os exemplos mencionados, os benefícios previdenciários foram concedidos. No entanto, esclareço que o alcance dessas proteções legais atua da esfera subjetiva da aplicação do Direito e mediante prévia provocação do judiciário, o que, infelizmente, coloca à margem de seu resguardo muitas situações semelhantes que, seja em razão de entendimentos destoantes por parte dos operadores do direito, seja por falta de acesso ao judiciário, não proporcionam resposta jurídica satisfatória.

---

<sup>5</sup> Lê-se, no Estatuto da Criança e adolescente (ECA), em seu Art. 4º: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Embora minha aproximação dessas vivências tenha se dado em contexto profissional, ao passar por esses cenários de vidas precarizadas e desassistidas, o contato com as pessoas da roça me levou, de certa forma, para um lugar de memórias, cheiros, sensações e acolhimento. De alguma maneira, identifico-me com as linguagens, com o modo de vida, com a terra, com a forma de preparar os alimentos. Essa identificação foi percebida, mais precisamente, após o início da pesquisa de campo.

Mesmo antes de saber ao certo os rumos para os quais a pesquisa me levava, chegar pela primeira vez em um Assentamento, em um dia de festividades (ver capítulo 9), provocou meus sentidos para além do que o meu olhar alcançava, movimentou-me para um lugar de rupturas, de aprendizado, de sensações e de memórias que só se sente vivendo. Ao lidar com pessoas e situações no Assentamento, fui tomada por uma sensação de quietude, não no sentido de tranquilidade em relação às ideias, pelo contrário, pois entender um pouco mais sobre a vida das mulheres no campo sacudiu todas as estruturas antes consolidadas no meu imaginário. Mas, ao mesmo tempo, trouxe-me de volta a aquietação da alma, como se depois de cada visita ao Assentamento minhas energias fossem restauradas, resgatando-me para um lugar onde me sinto segura, acolhida pelas mulheres e fortalecida pela luta.

Contei até aqui um pouco das minhas histórias no intuito de contextualizar a minha aproximação com o Assentamento e, conseqüentemente, o processo de construção do meu problema de investigação. Muito embora tenha se iniciado sob a influência de vieses jurídicos/legalistas que acompanham minha formação, durante a pesquisa, direcionei minhas análises para o fazer político cotidiano nos microespaços, utilizado como ferramenta de ruptura de cercamentos físicos, morais e ideológicos de corpos-territórios, com destaque para a centralidade das políticas de resistência e de sobrevivência que remodelam os tecidos sociais e permitem a coexistência da multiplicidade de grupos e do reconhecimento das diversas identidades e vivências concretas que ocupam os espaços de ruralidade.

Após a mudança objetiva do projeto de pesquisa e da realização das primeiras visitas, optei por experimentar vivências, práticas e trajetórias de algumas mulheres do Assentamento e o recorte espacial foi motivado pelo potencial humano e histórico de uma comunidade plural, composta por pessoas de origens e trajetórias diversas que encontraram na luta por sobrevivência e por justiça social a razão de permanecerem reunidas.

Negociando com o tempo e com o distanciamento físico motivado por duas mudanças de cidade, primeiro em dezembro de 2021 para Belo Horizonte e, em agosto de 2023, para Goiânia, onde trabalho atualmente, tive que me adaptar a uma desgastante e dispendiosa rotina de idas e vindas, dividida entre o exercício da profissão e a pesquisa, entre a necessidade de

manter o “ganha pão” e o prazer desafiador de lidar com o campo pela primeira vez. Essas intercorrências modificaram minha pretensão inicial de permanecer por um tempo maior no Assentamento e reduziram meus encontros presenciais ao total de 13, que tiveram que ser intercalados com tantas outras conversas por telefone, videochamadas e gravações de áudios para que pudesse chegar ao resultado final apresentado nesta dissertação, composta de: (a) exposição de elementos introdutórios para discutir as bases históricas e sociais que estruturam as opressões sobre os corpos feminizados, em busca de correlacionar os processos de espoliação e expropriação de corpos e territórios com estudos sobre a colonização e colonialidade; (b) em seguida, compartilho um relato de minha trajetória pessoal como pesquisadora e os processos que me conduziram ao campo, para conectar memórias de vida e metodologias utilizadas que moldaram meus sentidos sobre a luta das mulheres no campo; (c) no terceiro capítulo, discuto arcabouços teóricos com centralidade nos feminismos decoloniais e comunitários, ao analisar os diálogos entre os referenciais teóricos e as lutas e resistências das mulheres no MST, destacando interações entre corpos e territórios como processos de (re)existência; d) no quarto capítulo, proponho uma análise que contrapõe categorias universais frequentemente atribuídas às mulheres camponesas com as realidades observadas no campo, com especial destaque à necessidade de olhar para os corpos dessas mulheres como territórios de resistência, fundados na solidariedade e no fazer coletivo; e) em seguida, abordo as trajetórias de mulheres do Assentamento Denis Gonçalves, apresentando as interlocutoras e algumas de suas experiências com centralidade nessas histórias de vida que valorizam a memória e a oralidade como fontes de produção de conhecimento e como expressão de processos contínuos de transformação social e política no campo; f) o sexto capítulo retrata a história do Assentamento Denis Gonçalves, mobilizando a luta pela terra como um contínuo de resistência contra um sistema histórico de exclusão e concentração de riquezas, baseado na expropriação, exploração e espoliação de corpos e territórios; g) o sétimo capítulo aborda os conflitos no campo de forma mais ampla, a luta pela reforma agrária e os desafios enfrentados pelas mulheres do MST em contextos de opressão histórica e desigualdade fundiária; h) no capítulo seguinte, reflito sobre a atuação das mulheres no MST e seus mecanismos de (re)estruturação dos espaços privados e coletivos a partir de práticas cotidianas transformadoras; i) no nono capítulo, trago a história de ocupação da Fazenda de Fortaleza de Sant’Anna ) - Assentamento Denis Gonçalves - mobilizando as tensões e os desafios iniciais juntamente com a capacidade de coletivização de interesses; j) no décimo capítulo, abordo processos de reterritorialização e reconfiguração das relações sociais, de subjetividades e dos espaços de atuação coletiva dos assentados e assentadas; k) em seguida, apresento alguns processos de construção identitária, produção de conhecimento e troca de

saberes a partir das experiência de mulheres assentadas; l) no penúltimo capítulo exploro três projetos comunitários coordenados e executados, predominantemente, por mulheres no Assentamento Denis Gonçalves - Escola Carlos Henrique Ribeiro dos Santos, COOPAC e Plantio Solidário e m) no último capítulo, concluo a dissertação ao trazer as considerações finais propondo algumas reflexões e impressões pessoais levantadas no decorrer da pesquisa.

A partir da observação de algumas formas de atuação de mulheres do assentamento e da participação delas nas mais diversas atividades coletivas, pude delinear o problema de pesquisa sintetizado na pergunta: como se constituem as interações cotidianas entre as mulheres do Assentamento Denis Gonçalves que fundamentam os processos organizacionais de construção de identidades individuais e coletivas em movimentos de luta, atravessados pelas diversas opressões de classe, raça, gênero e geolocalização?

Mais do que propor conclusões generalistas ou respostas “definitivas” para essa questão, a pesquisa propõe possibilidades e reflexões sobre trajetórias pessoais que os encontros com essas mulheres do Assentamento me sugeriram. Aproximando-me delas, participando de suas experiências, (re)visitando seus cotidianos, ouvindo suas histórias, seus anseios, suas expectativas e suas motivações individuais, procuro refletir sobre os processos de resistência e construção dos corpos em movimento e dos corpos coletivos, analisados sob a perspectiva feminista decolonial, antirracista e anticapitalista.

### 3 DAS TEORIAS AO CAMPO

Minha abordagem mergulha nos sentidos, nas lutas e resistências, na delicadeza, força e fragilidade, em uma profusão de universos particulares e coletivos que refletem os múltiplos significados dos viveres das mulheres assentadas. De um lado, tenho como fonte de inspiração um conjunto de pesquisas sobre as lutas das mulheres camponesas (Wolff et al, 2019; Fernandes et al, 2009; Conte, 2018; Muunarini et al, 2021) e dos feminismos decoloniais e comunitários (Vergès, 2019, Costa, Torres, Grosfoguel, 2018; Rosendo Oliveira, Carvalho, Kuhnen, 2019, Cabnal, 2010; Segato, 2013); de outro, as observações e as conversas, por meio de entrevistas realizadas em profundidade, com mulheres de origens e gerações distintas que vivem e trabalham no Assentamento Denis Gonçalves.

Quando iniciei a pesquisa de campo, meu olhar se voltou às lideranças, formas de organização e resistência camponesas das assentadas no Denis Gonçalves. Na minha visão incipiente, que hoje reconheço permeada de “verdades inventadas”, tentei encaixar os movimentos e os corpos em paradigmas teóricos que me constituíam. Carregada de vícios, sem entender direito o que me esperava, inconscientemente, procurava por uma obviedade que colocasse o viver das mulheres do campo nas minhas caixas teóricas e nas categorias analíticas predefinidas. Pensava na precariedade de corpos atravessados pelas opressões sexistas, classicistas e racistas, operando simultaneamente em contraponto às formas de resistência desses corpos. A diversidade, portanto, embora reconhecesse presente, caminhava no sentido de encontrar a universalização categórica das mulheres camponesas. Penso isso porque, embora percebesse a pluralidade, minha pretensão atuou de forma genérica e generificada na busca pelos pontos de convergência, como se quisesse contar uma história linear com início, meio e fim.

Embrenhar-me no campo de pesquisa, além de sacudir minha arquitetura cognitiva, modificou a minha escrita e meus sentidos, descolando-me dos lugares de conforto, ao mesmo tempo em que me trouxe a liberdade desconcertante de lidar com o inesperado e o desconhecido.

Esta pesquisa parte de uma descrição do local, buscando acompanhar nele as especificidades organizacionais do MST, situando-as no contexto histórico e mais amplo de formação do Movimento Social de Trabalhadores Sem Terra no Brasil, com enfoque detalhado nas desigualdades de gênero que atravessam a realidade das mulheres camponesas e suas organizações. Tal estratégia metodológica se justifica pela regionalização desses movimentos que diferenciam as microestruturas e fazem surgir especificidades locais que precisam ser levadas em consideração, para evitar a reprodução de uma universalização categórica-analítica

que enquadre as “mulheres trabalhadoras rurais brasileiras” como uma massa homogênea assujeitada.

Meu caminhar pelo assentamento me fez perceber que, para melhor interagir com as interlocutoras, seria necessário conversar sem roteirização rígida, de modo que os diálogos pudessem se dar de forma mais espontânea, como uma “contação” de histórias na primeira pessoa do singular. Pontualmente, direcionei as conversas aqui e ali no sentido de convergir com os interesses da pesquisa, evitando interferir nas narrativas. Muitas vezes, as conversas ocorreram com participação de outras/os vizinhos/as e familiares assentados/as, o que se tornou um padrão recorrente pela forma como essas partilhas aconteceram: dentro dos espaços familiares/domésticos e comunitários, que serão pormenorizados mais adiante.

Por circular nesses ambientes do cotidiano e da privacidade delas, as entrevistas foram se moldando em tom de bate-papo e contação de causos, sem desmerecer nenhuma narrativa, tampouco minhas preocupações e meus objetivos de pesquisa. Foram ouvidos relatos e histórias de nove mulheres assentadas de gerações e vivências distintas, além de um assentado, que se somaram aos registros fotográficos do campo, áudios e slides, cedidos por mais duas militantes do MST, que não conheci pessoalmente, embora tenham sido fundamentais para robustecer os estudos sobre três projetos do Assentamento apresentados no capítulo 12: a Escola Carlos Henrique Ribeiro dos Santos, a Cooperativa (COOPAC) e o Plantio Solidário.

Ao identificar pontos de convergência – ou seja, similitudes que as movimentam física e intelectualmente no sentido de desestruturar o discurso generalista –, e também compreender as diferenças que compõem a coletividade, fui conduzida para a análise dos movimentos criativos impulsionantes da interação dos corpos com a terra e da terra com os corpos que constroem projetos coletivos emancipatórios e contra hegemônicos.

Reconheço a inexistência de uma lógica que constitua, forme ou fundamente determinada organização desconsiderando subjetividades locais, e como cada pessoa e cada grupo lida e exercita sua resistência. Em outras palavras, ainda que partilhem um território comum e sejam atravessadas por sistemas de opressão de gênero, classe, raça e região, minhas interlocutoras, em suas singularidades, trazem suas bagagens de experiências individuais e familiares que possibilitam tecituras plurais na coletividade.

São todas mulheres da terra e aqui preciso dizer que essa identidade vai além da literalidade do exercício da agricultura familiar, porque são mulheres que reconfiguram o hermetismo categórico que separa o público do privado, pessoal do político e o conhecimento da prática. Seus corpos e viveres estão profundamente vinculados ao campo, à reforma agrária popular, à justiça social e a repensar maneiras alternativas de habitar o planeta. Como será visto,

a maioria lida diretamente com o plantio, sem que isso implique na ausência do fazer político, estamos falando de pessoas que militam dentro e fora de suas casas e que fazem parte do maior movimento social do mundo - MST.

O compartilhar de uma identidade ou de um símbolo cultural como o MST não deve nos conduzir a uma interpretação única. Ao trazer experiências individuais e coletivas dessas mulheres assentadas como elementos fundantes de identidades plurais, centralizo o experienciar como fonte produtora dos fenômenos sociais identitários em constante transformação. Colocando as experiências como existencialmente inclusivas e contínuas (Collins, 2022, p. 245), busco entender a formação dos corpos-territórios em um contexto de caminhos que avançam com seus indivíduos, constituindo-os e sendo constituídos mutuamente pelas vivências ao longo de suas trajetórias.

Para isso, desvencilho-me de uma postura meramente observadora/narrativa, que meu lugar de mulher situada, branca, nordestina, urbana e servidora pública de classe média poderia induzir, para, interpelada por rupturas de paradigmas, relativizar “certezas” e perspectivas refletidas nas cenas de alteridade que, ao mesmo tempo, diferenciam-nos e nos assemelham, afastam-nos e nos aproximam. Ciente da formação que me constitui enquanto sujeita, atravessada simultaneamente por identidades e pertencimentos, evito ao máximo operar ferramentas e categorias típicas de uma epistemologia dominante, que desde o “alto” – distante e, por isso mesmo, supostamente objetiva, imparcial e neutra – quer ver e analisar tudo e todos, sem se localizar, ou se localizando em lugar nenhum. Nas palavras de Donna Haraway, evitar o “truque mítico de deus de ver tudo de lugar nenhum” (Haraway, 1995, p. 19). Digo isso para esclarecer que a minha aproximação com o tema de pesquisa não pressupõe, portanto, imparcialidade ou isenção, ao revés, parte de uma afinidade teórico-política que me atravessa, orientada por interesses, valores e ideais que defendo, tanto com relação aos elementos constitutivos das desigualdades que permeiam as questões fundiárias no Brasil, quanto no que diz respeito aos abismos que circundam as hierarquizações de gênero e suas imbricações. É dessa perspectiva que parto. Nessa perspectiva, é desse saber e desse corpo localizados e explicitados que falo e entendo a objetividade neste trabalho.

Como recorte espacial, escolhi a antiga Fazenda de Fortaleza de Sant’Anna (1811), ocupada pelo MST em 25 de março de 2010, que hoje abriga cerca de 156 famílias em uma área de 4.683 hectares (v. mapa 1). É nesse lugar onde investigo como as mulheres assentadas constroem vias alternativas de validação de conhecimento e práticas comunitárias por meio de articulações, posicionamentos, atuações sociopolíticas, de resistências e enfrentamento de sistemas de opressão.

Para aprofundar essas análises, entendo necessária uma abordagem que pense conjuntamente os elementos constitutivos dos universos das interlocutoras e caminhe no sentido de desvelar um ecossistema político, econômico, cultural e social (Vergès, 2019). Desse modo, o olhar estará sempre atento a abarcar o emaranhado de opressões concretas e subjetivas que suturam as diversas formas de extrativismo, considerando os reflexos das estratégias de racialização, sexismo e geolocalização típicas do colonialismo que se protraem no tempo alimentando as assimetrias e as injustiças sociais contemporâneas.

#### 4 ARQUITETURAS COGNITIVO-ESPACIAIS DOS CORPOS-TERRITÓRIOS

Quando os olhos recaem sobre as mulheres camponesas, é fácil observar que o olhar da colonialidade as envolve nas sombras de exclusão, pobreza e marginalidade. Mas esses corpos carregam em si histórias profundas, raízes de resistência e lutas contra um sistema que insiste em aprisioná-las em estereótipos. São corpos-territórios, moldados pelo trabalho invisível, pelo cuidado silenciado, mas centrais na engrenagem da vida e da luta. Elas existem e resistem, firmes nos corpos, nas terras, nas trilhas e nas trincheiras da história.

Não me parece possível analisar políticas de exclusão e apagamento das mulheres camponesas sem travar um embate com a colonialidade, com as diversas formas de patriarcado, com o classismo e o capitalismo. Nesse sentido, pretendo, a partir de lentes antagônicas, estabelecer contrapontos entre as imagens socialmente atribuídas a estas pessoas, partindo do senso comum, para, então, ressignificar os olhares considerando as experiências presenciadas e sentidas no campo, por meio dos relatos trazidos na pesquisa, juntamente com a trajetória histórica dos movimentos de mulheres do MST.

Olhar para um corpo e relacioná-lo como pertencente a um determinado espaço geográfico e a uma classe social subalternizada e inculta faz parte do processo que estrutura os pensamentos vinculando-os às imagens preconcebidas e indissociáveis entre corpo e território. Ou seja, antes mesmo de saber quem são, a leitura enviesada dos corpos busca encaixá-los num lugar de pertencimento majoritariamente estigmatizado, sob formas de categorias pré-moldadas por uma arquitetura cognitiva ancorada em pilares colonialistas, generificados, classistas e racistas.

Em *A invenção das mulheres. Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, a renomada cientista social nigeriana, Oyèrónké Oyěwùmí (2021), a partir de seus estudos sobre as sociedades iorubás pré-coloniais, problematiza as ideias presentes em teorizações e publicações feministas da década de 1970 e 1980 que entendiam que “as categorias de gênero são universais e atemporais e estão presentes em todas as sociedades, em todos os tempos” (Oyěwùmí, 2021, p. 18). Questiona, portanto, se o “gênero é um princípio organizador fundamental em todas as sociedades”, interrogando a “categoria essencial e universal, ‘mulher’, que é caracterizada pela uniformidade social de seus membros” (Oyěwùmí, 2021, p. 18). Seu incômodo estava na ideia de que “a subordinação das mulheres é universal”, perspectiva desenvolvida e difundida em um momento em que a prática e a produção do conhecimento feministas se debruçavam contra discursos biologizantes que sintetizavam as mulheres como biologicamente imperfeitas e frágeis, governadas por paixões, emoções e

sentimentos, próximas do instinto e da natureza. Discursos que legitimavam a dominação e a opressão das mulheres ao *sistema patriarcal* contra o qual lutavam, ao mesmo tempo em que buscavam defini-lo e problematizá-lo teoricamente. Nessa toada, a disseminação do conceito *patriarcado*, principalmente na década de 1970, sustentava-se no argumento de que se tratava de um sistema de dominação masculina presente ao longo do tempo e mediante as culturas, implicando que, universalmente, as mulheres compartilhavam uma realidade separada dos homens, o que minimiza as diferenças que não fossem as sexuais, às quais conferiam absoluta primazia nas explicações das desigualdades e opressões. As discriminações vinculadas à classe e à raça não encontravam abrigo nessas formulações.

As críticas de Oyěwùmí se dirigiam ao pensamento feminista euro-(norte)americano centrado, que buscava universalizar a percepção ocidental de que os corpos sexuais e os significados a eles atribuídos como desiguais são sempre a base da organização social e da distribuição do poder em todas as culturas. Em outras palavras, mesmo se observados como construção cultural, os corpos, nessa visão feminista, também são lidos pela projeção do recurso ocidental à biologia segundo um modelo naturalizado da divisão dos corpos e dos papéis sociais. Oyěwùmí busca demonstrar que as sociedades iorubás pré-coloniais não se organizavam em função do gênero entendido pela configuração anatômica no que diz respeito a suas genitálias, já que nessas sociedades é a relação com o *status* de *antiguidade*, isto é, a *senioridade* que define a distribuição e as posições sociais de poder. Ao escrutinar um feminismo localizado espacial e temporalmente, Oyěwùmí vai concomitantemente tecendo críticas à lógica, à arquitetura cognitiva e à epistemologia do pensamento ocidental de modo geral e, em particular, às teorizações feministas inseridas nesse contexto e que o reproduzem irrefletidamente. O ancoramento no conceito de patriarcado para explicar a subordinação da “mulher”, como uma categoria universal e a-histórica, compromete uma análise mais sensível de outras realidades históricas e culturais e de outros marcadores sociais da diferença que não se assentam unicamente no gênero como categoria fundamental de distribuição e organização do poder.

Diferenças e hierarquias, portanto, estão consagradas nos corpos; e os corpos consagram as diferenças e a hierarquia. Assim, dualismos como natureza/cultura, público/privado e visível/invisível são variações sobre o tema dos corpos masculinos/femininos hierarquicamente ordenados, diferencialmente colocados em relação ao poder, e espacialmente distanciados um do outro (Oyěwùmí. p.38, 2021).

Como premissa inicial de sua tese, Oyěwùmí aponta que o Ocidente organiza sua lógica cultural em torno do sentido da visão como o mais importante para a compreensão dos

fenômenos sociais, ao utilizar, por exemplo, com frequência, termos como perspectiva, cosmovisão, visão de mundo, etc., identificando, por intermédio do olhar, as posições sociais destinadas a determinados tipos de corpos. A matriz desse pensamento compreende o conhecimento como sinônimo de iluminação; conhecer como ver; verdade como luz. Ou seja, a lógica cultural ocidental dá centralidade à razão como sinônimo de luz e conhecimento, herdeira do Iluminismo. Contrária à primazia do visual, a proposta de Oyěwùmí é a de substituir a ideia de cosmovisão pela de cosmopercepção, que consiste em uma leitura social mais abrangente de modo a compreender outros sentidos – olfato, audição, tato, paladar –, para além do que se enxerga em um campo de visão único. Ainda que igualmente apegado à visão como orientadora de analogias para a compreensão dos fenômenos sociais, Du Bois, em *As almas do Povo Negro*, refere-se a uma espécie de véu que impedia, e ainda impede, que os corpos subalternizados – em referência expressa ao povo negro – fossem vistos como realmente são, ou seja, para além do olhar ocidentalizado como expressão máxima de unificação pré-concebida das existências, que, impositivamente, impossibilitavam que esses mesmos corpos enxergassem a si próprios e ao mundo por suas próprias lentes (Du Bois, 2021).

A despeito da desvinculação crescente do caráter biológico/cultural como fator de definição de funções entre os sexos, as mulheres, ainda hoje carregam as pechas de que são “naturalmente” emotivas, sensíveis e dadas aos cuidados, menos capacitadas para desenvolver pensamentos críticos, científicos e racionais. Analisar o caráter relacional entre gênero, classe e raça é buscar entender a necessidade de manutenção posicional das mulheres como uma exigência velada do sistema capitalista, que precisa naturalizar esses lugares de modo a extrair das mulheres o trabalho gratuito ou quase gratuito de reprodução social, o que mantém a engrenagem do capital em pleno funcionamento.

Nos bastidores das estruturas de exploração tem alguém que prepara a comida, que limpa, lava, organiza, cuida das crianças, dos idosos e dos doentes, que satisfaz sexualmente os parceiros e que gesta outros seres que irão compor a massa de trabalhadores/as. Na atividade campesina, essa condição fica ainda mais demarcada em razão do tipo de trabalho executado pelas mulheres, que Federici (2021) classifica como trabalho “vivo”, não mecanizável, invisível às estruturas sociais de produção, porque, dissociado da ideia de trabalho remunerado, é absolutamente essencial à mão de obra masculina por servi-la em termos físicos, emocionais e sexuais. São vidas que reproduzem e proporcionam a produção e manutenção da força de trabalho e da vida, imprescindíveis à acumulação de capital, o que coloca a luta das mulheres como ponto central na luta anticapitalista, antirracista, anti-imperialista e antissexista.

Por entender que o processo de colonização e expansão capitalista é indissociável da exploração predatória dos recursos naturais, assim como é inconcebível pensar no esgotamento da natureza sem a simultânea apropriação de corpos femininos, força de trabalho e territórios, analiso a relacionalidade entre as opressões de classe, gênero, raça e geolocalização, e a invisibilização do trabalho feminino no campo no contexto histórico de desigualdade social e subordinação das mulheres do campo. Ao olhar para a heterogeneidade de vidas concretas em curso, o trabalho feminino se revela, também, como uma mobilização coletiva, responsável pela desconstrução das verdades universais abstratas, assujeitadas, brancas e hegemônicas.

Refletir sobre a luta pela terra e, conseqüentemente, pelo bem viver, que inclui emancipação e autonomia dentro de uma proposta não produtivista de transformação de territórios rurais (Reforma Agrária Popular), é tensionar enlaces entre as formas capitalistas de produção, patriarcado e colonialidade, que compõem a estrutura social brasileira. Pensar nesses aspectos me levou a entender que o avanço sobre o território e o monopólio das formas de produção agrícola necessariamente conduz à apropriação e espoliação de corpos precarizados. Por essa razão, o foco desta pesquisa recai sobre os corpos feminizados, que constituem a base de escalonamento maior de exploração e expropriação e seus modos de (re)existência.

Mas como pensar os corpos-territórios e os territórios-corpos para além dos valores mercadológicos? Debruço-me sobre esse dilema por entender que a dissociação entre corpo e território, imposta pela lógica do capital e da epistemologia ocidental, agregando-lhes um valor de mercado no qual a carne da mulher é, indiscutivelmente, a mais barata, é contraposta pelas políticas de resistência, pela aproximação da prática solidária, coletiva e ética dos cuidados responsáveis por confrontar a exploração, a monetarização da mão de obra e caminhar no sentido de destruir o controle dos homens sobre mulheres, de brancos sobre racializados e, por fim, do capital, juntamente com o Estado, sobre todos os corpos. Por isso, neste capítulo mobilizo a resistência e a solidariedade como categorias analíticas.

No Assentamento Denis Gonçalves, as redes de solidariedade são predominantemente mobilizadas pelas mulheres. A exemplo disso, posso citar o projeto educacional das duas unidades da Escola Carlos Henrique Ribeiro dos Santos, o Plantio Solidário, com a implementação das místicas, das cirandas e das cozinhas coletivas, a Criação da COOPAC, cooperativa do Assentamento que funciona no núcleo da Serra.

Essas iniciativas, que serão detalhadas no capítulo 12, são entendidas aqui como lugares de engajamento, politização, construção de saberes. São também formas de reconfigurar espaços comunitários de modo a ampliar a participação e produção nos mais diversos níveis da comunidade.

Por isso, os movimentos de mulheres no assentamento, aqui entendidos, não são considerados sob o aspecto identitário, de identidade feminista de trabalhadoras rurais assentadas, mas como uma rede de mulheres comprometidas com o que Butler (2023) chama de ampla solidariedade, por entender que a luta identitária se torna uma armadilha a partir do momento em que segrega, limita e divide hermeticamente as lutas. Ao passo que a solidariedade coloca movimentos de mulheres em um lugar de acolhimento e comunhão entre as tensões e que, por isso, não podem ser subjogados e elencados à secundariedade.

Collins (2022) aprofunda a ideia de solidariedade em duas dimensões quando analisa os movimentos de mulheres negras norte-americanas no período do Regime de Apartheid (1877-1965) com as chamadas Leis Jim Crow, que levaram à legalização do racismo antinegro e da segregação racial nos Estados Unidos. A primeira seria uma solidariedade rígida e desatenta às questões políticas que interessam às mulheres em específico, porque a solidariedade ocorria em relação à raça, ao povo negro de modo geral, em que está ausente a dimensão crítica de gênero; seria uma solidariedade da subserviência, porque apoiada em uma hierarquia de gênero intergeracional dominada pelos homens, fixando regras comportamentais e pautas morais sexistas, que, além de não abarcar os problemas sociais enfrentados pelas mulheres, por vezes, também os criavam. A segunda, mais abrangente, seria a solidariedade flexível, que não comporta uma obediência acrítica, fundada em princípios essencialistas. Sensível às desigualdades de gênero, a solidariedade flexível comunga com as questões enfrentadas por homens e mulheres em suas especificidades raciais, etárias e de classe, moldando ações sociais eficazes dentro das comunidades.

Assim como a solidariedade, os movimentos de resistência que precederam os movimentos sociais e foram fortalecidos por eles, (ver capítulo 8) têm se manifestado em diversas esferas da vida cotidiana, nos microespaços das casas, cozinhas e escolas. Essas práticas cotidianas de resistência revelam o corpo como um território e o território como um corpo social atravessados pela tapeçaria que envolve esses três pilares: capitalismo, patriarcado e colonialidade.

Nessa análise, aproximo o pensamento e o agir das mulheres do Assentamento Denis Gonçalves à perspectiva do pensar-sentir de Lorena Cabanal(2010), intelectual indígena maya-xinea, da Guatemala que, ao assumir a identidade política de feminista comunitária, propõe eixos analíticos a partir de seus relatos e historicidade indígena ancestral e valorização da produção oral, entendendo o feminismo comunitário autônomo como uma criação e recriação de pensamento político-ideológico feminista e cosmogônico, surgido para reinterpretar as

realidades da vida histórica e cotidiana das mulheres indígenas, como parte de um continuum de resistência, transgressão e epistemologias das mulheres nos espaços e temporalidades.

Cabnal, diferente do que propõe Oyèwùmí, defende a existência de dualidades ancestrais entre o seu povo, com referências aos elementos da natureza como Deus Sol e Mãe Terra entre tantos outros, baseados em critérios sexuais opostos entre os gêneros que situavam mulheres em relação aos homens como complementares, ao que ela nomeia de patriarcado originário. No entanto, as relações de opressão de gênero, fazendo referência à nomenclatura das feministas ocidentais, assumem o viés da perversidade ao se unirem ao racismo e ao capitalismo para ancorar opressões específicas sobre as mulheres, principalmente as indígenas, as mulheres do campo e as das florestas. Seguindo essa linha de pensamento, Cabnal analisa a colonização como uma penetração de um corpo sobre outro, uma espécie de violação coital que objetivou o domínio e a submissão completos de povos e alicerçou seus parâmetros de destruição, para, assim, defender que não é possível lutar pela terra, sem colocar na linha de frente a luta pelos corpos feminizados.

Essa resistência, que Cabnal chama de feminismo comunitário, não se limita à luta pela terra; ela é também uma luta pelos corpos, pela dignidade, pela vida plena. O corpo da mulher camponesa é o primeiro território a ser defendido, pois a luta por autonomia e equidade só se completa quando esse corpo-território é libertado das amarras que o colonializam.

Levando em consideração os escalonamentos da subalternidade, lutar pelo território-terra (luta de classes) sem considerar os territórios-corpos (luta pela equidade de gênero e raça) é incorrer em um erro elementar que dissocia categorias complementares e interdependentes, negligenciando elos fundamentais à existência da vida na Zona Rural.

Se expandirmos o conceito de território para abarcar corporeidade, entendendo o corpo das mulheres como o primeiro território espoliado, invadido e dominado, passaremos a compreender que a análise da luta pela terra está absolutamente amalgamada à luta pela liberdade, pela preservação da agricultura familiar, da saúde, do reconhecimento, da agência, da participação e da autonomia dessas mulheres nos setores públicos e privados. Por outro lado, analisando o território como um corpo social dinâmico, em constante transformação, lançaremos luz sobre as relações que constituem esse corpo social, território-corpo, atravessado por paisagens distintas, que abrigam uma efervescência de movimentos, manifestações culturais, memórias, práticas e conhecimento.

Inevitavelmente, ao olhar para os/as trabalhadores/as do MST, mais precisamente para as mulheres, os marcadores sociais das diferenças alertam para a maneira desproporcional de precarização e subalternização desses corpos. Neste sentido, procurei analisar o movimento de

mulheres assentadas a partir de pensadoras feministas que entendem a teoria e a prática como dimensões indissociáveis do conhecimento (Collins, 2019) já que todo o processo de colonialidade, continuidade da colonização, está pautado na abstração das práticas nativas e construção de um universal desumanizado, para embasar um arcabouço teórico lido como único possível que, mais do que designar as verdades, encobre e apaga todas as outras possibilidades de existência destoantes.

O processo de colonização deu início à desterritorialização não apenas dos espaços geográficos, mas, sobretudo, de arcabouços epistêmicos e modos de organização social dos povos colonizados. Ao falar de desterritorialização, refiro-me, portanto, à cooptação de existências, à usurpação das liberdades de ser, de permanecer e de circular, ao aprisionamento dos corpos nos modelos criados a partir de categorias hierarquizantes dos invasores europeus e sobre as quais foram construídos os atuais modelos sociais segmentados, escalonados e estruturantes da colonialidade.

Partindo desta lógica, filio-me às correntes feministas negras, decoloniais e comunitárias que utilizam o experienciar como ferramenta de resistência epistêmica para produzir conhecimento, buscando a interação contínua entre práticas e saberes que estruturam comportamentos individuais e coletivos, modificando a arquitetura cognitiva dos corpos e dos espaços em uma fusão de vivências comunitárias que acabam por produzir novas formas de vida e de (co)existência.

## 5 CORPOS-TERRITÓRIOS E OS ENTRELACES DE VIDAS ASSENTADAS

Quando eu me encontrava presa\*  
 Na cela de uma cadeia  
 Foi que eu vi pela primeira vez  
 As tais fotografias  
 Em que apareces inteira  
 Porém lá não estavas nua  
 E sim, coberta de nuvens  
 Terra  
 Terra  
 Por mais distante  
 O errante navegante  
 Quem jamais te esqueceria?  
 (Terra, Caetano Veloso)

A escolha das mulheres, que apresentarei, deu-se, entre outros fatores, a partir de suas trajetórias dentro do Assentamento. De um lado, conversei com mulheres ex-colonas ou nativas da terra ocupada que presenciaram a ocupação da fazenda pelo MST. De outro lado, as conversas foram com mulheres que chegaram com a ocupação ou pouco depois dela e que trazem consigo um longo percurso de militância dentro do Movimento. Suas experiências e vivências me permitiram entender como se deu essa aproximação e posterior integração dos/as ex-colonos/as ao MST. Atenta às experiências relatadas, reflito sobre os fazeres políticos e comunitários que vêm sendo tecidos do decorrer dos últimos 15 anos.

Para entender esse fluxo “subalterno” e transfronteiriço de mulheres do campo, protagonizado pelo caminhar das trabalhadoras sem-terra, que desbravam os espaços e rompem os silêncios para afirmar seus pontos de vista e cosmopercepções, como quem desbrava a terra a facção, recorro à referência de Rita Segato, ao descrever os corpos que emanam de um espaço geopolítico dominado e colonizado como “terra que anda” em meio a uma “paisagem vista como um monumento inscrito por acontecimentos de expropriação, redução à servidão e extermínio” (Segato, 2020, p. 29). Inspirada nessa imagem, compreendo as mulheres camponesas como terras andantes que circulam física, ideológica e politicamente, rompendo registros ficcionais que reforçam interesses materiais e ideais de camadas socialmente privilegiadas e que frequentemente são reproduzidos irrefletidamente pelo senso comum, para construir novas narrativas sociais e fazeres coletivos.

Nessa linha, a escolha por trazer relatos orais, com o mínimo de interferência na estrutura da narrativa original, objetiva, portanto, mesclar formas de expressões múltiplas que contraponham à escrita formal e à racionalidade científica de tipo ocidental, por entender que a oralidade é central na narrativa camponesa como ferramenta de produção e transmissão de

conhecimentos e instrumento de inserção dos grupos “marginais” em espaços de poder. Oralidade entendida aqui como as formas de manifestação verbais e não verbais, para além da fala, abarcando gestos, expressões, olhares, memória, sensações, rituais e silêncios, ações que revelam, dessa maneira, aspectos de criação identitária, de símbolos próprios e de saberes que diferenciam os modos de existir e resistir dessas mulheres.

Para estabelecer o elo entre a oralidade como fonte de produção de um saber insurgente e disruptivo, de um pensar-sentir-agir, trarei, mais adiante, referências teóricas que retratam os processos de desenvolvimento das estruturas e políticas fundiárias brasileiras, diretamente influenciadas por um processo de colonização expropriatório e violento que permanece enraizado até os dias atuais como reflexos da colonialidade.

Pretendo, nesse sentido, intercalar e fazer dialogar com os registros da história da antiga Fazenda de Fortaleza de Sant’Anna – datada do período colonial, cedida no sistema de sesmarias e marcada pela utilização de mão de obra escrava, que hoje se tornou o Assentamento Denis Gonçalves – com uma bibliografia que se debruça a refletir sobre os acessos desiguais à terra e ao trabalho, e sobre a persistência da colonialidade do poder, do saber, do ser e do gênero (Lugones, 2020).

Do mesmo modo, os relatos das mulheres assentadas serão pontuados a partir de um diálogo com o arcabouço teórico, fazendo referências expressas a conceitos insurgentes que serão detalhados nos capítulos que se seguem, produzidos, majoritariamente, por intelectuais feministas, decoloniais e antirracistas do Sul Global que buscam, por meio de narrativas em primeira pessoa, a (re)construção da realidade e das relações entre corpos e territórios.

Nas linhas seguintes, faço uma apresentação sintética das pessoas entrevistadas como estratégia metodológica para introduzi-las em meu processo de escrita, esclareço que suas histórias serão pormenorizadas à medida em que suas falas forem contextualizadas nos blocos temáticos trabalhados mais à frente.

## **5.1 VIDAS EM CURSO NO TERRITÓRIO ASSENTADO**

### **5.1.1 Rosa da Noite, mulher de todas as lutas**

Conheci Rosa da Noite na Festa de Sant’Anna (ver capítulo 9), na minha primeira visita ao Assentamento. Esbanjando simpatia, com sorriso largo e voz firme, Rosa da Noite se destaca, dentre muitas outras características, por sua oratória e seu poder de articulação. Sentamos em

uma das mesas de plástico que decorava a festa e ali ela me falou um pouco de si, de suas experiências no Assentamento, de sua militância. Foi ela quem me abriu espaços. Seu papel é fundamental nesta pesquisa porque foi por meio dela que pude estabelecer os primeiros contatos com outras mulheres assentadas. Depois disso, uma me levou à outra, que me apresentou à seguinte e, assim, a “corda de caranguejo” foi crescendo e abrindo os meus caminhos campo adentro.

Rosa da Noite é uma mulher preta, jovem, casada e sem filhos por opção. Nascida em 1989, 15 anos após seu irmão mais velho e 13 anos depois da irmã do meio, todos/as criados/as na antiga Fazenda de Fortaleza de Sant’Anna, Rosa da Noite ocupa aquele território assim como ocuparam também gerações anteriores de sua família. Filha de Dona Coroa de Ouro e de seu Touro Bravo, uma família de ex-colonos, ela diz que, por ter sido a “raspa do tacho” –referindo-se à condição de filha caçula com grande diferença de idade para os demais –, foi a única da família que “escapou” do trabalho na roça na infância. Seus irmãos, assim como seus pais, não tiveram a mesma sorte. Sua irmã trabalhou no campo dos dez aos 14 anos, antes de se mudar para o Rio de Janeiro para tentar a vida como empregada doméstica. Lá fez um curso de enfermagem e hoje é enfermeira do HPS em Goianá. Já seu irmão trabalhou colhendo café desde criança e permanece na roça, no lote dos pais. Seus pais também nasceram na fazenda, assim como sua avó, que era parteira. Ela sabe que seus bisavôs também nasceram lá, todos negros retintos e, por isso, desconfia de que foram escravizados, embora não saiba precisar.

No segundo encontro que tivemos, marcamos em Goianá, em um restaurante por quilo que fica ao lado do posto de saúde onde ela trabalha como agente comunitária de saúde. De lá, seguimos em direção ao assentamento e, lá chegando, ela me mostrou a escola onde trabalhou como professora. Nesse dia, Rosa da Noite revelou que a energia elétrica chegou à fazenda por meio de gerador quando ela tinha um ano de idade, mas, mesmo assim, o acesso à luz elétrica era controlado pelo patrão – tratamento dado ao dono da fazenda pelos ex-colonos –, que ligava o gerador ao anoitecer e desligava assim que o dia amanhecia. Essa realidade foi modificada no ano de 2003, com a implantação, durante o primeiro governo Lula, do Programa Luz para Todos<sup>6</sup>, quando, pela primeira vez na vida, já aos 15 anos, segundo ela, em um dos seus dias mais felizes, pode passar uma tarde inteira assistindo a desenho animado na TV.

---

<sup>6</sup> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, “Luz para Todos” foi concebido em novembro de 2003 como instrumento de desenvolvimento e inclusão social, pois, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2000 existiam dois milhões de domicílios rurais não atendidos pela prestação dos serviços de energia elétrica. Portanto, aproximadamente dez milhões de brasileiros viviam, no meio rural, sem acesso a esse serviço público, e cerca de 90% dessas famílias possuíam renda mensal inferior a três salários-mínimos.

Em outra oportunidade, Rosa da Noite também mencionou que sua mãe foi ganhar o primeiro chinelo depois de grande, que ela não gostava nem de ouvir essa história, tamanha a dor que lhe provocava, por não conseguir imaginar que um item básico como um chinelo poderia marcar de forma tão significativa toda uma vida de escassez que acompanhava essas famílias<sup>7</sup>.

Segundo Rosa da Noite, a vida de profundas necessidades distorcia a realidade dos/as trabalhadores/as de tal modo que os itens mais básicos proporcionados pelo dono da fazenda, que lhes resgatava o mínimo de humanidade, eram lidos como presentes e, assim, muitos/as colonos/as viam na figura do proprietário uma pessoa admirável e bondosa porque lhes “dava” uma casa para morar, ou fornecia energia “de graça”, ou até mesmo convidava-os/as para participarem dos festejos, uma vez por ano, da festa da Padroeira de Sant’Anna, quando matavam um boi e abriam os portões para que os/as colonos/as pudessem transitar próximos à sede, o que lhes era proibido durante o resto do ano.

Ao que tudo indica, a desumanização desses/as trabalhadores/as era de tal forma enraizada que parecia encobrir, como um véu a que se referiu Du Bois, a consciência da presença de uma relação de exploração geracional da força de trabalho familiar e dos corpos, seja pela exigência de pagamento de metade do que produziam (sistema de meia), seja pelos baixos salários pagos pelo proprietário aos/às poucos/as empregados/as da fazenda, que, em todos os casos, implicava na necessidade de uma rotina exaustiva de dedicação ao roçado por parte de todos os membros da família (adultos e crianças) de sol a sol, de domingo a domingo.

Além disso, as casas dos/as colonos/as eram distantes umas das outras, o que me faz presumir que facilitava a desinformação e “disciplinava” a mão de obra. Não havia tempo para estudar, mesmo porque a escola mais próxima ficava a 2km de distância e as crianças também precisavam trabalhar para ajudar pai e mãe.

Rosa da Noite fugiu à regra, conseguiu estudar e a educação, em sua vida, exerceu um papel transformador, como se verá mais adiante. Ela iniciou os estudos na escola rural, a dois quilômetros de onde morava e, após o fechamento da escola, foi estudar em Goianá onde concluiu o ensino médio. Foi aprovada no concurso público da Prefeitura de Goianá, para o

---

**Ministério de Minas e Energia.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/sobre-o-programa>>. Acesso em: 21 de julho de 2024.

<sup>7</sup> Trabalhar de pés descalços nas lavouras de café também foi tema de outra fala (Xique-xique) que será relatada oportunamente.

cargo de agente comunitária de saúde e, em seguida, ingressou na Universidade Federal de Juiz de Fora, onde concluiu o curso de Licenciatura em Letras.

Como agente comunitária de saúde, passou a visitar as famílias do MST e representou um importante elo entre os/as ex-colonos/as (ver capítulo 10) e o movimento recém-chegado, ainda na fase de ocupação. De barraco em barraco, cuidando da comunidade e conhecendo melhor as pessoas, costurou laços comunitários e se tornou muito querida na região, alcançando significativa projeção tanto na Fazenda quanto em Goianá, o que chamou a atenção de alguns políticos que vendo o seu potencial lhe convidaram para se candidatar a vereadora nas eleições Municipais de Goianá em 2020, pelo PCdoB. Nesse ano, Rosa da Noite foi eleita a vereadora mais votada de Goianá e a primeira mulher preta e assentada da Câmara dos Vereadores. Hoje Rosa da Noite está no PT. Durante a pesquisa, em julho de 2023, a mãe de Rosa da Noite descobriu um câncer muito agressivo que lhe tirou a vida em menos de cinco meses, mesma época em que seu pai infartou e permaneceu debilitado durante o tempo em que sua mãe realizou o tratamento, vindo a falecer 25 dias depois dela. Esses dois lutos marcam uma trajetória das mais diversas lutas movidas pelo sonho de realizar mudanças profundas em sua vida e na vida de sua comunidade.

Suas lutas se construíram e se constroem dentro das casas, nos cuidados, na agricultura familiar de qualidade, na política institucional, por representatividade e por participação feminina nos espaços de poder. “Escapar da roça”, portanto, possibilitou Rosa da Noite espalhar suas sementes para além das cercas. Não exercer a atividade de lavradora não lhe retira a identidade de mulher camponesa, assentada e integrante do MST, porque, para além do cultivo da terra, o que define a mulher assentada é seu engajamento na luta e nos projetos de inclusão e emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Antes de perder seus pais, mesmo morando em Goianá - a uma distância aproximada de 6km do assentamento -, Rosa da Noite ainda mantinha muito de suas coisas na casa deles, como roupas e pertences, assim como era lá que almoçava todos os dias. Além disso, continuava suas visitas de porta em porta para atender as demandas de saúde da comunidade.

A terra caminha com Rosa da Noite por todos os lugares onde circula. Na escola do Assentamento, onde ela foi professora, no espaço acadêmico, na política institucional, no trabalho como agente comunitária de saúde, ou seja, em todos os espaços de atuação, carrega consigo as várias mulheres e as lutas que a constituem.

### 5.1.2 Mandacaru, da enxada à caneta

Mandacaru é parda, tem 55 anos, casada, nascida na Fazenda de Sant’Anna e ex-colona, assim como seu pai e sua mãe. É a quarta mais nova de um total de dez filhos. Sua história se assemelha à dos/as ex-colonos/as mais velhos/as. Ela conta que começou a trabalhar na colheita do café aos sete anos, junto com os outros irmãos. Aos nove anos, aprendeu a cozinhar com a avó e, desde então, era sua a tarefa de preparar as refeições para toda a família. Lembra, sorrindo, que, para alcançar o fogão à lenha precisava colocar um “toquinho”, referindo-se a um pedaço de madeira que utilizava como uma espécie de degrau. Além disso, cuidava dos três irmãos mais novos, dois meninos e uma menina, enquanto o resto da família continuava nos trabalhos da lavoura.

Eu a conheci no meu segundo encontro com Rosa da Noite já chegando à escola sede do Assentamento (ver capítulo 12), chamada Instituto Educacional Carlos Henrique Ribeiro dos Santos – em homenagem a Cacá, um jovem militante do MST –, que fica na parte baixa, núcleo da Argentina. O outro braço da escola fica no núcleo da Serra, parte alta. Naquela oportunidade, Rosa da Noite queria me apresentar a uma das coordenadoras do Assentamento, que também coordenava a escola, mas que, nesse dia, estava ocupada acolhendo uma companheira com quem conversava na porta e que, pelas lágrimas que escorriam do seu rosto, precisava dela muito mais do que eu.

A escola funciona em uma antiga casa que pertenceu a uma família de ex-colonos e que estava abandonada quando da chegada do MST à Fazenda, em 2010, e foi reformada para fazer funcionar a primeira instituição de educação do Assentamento, com o intuito de abarcar as demandas das crianças – ensino fundamental e médio – além de implantar o programa de ensino para jovens e adultos (EJA) para trazer de volta à sala de aula as pessoas que, ainda muito novas, por necessidade de sobrevivência, tiveram que se afastar do ambiente escolar para contribuir com o sustento de suas famílias.

Do outro lado da rua, sentadas à sombra de uma árvore, conversavam duas senhoras, uma delas era Mandacaru e ao avistá-la Rosa da Noite me disse se tratar de uma das moradoras antigas daquelas terras, que presenciou a chegada do MST e que hoje, assentada, atua em várias frentes coletivas. Após nos apresentar, Rosa da Noite seguiu seu caminho dizendo que iria entregar umas receitas médicas e resultados de exames aos assentados/aos que foram atendidos/as no posto de saúde em que trabalha. Assim, segui junto com Mandacaru para sua casa, separada da escola por um pequeno espaço de terra, e nos sentamos do lado de fora, eu

em um pequeno sofá encostado no muro baixo que separa a entrada da casa e a rua, e ela em um banco de madeira na minha frente, ao lado da porta que dava para sua casa.

A primeira conversa é sempre desconcertada, ninguém conhece ninguém e demora um pouco para se estabelecer uma relação de proximidade. Lembro-me de não ter tido coragem de pedir para gravar em áudio, porque senti que precisava estabelecer uma relação de maior confiança, o que só foi possível uns dois encontros depois.

Pedi para que me contasse um pouco sobre sua vida, sua infância. Mandacaru então rememorou as dificuldades da época em que trabalhava junto com a família na antiga Fazenda:

Ninguém tinha direito a nada, esse negócio de tirar uma sexta ou um fim de semana para chamar os vizinhos, reunir, comer alguma coisa, não tinha nada disso. Isso é agora. A gente passava muita privação e dificuldade. Eu tinha que cozinhar porque mãe chegava muito cansada da roça e não ia conseguir fazer isso, coitada. As mãos da família toda eram esfoladas do café. Não tinha luva, era na mão mesmo. Se uma cobra mordesse, se tivesse algum acidente, ninguém “encostava” [fazendo menção ao recebimento de algum tipo de benefício previdenciário]; adoecia e morria ali mesmo. O trabalho era de domingo a domingo, das 6h30 às 19h. Quando chegava da roça, mal a gente conversava, não tinha luz, e todo mundo chegava tão cansado que só queria era dormir para começar tudo de novo no outro dia (Mandacaru).

O trabalho na roça distanciou a ela e a seus irmãos da escola, situação muito comum entre os/as mais antigos/as nas mais diversas zonas rurais, o que me fez lembrar, inclusive, de uma das audiências que presenciei há muitos anos, em Paulo Afonso/BA, quando um dos trabalhadores rurais, cujo nome não me recordo, ao receber a ata para assinatura, envergonhado com aquela situação, disse não saber assinar e, apertando o dedão contra a esponja de tinteiro roxo, depois de imprimir suas digitais naquele papel, falou uma frase que me marcou profundamente: “a caneta da roça é a enxada”. A de Mandacaru também foi. Ela conta que, quando pequena, estudou até a 4ª série do ensino fundamental, mas o estudo lhe custava quatro quilômetros de caminhada por dia, o que era muito para uma criança que acumulava os estudos com as outras tantas tarefas que a vida na roça lhe exigia.

Foi depois da ocupação do território pelo MST que Mandacaru finalmente conseguiu trocar a enxada pela caneta. Ela, junto com a mãe de Rosa da Noite, Dona Coroa de Ouro, e mais uma companheira, foram as primeiras alunas da escola do Assentamento Denis Gonçalves a concluírem o ensino médio, um grande feito que relembra com os olhos brotando água como a melhor coisa de sua vida: “fui a única dos dez filhos que concluiu os estudos, mas aqui tem muito adulto que precisa estudar, até para saber mais, só que o cansaço não deixa”.

Permanecer na roça foi para Mandacaru um enorme ato de resistência. Muitas mulheres camponesas tiveram que se aventurar “na rua” – termo que utilizam para se referir às pessoas que vão morar nos centros urbanos. Mandacaru escolheu ficar demonstrando que a resistência cotidiana ocorre pela expansão de subjetividades. Impor sua existência e permanecer sem arredar o pé é uma forma de resistir a toda força que busca eliminar as diferenças e equalizar pessoas precificando seus corpos, sua força de trabalho e seus recursos naturais.

Em uma das primeiras conversas que tive com Mandacaru, percebi que o fato de permanecer no mesmo lugar não a impediu de se libertar de algumas amarras e de buscar se desvencilhar de tantas outras que ainda a acorrentam. A dimensão da luta pela terra ultrapassa outros tipos de fronteiras. Mandacaru e aquele lugar parecem viver em uma espécie de simbiose. A terra está impregnada em suas mãos, cujos calos e rachaduras transmitem uma história anterior a que será falada. Do corpo de Mandacaru brota uma linguagem que se expressa de diversas formas, pelas mãos castigadas, que levavam à boca o arroz e feijão em um pote plástico reaproveitado, que agora é prato; pela pele queimada de sol, que revela uma vida de trabalho e dedicação à lavoura; e pelo olhar profundo que oscila entre o doer e o esperar.

Ao explicar a ela que os nomes das minhas interlocutoras seriam trocados por pseudônimo para preservar e garantir suas identidades, ela enfaticamente me respondeu: “meu nome é Rosângela Fátima Nascimento da Silva, pode colocar assim mesmo”. Foi uma fala forte que me fez entender a necessidade de assinar sua história com seu nome próprio, de ter o direito de narrar as suas próprias experiências por ela protagonizadas em primeira pessoa. Por isso, atendi ao seu pedido, embora, no corpo do texto, refiro-me ao pseudônimo de Mandacaru, como forma de manter uma coerência narrativa em relação às outras interlocutoras.

Em outro encontro que tive com Mandacaru, ao conversarmos sobre “trabalho de mulher”, ou seja, não remunerado, reprodutivo, doméstico e de cuidados, percebi que para ela – assim como para Dona Rosa de Pedra e Dona Flor de Maio, mulheres mais velhas com quem tive contato, cuja apresentação será feita nas linhas seguintes –, parece ser lido como um trabalho de menor valor, porque desvinculado de remuneração. Ao ser questionada sobre quem cuidava da casa, ela respondeu que eram as mulheres. Reformulando o questionamento para perguntar diretamente se havia uma divisão entre o trabalho de homem e de mulher, ela foi categórica ao responder “negativamente (...) de jeito nenhum, nunca teve. A mulher sempre fazia de tudo, plantava, colhia, carregava peso (...)”. Mas ao ser questionada sobre as atividades dos homens dentro de casa, foi firme ao responder: (...) “*o homem não faz nada da minha parte*. Para não dizer que não faz nada, faz um ovo ou um café, mas nunca fez uma comida, nem cuidou dos filhos, nem varreu uma casa, porque dizem que isso não é trabalho de homem”.

Mais adiante, ela também disse não trabalhar mais porque se aposentou e que hoje só “ajuda” o marido na roça quando precisa.

Além do trabalho na roça, Mandacaru acorda cedo todos os dias, cuida da horta e das galinhas, prepara as refeições, lava roupa e limpa a casa, ou seja, o trabalho invisibilizado é exclusivamente feminino e o roçado é dos dois. Mas o tempo de trabalho no roçado é menor para as mulheres, por ser dividido com o “trabalho exclusivo das mulheres”, exercido dentro de casa, nos cuidados com os seus, na preparação dos alimentos, com as criações, geralmente de porco e galinha, além da horta do terreiro – um tipo de quintal atrás da casa onde se plantam hortaliças e verduras para o consumo diário da família. No entanto, o roçado masculino, produzindo o que pode ser vendido e agregando valor monetário à mão de obra, parece ter um protagonismo e um reconhecimento de um trabalho “verdadeiro”.

### **5.1.3 Palma Doce, entre as grades invisíveis da igreja e do casamento**

Estava com Mandacaru na varanda da casa dela, era um dia quente de sol e, de pé, ao lado da janela, seu irmão, Chapéu de Bispo, ouvia a nossa conversa e falava uma coisa ou outra a respeito das dificuldades da vida na roça. Fazia pouco tempo da morte de Dona Coroa de Ouro, mãe de Rosa da Noite e, enquanto conversávamos, chegaram mais duas mulheres, parentes de Rosa da Noite que vinham da casa dos pais dela trazendo as notícias mais recentes de seu Touro Bravo. Já adoentado, sob os cuidados de Rosa da Noite, elas prenunciavam seu destino ao falar que ele não aguentaria a vida sozinho porque era sua esposa quem fazia tudo dentro de casa e seu Touro Bravo, seguindo sua sina, faleceu 25 dias depois da esposa.

Enquanto conversávamos, de dentro de casa saiu uma mulher parda, com cerca de 50 anos, com o rosto entristecido que, quase sem falar, permaneceu de pé encostada na porta. Assim conheci Palma Doce. Ao apresentá-la, Mandacaru me disse que era sua irmã e que estava passando um tempo lá porque vinha sendo ameaçada de morte pelo ex-marido, com quem viveu desde os 13 anos. Essa era a quarta vez que se separavam. A conversa demorou um pouco para engrenar, mas quando as outras duas foram embora, Palma, sentiu-se à vontade para contar sobre sua insônia, suas tristezas e, principalmente, seus medos.

Ela disse que, na Igreja Evangélica, aprendeu como conviver com a família e como tratar o esposo. O pastor lhe ensinou a aguentar e assim ela “engoliu muita coisa na vida”. Durante o tempo em que permaneceu casada, afastou-se de todo o resto da família que hoje a acolhe, porque o marido não gostava que ela se misturasse. Foram quase 40 anos entre a casa e a igreja, quase 40 anos de silêncios, violências e tristezas. Passados oito meses da separação, Palma

transita entre a casa dos irmãos. Passa um tempo com um, um tempo com outra, levando consigo apenas umas mudas de roupas de doação, porque, quando foi escorraçada de casa, teve que deixar para trás sua vida, junto com tudo que lhe pertencia.

Meu Deus, esse homem era louco e eu não sabia. Eu tava dormindo do lado de um louco. Todo mundo tinha medo dele me matar, ele ameaçava. *No final foi só porque o lote foi pro meu nome.* Ele já tava com a mente meio atribulada. *Parecia que tinha um troço no corpo, sabe?* Na mesma hora que ele era meu esposo, ele era um bicho ruim. Ele poderia ter me matado dentro daquelas terras. Teve um dia que ele me falou que ia me sentar o machado. *Ainda bem que Deus me deu vários livramentos.* “Você vai renunciar essas terras agora, se não eu vou lhe sentar o machado”. Quase que eu falei: então senta, *mas eu segurei a língua.* Ele queria me obrigar. Eu não quero botar ele na cadeia. *No outro dia, ele já levantou incorporado. Nós já nem tinha mais nada, mas eu não conseguia sair.* Eu só saí mesmo depois. Ele deitava e amanhecia me maltratando. Eu já não tava aguentando mais. *Eu aprendi muita coisa na Igreja, como conviver com minha família e tratar meu esposo. Eu engoli muito.* Tinha horas que ele falava assim: Você merece apanhar nessa cara. Ele me olhava dentro do meu olho e falava isso. *Aquilo me queimava por dentro.* Eu sofri. Eu perguntava: o que você tá com essa voz me tratando mal? Ele só queria me pisar. *Nossa, eu aguentei um tanto dentro daquelas terra.* A igreja foi horrível. Aí eu mudei, até falei agora com o pastor da pentecostal, até chorei com ele com a pregação dele lá. *Eu conheci um novo pastor, uma nova igreja.* O pastor da outra Igreja um dia falei pra ele: quanto tempo que eu perdi com esse homem. Ele quase quebrou meus dedos. Um dia levantei a mão pra ele, porque eu achei que ele ia bater na minha cara. Aí ele garrou na minha mão, *parecia que ele tava manifestado.* Aí ele disse: tá achando que esses dedinhos seu aí vai me deter? Aí ele virou meus dedos, *parece que dói até hoje.* Aí na época eu falei com pastor: *o senhor mandou eu aguentar, aí ó.* Eu quase morro. Aí ele falou assim: “não, isso aí não é nada não”. Não é nada porque não é com o senhor, mas eu quero acabar com esse casamento. *Aí ele me disse que a culpa era minha, porque o fogo tava pegando e eu joguei gasolina* (Palma).

Essa fala de Palma poderia ser desmembrada em outras várias para que fossem pontuados diversos aspectos de expropriação e violência instituídas sobre seu corpo e sua subjetividade, mas preferi trazê-la de maneira contínua colocando em itálico algumas partes que me chamaram a atenção para trazê-las separadamente.

Quando a sogra de Palma faleceu, ela teve que escolher entre a vida e a morte. Isso porque o lote estava em nome da sogra e, após sua morte, receberam a visita de um servidor do INCRA que informou que, na sucessão dos bens, metade do lote ficaria com o ex-marido da sogra de Palma, e a outra metade seria dividida entre Palma e seu companheiro. A possibilidade de ter que dividir a terra com a esposa intensificou a violência do marido. Ele não achava que ela deveria ter direito às terras que estavam no nome de sua mãe. Os 40 anos de cuidados,

dedicação e muito trabalho de Palma não lhe valeram de nada. Na cabeça do marido, Palma não vale nada.

No dia que eu saí de casa ele já tinha me pisado e eu respondi ele mal e ele me perguntou porque eu tava falando assim com ele e eu disse: “você quer que eu responda como? Se você tá me tratando mal. Ele disse que eu liguei pra tia dele e ele não gostou. Falou: você ligou pra minha tia pra falar mal de mim; e eu disse: não, eu liguei pra dizer que vc tá precisando de um médico e tá. Aí ele disse: Oh, eu vou matar seu filho, que eu quero ver seu sofrimento, quero ver você sofrer. Nossa quando ele falou isso e ainda falou, “depois eu vou matar você”. Ah, tocou no filhote já era. Eu dou minha vida pelo meu filho. Aí liguei pra Mandacuru. Cinco minuto depois ele ligou parecendo que não tinha feito nada e eu falei pra ele que tava indo embora naquele minuto. Aí ele disse: Você amarelou, né? Sabia que você ia ficar com medo de mim. Falou desse jeito assim. Aí eu falei: é tô com medo. Tô indo embora agora. Não quero ficar com você mais não. No outro dia ele me liga pintando comigo: “você tá aonde, sua vagabunda? Eu tô aqui tirando leite sozinho e você nem tá aqui pra me ajudar. Eu disse: o que é isso, filho? Eu vou é fazer um BO [boletim de ocorrência] e a gente vai se separar. Ele disse: eu tô indo aí te matar agora. Eu corri pra casa de minha irmã, quase matei ela do coração. Era a única casa que eu tinha pra ir (Palma).

Ele trocou as fechadura da porta. Eu não tive nem direito de entrar pra pegar minhas coisas. Fiquei com muito medo no início. Agora ele ficou mais violento por causa das terra, né? Ele quer ser dono de tudo e o INCRA colocou no nome da mulher e ele não aceita. Ele não aceita a separação, ainda mais que fui eu que saí correndo. Ele tava acostumado a separar e eu chorar, essas bobeira que mulher idiota faz e eu fiz. Só que eu cansei e tomei minha decisão e ele não aceita não. O homem que não aceita a separação é desse jeito aí. A gente só tem um filho de 29 que não quer nem ver o pai. Um menino abençoado. Ele perdeu até o filho (Palma).

A produção de subjetividades territorializadas no *eu*, no corpo físico (Nascimento, 2022) se impõe contra a violência sistêmica, naturalizada pela cumplicidade dos silêncios. Antes de se tornar física, a violência opera sutilmente no campo da subserviência patriarcal que posiciona seus corpos a serviço dos maridos e companheiros. As mulheres, principalmente as mais velhas, participam de ciclos geracionais de violência que se perpetuam sem que se deem conta. Palma não foi a primeira mulher a sofrer naquele pedaço de chão. Antes dela, sua sogra, viveu um inferno semelhante. Seu ex-companheiro, que herdara metade do lote, porque não dissolveu formalmente a união estável que tinha com a companheira falecida, foi expulso do assentamento depois da mobilização do MST, que, diante das denúncias, acionou o judiciário para conseguir medida protetiva, mas, depois de sua morte, o agressor retornou ao lote.

O lote era da mãe dele. Ela também tinha um companheiro que batia nela, ameaçava com faca, mas a Juíza agiu rápido e mandou ele sair. Nem a carteira ele pode voltar pra pegar. Se sair essa terra ali pra mim, eu vou ter que sair do país porque ele vai atrás de mim. Mas eu não tenho medo dele (Palma).

Para reaver o que é seu por direito, Palma contratou uma advogada, com a ajuda dos irmãos que, tirando de onde não tem, fizeram uma vaquinha para pagar o serviço. Passados oito meses do dia em que saiu de casa, ela continua com medo, embora, em alguns momentos, afirme que não tem. Todavia, desistir da separação não passa por sua cabeça.

Não dá para mencionar a resistência cotidiana, no caso de Palma, sem pontuar o papel das religiões, das religiosidades e das lideranças religiosas que podem, como frequentemente o fazem, reforçar os cadeados de suas prisões. As religiões enquanto sistemas de crenças, isto é, sistemas de signos e sentidos, são instrumentos de orientação no mundo, atuando como importantes mecanismos de construção de sujeitos, subjetividades e sensibilidades, e podem ser analisados em sua capacidade de controle dos corpos, já que é nos corpos que se constroem os sentidos de gênero que afetam todas as dimensões da vida em sociedade. As cosmovisões elaboradas no mundo religioso orientam seguidores e seguidoras, construindo representações religiosas sobre as desigualdades na medida em que produzem, reproduzem ou buscam transformar lugares diferenciados de poder de acordo com os marcadores sociais.

A todo tempo, em suas falas, ela menciona o nome de Deus, associa o comportamento violento do marido a uma espécie de incorporação do diabo, demoniza suas atitudes e justifica tudo na sua vida por meio da intervenção divina. Para se libertar dessas amarras, foi preciso trocar de Igreja. A primeira Igreja Evangélica que frequentou por anos lhe impunha a sacralidade do casamento e a autoridade marital em sobreposição à violência doméstica, e o pastor, como guia espiritual, exerceu um papel de intermediação quase inquestionável, entre a palavra de Deus e sua serva. À Palma coube aceitar a condição de violência e esperar, silenciosamente, a ação divina. Já para seu marido, o corpo de Palma e as suas terras são propriedades inseparáveis, tudo era dele.

Palma também perdeu a infância para o roçado. A adolescência e a vida adulta, ela perdeu para o casamento e para a igreja, e naturalizou os grilhões que a excluíram da convivência social com seus/suas irmãos/as e vizinhos/as como se fora um desígnio de Deus. Como ela mesmo fala, segurou a língua, aguentou tudo sem conseguir sair de casa, mas ainda assim resistiu. Hoje, semi-liberta, porque privada do que construiu conjuntamente, vivendo de favores na casa dos/as irmãos/as, nutre a esperança de ter de volta sua liberdade.

#### **5.1.4 Rosa de Pedra, evangélica e curandeira, a mulher das medicinas**

Venho contar aqui um pouco da história de vida de Dona Rosa de Pedra, mulher preta, pouco mais de um metro e meio, hoje com 74 anos, moradora do Rio Doce, núcleo familiar da parte baixa e plana do Assentamento, próximo ao núcleo da Argentina, onde se concentra a maior parte dos/as ex-colonos/as.

Fui formalmente apresentada à Dona Rosa de Pedra por Mandacaru, mas antes disso, meu primeiro contato aconteceu no lançamento do Livro Resgate<sup>8</sup>, na segunda Festa de Sant'Anna a que fomos, minha companheira e eu, em 2023. Dessa vez, a comemoração não teve a participação direta do MST na organização e aconteceu na sede do Assentamento, com um número muito menor de participantes, ex-colonos/as, amigos/as e familiares, em sua maioria, mulheres.

Foi uma festa pequena comparada às anteriores. Organizada pelas famílias de ex-colonos/as homenageados/as no livro, a festa dessa vez não contou com a organização do MST como era de costume já há alguns anos, pois muitos/as de seus membros estavam em um evento promovido pela coordenação nacional do MST. Poucos dias antes havia recebido o convite de Mandacaru, juntamente com o pedido de doação para compra de alimentos que seriam servidos na festa, alimentos sempre preparados pelas mulheres e servidos num pequeno balcão montado dentro da sede do Assentamento.

---

<sup>8</sup> O livro Resgate buscou contar um pouco da história da Fazenda Fortaleza de Sant'Anna e catalogar um grande número de famílias chamadas de "Santanenses" que viveram e vivem na região. Reuniu em seu lançamento, muitas famílias que fizeram parte dessa história e que puderam ouvir dos próprios autores como seu deu o processo de escrita.

Imagem 1 – Entrada da Sede do Assentamento Denis Gonçalves (2023)



Fonte: acervo próprio

Imagem 2 – Interior da Sede do Assentamento Denis Gonçalves (2023)



Fonte: acervo próprio

Nesse dia, Dona Rosa de Pedra caminhava em direção à Igreja Evangélica que, segundo ela, fica a uma distância de uns quatro quilômetros de onde ela mora. Estava do lado de fora da sede quando avistei uma senhora com um vestido azul-marinho, estampado com flores, ao meio das canelas, que caminhava em minha direção pela estrada de terra, com o olhar atento, voltado para onde acontecia a festa. Bastou um “bom dia” meu para darmos início ao dedo de prosa. Depois de me apresentar e ela falar seu nome, segui a justificativa de haver parado ali “só pra dar uma espiada”, afinal era evangélica e, por isso, não poderia ficar na festa que homenageia Sant’Anna, uma santa católica.

No pouco tempo em que conversamos, do outro lado da rua, ela me contou ter uma história de longos anos de luta no MST, que antes de ir para o Denis Gonçalves, morava em outro assentamento, onde aprendeu a preparar as medicinas, tudo à base de plantas, e que curou pessoas no assentamento antigo, fato que mencionou com muito orgulho e que me despertou a curiosidade de ouvir mais detalhadamente sua trajetória de vida.

Foi então que, dias depois, pedi a Mandacaru para intermediar meu encontro com Dona Rosa de Pedra. Na data marcada, retornei ao assentamento, busquei Mandacaru e fomos juntas em direção à casa de Dona Rosa de Pedra. Era um lote grande e a casa, muito simples, fica mais no alto do terreiro. Parei o carro antes da cerca e entramos pela porteira, mas, até chegarmos, passamos por um caminho estreito, quase todo tomado por um mato alto, que Mandacaru falou que estava daquele jeito porque era muita coisa para dona Rosa de Pedra cuidar sozinha e que ela não “dava mais conta por causa da idade”.

Chegando no pé do morro, gritamos por alguns minutos o nome dela até que finalmente apareceu e nos convidou para entrar dizendo: “Eu tava era tirando um cochilo lá dentro. Todo dia depois do almoço eu cochilo, não tenho mais filho pequeno”. Rimos juntas e sentamos numa mesa de madeira, à sombra de uma árvore, onde permaneci tarde adentro ouvindo atentamente seus “causos”.

A partir daqui, deixo que Dona Rosa de Pedra se apresente:

Eu moro no Rio Doce [núcleo familiar na parte baixa do Assentamento], a parte de Mandacaru é na Aliança. Vim de outro Assentamento. Eu já conheço o MST tem muitos anos, mas que eu tava no acampamento mesmo e mexia com o acampamento já tinha uns cinco anos, lá em Governador Valadares, aí eles [se referindo aos dirigentes do MST] chamou nós pra vir pra cá. Só tava com um filho. Lá tava com 300 famílias. Meus filhos ia lá no fim de semana, passava o fim de semana lá.

Antes disso eu morava em Governador Valadares, é que meu marido não gostava de roça não. Gostava assim, ele veio da roça, mas depois que casou, não quis saber de roça mais. Eu vim da roça, nascida e criada na roça. Casei e

fui pra rua<sup>9</sup> mais o marido e fui criar onze filhos. *Tem seis vivos. Voltei pra roça depois que ele morreu, ele não ia.* Ele não gostava de roça, dizia ele que foi criado na roça e que foi muito sofrido. *Que a mãe dele morreu muito nova, né? Eles ficaram muito pequeno, o pai deles ficou sozinho e eles sofreram muito na roça, porque uma família criada só com homem, com o pai e na roça, sem ter quem cuida. Vai pra roça com o pai, volta de lá e sofre muito. Aí quando ele cresceu que deu pra trabalhar pra ele mesmo [trabalho assalariado], ele veio simhora pra cidade e não voltou mais. Fiquei 45 anos casada com ele e esperei esse tempo todo pra voltar* (Rosa de Pedra. Grifos meus).

Antes de retomar a história de Dona Rosa de Pedra, faço uma pequena pausa para destacar alguns aspectos mencionados por ela que conversam com as dimensões corpo-territoriais abordadas nesta pesquisa. Em primeiro lugar, chamo a atenção para compulsoriedade infringida pelo casamento que interrompeu a vida que ela queria viver e a fez acompanhar o marido na cidade. Junto a isso, no combo patriarcal de subserviência, veio a obrigatoriedade de criar 11 filhos e esperar 45 anos, até que ficasse viúva, para, finalmente, começar a traçar seu próprio destino, a existir da maneira que ela quer e retornar para onde sempre quis, para perto da terra. Antes disso, Dona Rosa de Pedra nunca foi dona de si da maneira como ela gostaria.

Outro aspecto que merece destaque está relacionado ao trabalho produtivo e reprodutivo dessa mulher do campo que, com naturalidade, relata o sofrimento do marido em permanecer na roça, criada pelo pai, após a morte da mãe, que me lembrou uma conversa com Xique-xique cuja apresentação ainda será feita, na qual ela falou que não existe roça sem mulher. De fato, a roça é mulher. É da roça que vem o alimento; é ela quem nutre, abraça, acolhe. É a mãe mulher. Todos os espaços familiares e comunitários foram construídos a muitas mãos, com participação efetiva e predominantemente feminina. Entre o cavar a terra e o comer do que a terra oferece, entre o manuseio das enxadas e o das panelas no fogo, em todos esses processos existem mulheres que lutam não só pela sobrevivência física, mas pela perpetuação ideológica de uma vida diferente da que lhes foi imposta, em defesa dos seus corpos, da modificação das estruturas que de dentro de casa e da autodeterminação por meio da insubordinação resistente. O trabalho, muitas vezes invisível, realizado por elas é essencial para as existências campesinas e para a produção do viver de modo geral. Todos/as nós comemos dos frutos da terra e do trabalho dessas mulheres.

Ela, evangélica praticante, que, quando não encontra carona, anda cerca oito quilômetros entre ida e volta para ir à igreja, três vezes na semana, diz não obedecer ao pastor,

---

<sup>9</sup> Termo utilizado pelas interlocutoras para se referir ao movimento de migração do campo para a cidade.

mas obedece à Bíblia. E ao relatar a forma como foi criada, é possível visualizar que, para além dos cercamentos físicos, foram-lhe impostos muitos limites morais de modo a conter e controlar seu corpo-território, mas contra os quais se insurge, à sua maneira. Em suas palavras: “cada um tem seu modo de viver”:

Desde pequena eu fui criada assim, porque meu pai era cigano e minha mãe baiana. Todo mundo veste muita roupa. E meu pai era mais enjoado ainda. Quando minha mãe ia comprar uma roupa, naquela época era peça de tecido e era uma comadre de minha mãe que fazia, costurava pra nós. Ele falava assim: “Ó Flor de Maio, se você fizer vestido das meninas pra cima do joelho, você pode saber que você vai jogar os pano fora, que eu vou queimar tudo”. Tinha que molhar o pano primeiro pra depois fazer, porque se fizesse e subisse pra cima do joelho não podia vestir. Ele trabalhava na roça e a mãe também. Todo mundo trabalhava na *roça* a vida toda. Eu casei com gente da cidade porque meu pai veio pra cidade, eu tinha 16 anos, porque meu pai ficou cego. Ele perdeu a visão de uma hora pra outra. Tava na roça trabalhando num sol bem quente, deu uma chuva na roça e ele molhou todo, quando chegou em casa, já chegou sem visão. Acho que tomar aquela chuva prejudicou a visão dele. O olho dele ficou branquinho. *Aí fomos pra cidade trabalhar, eu e meu irmão. Ai eu casei com um homem que não gostava da roça e ainda era ruim, pior do que um cachorro.* Ele bebia, agredia de palavra, agredia de tapa mesmo. Eu sozinha, mas os filhos ficava com medo, corria tudo atrás de mim. As crianças corria tudo atrás de mim. Onde eu ia, eles vinha, mas isso era só fim de semana, quando ele ia pra cidade, ele trazia um litrão. *Aí aquilo acabava com a semana. Enquanto tinha a maldita cachaça, ninguém tinha paz. Eu separei duas vezes. Nós separamos porque ele botou veneno na comida pra mim, esse primeiro [marido]. Ele botou veneno na comida e achou que eu ia morrer. Ai sumiu um ano, achando que eu tinha morrido e aí quando voltou eu já tinha arrumado o pai dele [apontou para o filho que deve ter por volta de uns 40 anos]. Não era porque eu queria não, era porque eu sabia que se ele voltasse e me encontrasse sozinha, ele entrar dentro de casa de novo. Eu sabia. Ai eu fiz de propósito mesmo. Ai eu vivi com esse 45 anos; com o primeiro eu vivi oito. O outro, o segundo, era uma beleza. Quando eu cheguei pra aqui, eu era da igreja Deus é Amor, você sabe que lá era muito rígido, não vestia curto, sem manga, não pintava cabelo, pintura nenhuma. Não podia andar de bicicleta, se não aplicava disciplina. No tempo de 1970, eu fui pra igreja em 1975 e saí de lá em 2000. Esse tempo que eu fiquei lá, eu seguia a doutrina direitinha, não o pastor porque nem ele segue o que ele prega. Por isso que eu não obedeço pastor não. Ele não segue o que tem na bíblia. A gente tem que consultar a bíblia. O que tá dentro dela, porque a bíblia foi mão de homem que fez, mas foi respirado por Deus. *O pastor não pode falar pra pessoa largar do marido. A mulher tem que entregar na mão de Deus. O meu marido foi uma vez na igreja e começou a gritar, me xingou de tudo quanto é jeito, disse que eu tava indo lá atrás de homem. Ai eu falei com Deus e um dia ele falou comigo assim: “fica no propósito que Deus pôs pra senhora, que Deus falou que o que tiver que fazer, ele vai tirar”. Com poucos dias, meu marido deitou e não acordou mais. Não importa. É o modo de Deus agir* (Rosa de Pedra. Grifos meus)*

Dona Rosa de Pedra é mais uma vítima da violência do Estado, da sociedade civil e familiar. Sua história revela uma vida de ausências e andanças, mas, sobretudo, de coragem e resistência. O pai era cigano e a mãe veio da Bahia. Ela perdoa os dois, pai e mãe, por não terem lhe dado estudo. “Eles também nunca tiveram”. A escola era de padre e só os homens podiam ir. As mulheres tinham que ajudar a cuidar da casa, a cuidar dos irmãos, a fazer a comida, a cuidar da horta. As mulheres tinham que cuidar. Mulher, terra, casa, família, cuidado, silêncio, subserviência e dor. Presa a um corpo que nunca foi propriamente seu, aprendeu, à duras penas, a carregar o fardo de ser mulher, mulher da roça, sem estudo, pobre e mãe.

Sua voz ecoa resistência ao relatar haver tomado uma decisão estratégica de arrumar outro companheiro para evitar que o ex-marido retomasse o controle sobre sua vida, um ato de autoproteção em contexto de violência. Ela também enfrentou o controle religioso durante sua vivência na igreja, que lhe impunha normas rígidas de comportamento. Embora tenha seguido as regras da igreja por muitos anos, Dona Rosa revela um questionamento crítico dessas normas, recusando a autoridade pastoral que não condizia com suas próprias interpretações da Bíblia.

A seguir, ela conta o que aconteceu depois que seu marido morreu:

Depois eu fui pra beira da BR, porque tinha um dirigente que era da minha igreja, ele tinha ocupado uma terra na beira da BR, que era do DNIT, aí ele falou comigo assim: “Ó, Dona Rosa de Pedra, lá tem um pedaço assim, se a senhora quiser ir pra lá” e eu falei: “vixe, meu filho, sou apaixonada com roça, se o senhor quiser me mostrar lá, eu vou pra lá. Aí fui pra perto da casa que eles morava. Aí fiquei lá até ir pro MST, até ir pro outro acampamento. Aí eles fazendo o trabalho de base, eles passaram lá e disseram “já que a senhora mora aqui na roça mesmo, trabalhando aqui no DNIT, então vamo lá pro MST, sei que lá é garantido, pode até demorar, mas é garantido e aqui no DENIT não é, porque na hora que eles quer ou precisa desocupar a beira da BR, eles tira as pessoa, a senhora pode até construir um barraquinho pra senhora aí, uns dois cômodo, mas não é garantido não, quando precisar nós tira. Aí eu fui pro acampamento, eu e um filho já adulto, que os outro já tava tudo criado e casado quando o marido morreu. Esse aí só que ficou solteiro, o mais novo. Meu marido morreu tem 15 anos. O caçula que ficou comigo. Lá nós plantava e vendia na feira. A mesma coisa daqui. (...) Então a gente faz o que pode. Igual eu, eu mexia muito com horta, quando era mais nova. Vendia verdura e sustentava daquilo. Depois que eu fui ficando mais velha e a saúde também vai se acabando. Eu aposentei em 2015, foi o que ajudou. Hoje eu tô com 73. Agora é difícil. Eu tô com a terra até limpando aqui, que eu vou plantar em fevereiro, mas só pra despesa, pra vender mais não. A horta eu faço pra lá [apontando para a parte mais alta do terreno] (...) Tenho uns bezerro, doze bezerrinhos, chegaram há poucos dias, foi meu neto que comprou. Antes eu plantava aqui sozinha.

Ano trasado, eu passei procuração pra minha filha e disse: toma conta porque eu ganhei e não quero perder, não vou vim embora e largar pros outros porque eu acho um absurdo, eu vim embora, depois que eu sofri tanto e dou de mão beijada. A importância da terra é pra viver, é o principal, tendo a terra e a água, a pessoa só não adquire as coisas se não quiser, porque o mais difícil é a terra

e água. Eu não saio, não vendo minha terra pros outros e nem vou sair. *Eu saí da cidade porque eu não gosto de cidade, morava lá porque eu criava uma família e o marido. Depois que ele morreu, desapareci pra roça.* (Rosa de Pedra)

Dona Rosa de Pedra, mulher da luta, cresceu na roça e a roça cresceu nela. Saiu de lá por necessidade de subsistência, primeiro para trabalhar, depois os casamentos, os filhos e assim seguiu até enterrar o último companheiro, que precisou morrer para ela, agora livre, começar a viver e retornar para onde sempre quis. O que faz uma mulher sozinha com mais de 50 anos decidir seguir para um acampamento na beira de uma estrada em busca do seu pedaço de terra, senão a coragem, a resistência e a esperança que alimentam a vontade de estar próxima a terra?

Ela conta que, depois de receber um convite para montar um barraco perto de umas terras do DENIT e, mais tarde, para participar do Movimento, percebeu que ali era seu lugar.

A história de Dona Rosa de Pedra traduz a realidade de muitas mulheres do campo, de luta contra a fome, contra o patriarcado, de resistência e da necessidade de enraizar. A maneira poética e romantizada de Dona Rosa de Pedra descrever a vida no campo parece revelar uma relação retomada da humanidade que lhe foi retirada desde muito nova e que ela perseguiu por toda a vida até reencontrar seu pedaço de chão. Tudo o que ela mais quer é passar o resto da vida em sua terra.

É dormir cedo, num silêncio, minha filha, que você precisa ver. Quando dá noite, a gente não vê nada. Dorme cedo e acorda cedo com os galos. Os passarinhos dorme tudo nessa árvore aí, ó [apontando para uma árvore centenária que sombreia boa parte da frente da casa onde mora]. De tardinha eles tão chegando tudo pra dormir. Quando é manhã, eles já estão cantando pra sair pro mundo (Rosa de Pedra).

Para além do acolhimento, de trocas mútuas, de cooperação, um viver e um conviver com seu pedaço de chão lhe devolvem a liberdade. Um corpo que foi arrancado do seu território, resgata a sua subjetividade ao retomar aos ciclos de produção e reprodução da vida, do bem viver.

Afirma que mesmo depois de morrer vai estar lá, naquela terra. Isso é a vida dela. Dona Rosa de Pedra e a terra são uma só e são muitas. Ninguém sabe onde começa uma e termina a outra. Ela mantém com a terra, com o cultivo e os cuidados com os animais uma relação simbiótica de dependência, cuidado recíproco, troca de amor e retribuição.

### 5.1.5 Flor de Maio e seu Barril caminham juntos

Dona Flor de Maio e seu Barril são moradores do núcleo da Serra, parte alta do assentamento, que fica a seis quilômetros da sede, situada no Núcleo Argentina, parte baixa, com acesso por Goianá. Nosso encontro aconteceu por acaso, no dia em que marquei uma entrevista com Xique-xique, de quem falarei mais adiante, a mulher a quem seu Barril se referiu como sendo a que “responde por todos nós aqui dentro”.

Foi minha primeira vez no Assentamento pelo acesso de Chácara, município limítrofe. Por lá, para quem sai de Juiz de Fora, o caminho que leva ao núcleo da Serra é mais distante do que por Goianá, porém menos acidentado. São treze quilômetros de estrada de chão até a Serra, enquanto o outro caminho fica em torno de nove quilômetros. Eram meados do mês de dezembro, período de chuvas intensas na região e, por isso, o trajeto mais curto só seria possível com veículos 4x4, o que inviabilizaria a minha visita. Segui pela estrada sozinha, sem sinal de celular, apenas com as orientações de direção descritas por Xique-xique em um áudio de WhatsApp. Nesse percurso “mais fácil”, lembro de rezar o caminho inteiro para não atolar. Apesar de agnóstica, nessas horas, rezar era a única coisa que me restava, e prometi a todos os santos que lembrei existirem que nunca mais voltaria só, tamanha a dificuldade para chegar ao núcleo, o que consegui após quase atolar por duas vezes e achar, outras tantas, que despencaria penhasco abaixo. Claro que quebrei a promessa, refeita todas as outras vezes que fui lá depois, o que me faz acumular algumas dívidas com o céu, penso eu.

Após aproximadamente três horas, desde a minha saída de Juiz de Fora, e já pensando em desistir, avistei uma pequena casa nem um lote cercado por arame farpado e do lado de dentro havia uma senhora negra, baixinha, de cabelos grisalhos que, assim que parei o carro, veio na minha direção junto com uns três cachorros cuja magreza não afetava em nada a capacidade de latir feito feras. Após nos cumprimentarmos, expliquei-lhe que estava procurando por Xique-xique e ela, prontamente, apontou-me para onde deveria seguir. E, demonstrando uma curiosidade típica de quem não via gente de fora por aquelas “bandas”, me chamou para conversar.

A casa era de chão batido, feita de taipa ou de adobe, como chamam aqui em Minas as casas construídas com um tipo de barro vermelho aparente, duro e irregular, entremeado por gravetos de madeira. Não cheguei a entrar por falta de convite já que, na roça, não se chama estranho para dentro de casa na primeira visita. Por outro lado, é desfeita negar um dedo de prosa a quem convida, ainda que seja para sentar no terraço. Por isso, puxei um banquinho na parte de fora da casa, uma espécie de varanda com telhas de Eternit, e me sentei perto de uma

mesa coberta com um plástico estampado de flores, que, por sua vez, ficava encostada a um vão, sem porta, que parecia dar para a cozinha, de onde saía um cheiro de comida de “casa de vó”. Sobre a mesa, descansava apenas uma garrafa térmica de café. Era a casa de dona Flor de Maio, companheira de Barril.

Nossa conversa se iniciou timidamente, com Dona Flor de Maio me perguntando o motivo da minha visita. Respondi que estava pesquisando o dia a dia das mulheres do Assentamento para um trabalho de mestrado. Foi quando ela mencionou que veio da Bahia e, pegando esse gancho, começamos a falar sobre nossas vidas no Nordeste. Assim, pude saber um pouco mais sobre suas histórias.

Com mais ou menos meia hora de prosa, de dentro da casa saiu um homem negro, andar arrastado, sem camisa, trazendo uma grande cicatriz no peito que parecia recente, o que, de fato, foi confirmado por ele depois. Ao me ver, sem maiores rodeios, de um jeito quase intimidador, ele me perguntou o que eu estava fazendo ali e, ouvindo minha resposta, no mesmo tom, nada cordial, falou “que ninguém que queria fazer coisa ruim chegava falando isso, todo mundo chega falando que quer fazer coisa boa”. Dessa forma rude e desconfiada, conheci seu Barril, companheiro de Dona Flor de Maio.

Dona Flor de Maio, hoje com 75 anos, nasceu em Jiquiriçá, cidade de nome indígena que vem da junção de jequi – uma espécie de cesto afunilado utilizado para pesca – e içá – formiga comestível conhecida também pelo nome de tanajura. A cidade fica no centro sul da Bahia e junto com mais 19 municípios formam o Vale do Jiquiriçá, mais ou menos no meio do caminho entre Itabuna, cidade onde nasci, e Salvador, onde me criei.

Dona Flor de Maio deixou sua terra entre os anos de 1992 e 1993 e seguiu em direção a Campinas/SP, para onde já havia migrado parte de sua família. Ela conta que na roça tinha que trabalhar demais na terra de um advogado e quase não lhe sobrava nada e por isso preferiu tentar a sorte em outro lugar. Como as irmãs, foi trabalhar de empregada doméstica “porque a vida na roça era muito difícil. Pensei: eu não vou prender meus filhos aqui para cuidar de roça. Naquele tempo, a vida era muito difícil e as moças vai crescendo, tem que andar 4km para estudar, a terra era pouca e o cacau estava tomado pela vassoura de bruxa” – praga que devastou muitas plantações de cacau, principalmente no sul da Bahia, entre 1989 e 1998<sup>10</sup>, o que agravou significativamente a situação da população rural na época.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.invivo.fiocruz.br/biodiversidade/vassoura-de-bruxa/> - Acesso em 02/07/2024.

Hoje seu filho mais novo tem 26 anos e mora com os pais no núcleo da Serra. Dona Flor de Maio conheceu o atual marido em Campinas, quando pensou “vamos caminhar juntos” que vai dar certo. Antes de virem para o Denis Gonçalves, estiveram no Acampamento “Campo do Meio”. Segundo ela, no Assentamento Denis Gonçalves, algumas famílias vieram de Valadares e outros do Campo do Meio. “Vieram porque era mais certo. A Coordenação Nacional tinha perguntado em outros Assentamentos quem queria vir para cá e a gente veio”. Hoje, o CCU está no nome do filho que é solteiro e por isso ela achou melhor ficar no nome dele.

Por vezes, principalmente em relação às mulheres mais velhas, cuja introjeção da divisão sexual do trabalho tem raízes geracionais mais profundas – afinal não nos esqueçamos de que o corpo não é apenas um território físico, mas também ideológico – é possível perceber um escalonamento valorativo que associa o trabalho por elas executado como sendo de menor importância em relação ao sustento da família. É o que acontece com Dona Flor de Maio no relato seguinte:

Eu sou pensionista, sou viúva. Hoje eu não trabalho não. Fico mais dentro de casa. Desde lá da Bahia, *eu não era do trabalho não, da enxada. Era de colher cacau. Ajudava dentro de casa toda vida. Não era ajuda financeira não.* Eu partia cacau, mexia com a roça, mexia com a horta, mexia com uma coisa e com outra, tinha barraca na feira dia de sábado também. E assim criei meus filhos. Fui mãe de quinze filhos, vivos tem doze.

(...) Muitas vezes, se for pensar bem, a mulher trabalha mais do que o homem, porque a mulher trabalha fora, mexendo com a roça e quando ela chega em casa ela tem outra tarefa (Dona Flor de Maio).

Como mencionado anteriormente, minhas conversas com as interlocutoras, muitas vezes, tiveram a participação de outras pessoas, familiares, amigos/as e vizinhos/as. A fala que segue foi feita por Barril, companheiro de dona Flor de Maio, no momento em que ela mencionou a sobrecarga da mulher nos trabalhos domésticos e do campo. Nessa conversa, Barril apresenta uma percepção importante da dimensão da divisão sexual do trabalho, marcada pela estrutura patriarcal que, ainda hoje, “escraviza as mulheres camponesas”.

A mulher trabalha mais que o homem, mas é o homem sem vergonha, sem coração, o homem que a mulher vai pra roça com ele e quando chega em casa vai varrer o terreiro, a mulher vai arrumar as crianças, o homem vai pro bar. *A escravidão que não acabou ainda, tem escravidão dentro das casas.* Esse é o homem vagabundo. O homem quando não é vagabundo e tem um coração cheio de sangue e um cérebro normal, a mulher pode ir na roça com ele trabalhar e não tem problema que enquanto ele vai “covando” [preparando a terra para o plantio], ela vai plantando, que é a parte mais leve. Se o sol esquentou, vem todo mundo pra casa, o homem vai lavar a roupa pra ajudar a mulher que o sol tá quente, o homem vai cuidar das crianças também, dividir.

Isso é pouco, mas existe homem assim, que divide o trabalho com a mulher, mas hoje tem homem que ainda pega o dinheiro da mulher e aquele pouquinho das crianças e ainda vai beber cachaça. Isso tem coisas que a gente viu pessoas morrer, recentemente, de ficar ameaçando a mulher e ameaça a família (Barril).

Apesar do discurso reconhecidamente em defesa das mulheres, na prática, não foram poucas as vezes em que seu Barril interrompeu sua companheira e praticamente não a deixou falar. Por vezes ela pedia, “deixa eu terminar de contar, Barril”, e ele ignorando completamente seus pedidos respondia as minhas perguntas direcionadas a ela, até que Dona Flor de Maio cansou e desistiu de tentar falar. Eu também já estava muito incomodada com aquela situação, até que ela falou que estava na hora de almoçar e ele foi em direção à cozinha. Nesse momento, ela disse que estava cozinhando tudo sem sal por causa do coração dele.

As transcrições trazidas revelam várias dimensões da desigualdade de gênero no contexto rural. Dona Flor de Maio relata que, além de trabalhar no campo, ela também cuidava das tarefas domésticas e da criação dos filhos. Ela menciona explicitamente que "a mulher trabalha mais que o homem", pois, além de contribuir com o trabalho agrícola, a mulher é responsável pelas tarefas domésticas quando chega em casa.

A narrativa de Barril reforça a ideia de que o trabalho entre homens e mulheres no campo é rigidamente dividido com base em uma estrutura sexista. Ele menciona que, na roça, o homem "cova" a terra e a mulher realiza a tarefa "mais leve" de plantar. Essa divisão sexual do trabalho perpetua a ideia de que certas atividades são “naturais” para as mulheres por serem percebidas como menos físicas ou menos exigentes. No entanto, a própria Flor de Maio destaca que as mulheres, além de desempenharem essas tarefas no campo, ainda são responsáveis pela totalidade do trabalho doméstico.

Além disso, seu trabalho, embora essencial para a sobrevivência da família, é frequentemente invisibilizado e desvalorizado, como quando ela diz que "não era ajuda financeira", embora realizasse uma série de atividades que claramente contribuíam para a economia familiar.

Outro marcador da diferença de gênero revelado na transcrição é o controle de fala exercido por Barril sobre Dona Flor de Maio. Mesmo quando ela tenta falar e compartilhar sua própria experiência, ele a interrompe repetidamente, ignorando seus pedidos para terminar seus relatos, o que reflete uma desigualdade no poder de fala, uma vez que a voz da mulher é silenciada ou marginalizada, mesmo em situações em que ela deveria ser a protagonista da narrativa. Essa dinâmica ilustra como, além da sobrecarga de trabalho, as mulheres também enfrentam desigualdades de poder dentro das relações interpessoais, visto que suas opiniões e

narrativas são frequentemente ofuscadas pela presença masculina. O fato de Dona Flor de Maio eventualmente desistir de tentar falar sugere a internalização dessa dinâmica, mostrando como as mulheres muitas vezes se resignam a uma posição de submissão em suas relações pessoais.

### **5.1.6 Xique-xique, diplomata “suicida de classe”**

Minha relação com Xique-xique foi intermediada por Castelos de Fada, militante do MST que me fez uma visita em minha casa. Nossa conversa foi rápida, pois Castelos de Fada tinha um compromisso com a mãe e não podia demorar. Conversamos uma única vez. Antes disso, nossos contatos foram visuais em alguns eventos do MST no Assentamento e em Juiz de Fora, sem que mantivéssemos qualquer aproximação.

A primeira vez que a vi também foi na Festa de Sant’Anna em 2022. Não chegamos a ser apresentadas, mas houve uma empatia recíproca. Ela estava ajudando nas vendas de cerveja e a única coisa que falou foi que eu deveria ir mais vezes para conhecer. Quando entrei em contato, pelo grupo de WhatsApp do plantio solidário (ver capítulo 12), Castelos de Fada me disse que estava chegando de viagem e estaria em Juiz de Fora, momento em que combinamos de conversar no meu apartamento.

Lá chegando, contou ser mãe de gêmeos e ter entrado na militância pelo Movimento Estudantil de Juiz de Fora, que não era assentada, mas que esteve por um tempo no acampamento durante a ocupação. Ao falar da minha pesquisa, ela revelou que Xique-xique tinha uma participação muito ativa em várias frentes do Assentamento e que seria a pessoa que poderia me ajudar em muitos aspectos, o que foi reforçado por todas as pessoas com quem mantive contato. No dia em que conheci seu Barril, ao saber que estava indo para a casa de Xique-xique, ele disse:

A Xique-xique vai responder por 156 assentados. Quando a gente veio pra cá, a Xique-xique carregou esse assentamento tudo nas costas e continua carregando nas costas. Hoje ela tá botando a mão para ajudar todos carregar. Não tem mais ninguém que tenha essa vocação aqui dentro. Ela responde por todos nós aqui dentro. Ela chegou e fez o negócio aqui andar (Barril)

Antes disso, Mandacaru já tinha mencionado que: “lá na COOPAC (ver capítulo 12) são quatro lotes. Quem comanda firme mesmo é Xique-xique. Se tem pedido lá pro CONCENTRA, aí, por exemplo, tem uma encomenda de 3.000 conservas de berinjela, se lá não tem, eles vão ver onde tão vendendo a berinjela, vão lá compram berinjela e aí tem a Xique-xique, pega o compromisso das conserva e paga a diária pras pessoas irem ajudar ela”.

Percebi que, para me aproximar das mulheres, seria necessário estabelecer previamente uma relação de confiança. Antes de estabelecermos um vínculo, expliquei para Castelos de Fada do que se tratava a minha pesquisa, o que implicava dizer “de que lado” eu estava, ou seja, explicar minhas afinidades políticas, demonstrar o meu apoio à luta do MST, reconhecer sua legitimidade e fundamental importância na trajetória dos movimentos sociais.

Meu primeiro contato com Xique-xique também foi por WhatsApp e logo depois marcamos um encontro. Ao sair da casa de Dona Flor de Maio, fui em direção à COOPAC, cooperativa do Assentamento, onde havia marcado o encontro com Xique-xique. Cheguei lá depois de uma verdadeira *via crucis*, que me reportou à lenda do Curupira, guardião das florestas, que tem os pés invertidos e que, à medida que andava, deixava um rastro contrário ao sentido de seu caminho, fazendo com que os intrusos se perdessem na mata e nunca mais achassem a trilha de volta. Nesse dia, fora as rezas seguidas e das promessas quebradas, por várias vezes tentei convencer o Curupira das minhas boas intenções para que ele permitisse minha entrada. Não sei ao certo quem acabou ouvindo minhas súplicas, mas, ao final, segui sã e salva.

Finalmente, indo pela estrada da casa de Dona Flor de Maio, por uma vielinha estreita, avistei duas construções em um mesmo terreno e percebi que estava na cooperativa. Ao parar o carro, divisei algumas pessoas com tocas higiênicas e, logo em seguida, Xique-xique saiu de dentro da cozinha para me receber. Já tinha se passado muito tempo do horário combinado e senti que não seria um bom momento para conversarmos, porque era nítido que ela estava muito atarefada, de modo que me ative a uma breve apresentação e, sem mencionar as rezas e a culpa de Curupira de embaralhar os caminhos, pedi desculpas pelo atraso, deixando certo de que nos encontraríamos em oportunidade melhor.

Era final de ano, dia 20 de dezembro. Eu estava com viagem marcada em poucos dias e ela iria fazer um curso de queijos que tomaria seu tempo até meados de janeiro. Assim, sem assinalarmos uma data específica, falei que, passado esse tempo, mandaria nova mensagem para podermos combinar uma melhor oportunidade.

No dia 26 de janeiro de 2024, retornei ao assentamento, dessa vez em direção a sua casa, que, nesse dia, percebi que ficava muito próxima da cooperativa. Passando pela escola da Serra, segui à direita, atravessei duas cancelas e um poço onde algumas crianças tomavam banho e só depois soube que se tratavam dos filhos de Xique-xique que se divertiam nas férias.

Sua casa fica em uma parte mais alta, é simples, de tijolos e telhas sem forro. Ao chegar, fui recepcionada por um cachorro vira-lata grande e festivo que anunciou minha chegada. Xique-xique saiu de casa enquanto seu companheiro, Juba de Leão, recolhia as roupas no varal

que cruza a faixa da casa de ponta a ponta. Ela estava preparando o almoço e me sentei à mesa, que fica ao lado da cozinha de frente para uma estante com muitos livros, que divide a cozinha da sala. Enquanto ela estava entretida com as panelas, perguntei se poderia gravar a nossa conversa e, com seu consentimento, passei a ouvir sua história.

Xique-xique é o que se pode chamar de ponto fora da curva, que faz cair por terra qualquer tentativa no sentido de categorização das mulheres assentadas como massa homogênea e reforça pluralidade da composição do movimento como uma das características estruturantes do MST. Sua trajetória em nada se assemelha à das demais interlocutoras, pelo menos em relação ao ingresso no Movimento. Sua luta ideológica precedeu a sua prática, mas nem por isso é menos genuína e, no passar da régua, sua militância, sua atuação e suas vivências, no transcorrer de quase 20 anos de MST, é fundamental para a tecitura corpo-territorial do assentamento Denis Gonçalves.

Vindo de uma família de classe média, Xique-xique nasceu em São Paulo. É uma mulher branca, cisheterossexual de 45 anos, mãe de três filhos, sendo dois do primeiro casamento e o mais novo fruto da relação que mantém com o atual companheiro. Após as apresentações, ela passou a contar como sua vida encontrou o MST. Deixei-a falar por longas linhas para não perder a riqueza de sua trajetória.

Eu fiquei 15 anos na Suíça, estudei. Eu vim de uma família de classe média, meu pai trabalhava numa multinacional, em São Paulo, ele vendia nobreak desses grandes para hospitais. Aí o chefe de meu pai chamou ele pra trabalhar na Suíça e ele levou a família, quatro filhos. Eu sou a mais velha. A gente foi em 1991, a minha família ficou até 1997, eles voltaram porque minha mãe não se adaptou de jeito nenhum. Na parte alemã da Suíça, minha mãe se negou a falar alemão, não é só a língua, é tudo muito diferente, muito nada a ver. Pra você fazer amizade demora anos, são muito fechados, a gente tá acostumado a pegar nas pessoas, abraçar, lá não tem nada disso. Eles acham que a gente é extremamente invasivo [“a gente”, na fala de Xique-xique, faz menção aos brasileiros e à leitura europeizada desses corpos do Sul Global geoclassificados em subcategorias menos racionais porque não controlam suas emoções e possuem hábitos comportamentais socialmente inadequados, “invasivos”].

Aí eles voltaram em 1997 e eu fiquei. Eu formei no ensino médio em 1998, tava namorando, namorei 10 anos com um rapaz lá, de 1994 a 2004, ele é suíço, de uma família muito atípica que gostava de reunir todo mundo, aquela comilança, tinha que ser assim porque senão não ia dar certo, ele é uma pessoa maravilhosa, a gente é amigo até hoje, a gente conversa muito. E aí eu me formei, aí meus pais me ajudavam, só que eles não tinham condições de me ajudar com tudo que precisava pra viver, aí eu sempre trabalhei, nunca fiquei esperando as coisas. Aí eu trabalhava de chapeleira num teatro, porque o ensino é integral, o dia inteiro, aí de noite eu trabalhava. Aí nos intervalos do teatro, tinha um bar, a gente servia as pessoas, depois limpava tudo. Aí a gente ganhava muita gorjeta e dividia, eu até comprei uma passagem pro Brasil com o dinheiro de gorjeta. Era puxado porque fim de semana eu não tinha, né? Mas era jovem, meu companheiro vinha me buscar, depois que acabava a gente

saía. Eu trabalhei também num restaurante na hora do almoço. Trabalhava duas horas, aí juntando com o dinheiro que meu pai me mandava eu me formei, e longe da família não foi fácil pra mim. Aí eu pensei, não vou começar logo a universidade, vou trabalhar seis meses e viajar seis meses depois, aí eu e meu companheiro juntamos dinheiro seis meses, aí viemos pro Brasil, ficamos cinco meses aqui, aí fomos pra São Paulo, depois pra Brasília e depois pro Nordeste de mochilão. Aí a gente ficou um mês depois lá no Caribe com umas primas que ele tem. Depois eu voltei e fui estudar, comecei estudando antropologia, que lá é diferente, psicologia e sociologia. Aí depois de uns seis meses eu mudei, e me formei em antropologia, sociologia e ciências da religião. É tipo um bacharelado. Eu posso dar aula de sociologia aqui no Brasil e antropologia é tipo um master. Resolvi que queria trabalhar na minha área. Comecei a escrever um monte de carta para o pessoal da Cooperação Internacional e aí entrei numa agência de cooperação das Igrejas Protestantes da Suíça, só que lá não tem nada a ver não, naquele tempo eu me denominava católica não praticante. Eu entrei porque queria trabalhar numa agência de cooperação internacional que atuasse no Brasil, né? Aí eu fiz estágio, depois eles me contrataram e eu fiquei encarregada da cooperação com a Bolívia, Brasil e Colômbia e fiquei lá até 2006, até me formar. Aí eu já sabia que queria voltar pro Brasil. Já tinha ido pra Marcha Nacional do MST em 2005. Eu tinha tido contato com o MST por causa da agência de cooperação. Eu vim pra aprender, eles precisaram de apoio e eu disse que queria ir também. Fui pra marcha e me apaixonei. Eu consegui ajuda da Universidade pra fazer trabalho de campo. Meu trabalho de conclusão de curso em sociologia foi sobre o MST, em alemão. Esperei me formar em 2006 e disse vou pra Minas porque lá tem uma Regional que começou em 2003 e tinha só três anos de regional porque eu não queria ir pra um lugar que já tivesse uma formação muito antiga porque achei que ia ser muito difícil de entrar. É muito difícil conseguir espaço. O Sul é muito conservador, a questão é essa, imagina, nem a pau. Vou não. Aqui em Minas é tudo, as coisas mudaram muito. Aqui tem espaço pra todo mundo. Eu sou um alienígena no movimento, o pessoal fala que eu sou suicida de classes, eu descobri isso depois. Então foi assim, eu vim, me apaixonei. Eu vim, participei da Marcha, falei vou me formar e vou pro MST. Então eu já tinha uma experiência, já tinha estado no Norte de Minas, sabia que era uma regional nova, então falei: eu quero ir pra lá. Eu quero ajudar a construir. Aí eu peguei os contatos e falei: oh, tô chegando aí e quero fazer parte do MST. O pessoal achou que eu era louca. [perguntei: sua família também, não? Ao que ela continuou] Sim, todo mundo achou que eu era louca, porque o sonho dos meus pais era que eu seguisse carreira diplomática. No primeiro momento eles nem acharam tão ruim não, porque pensaram que era devaneio, que eu não ia aguentar nem seis meses e que depois eu iria voltar. Aí eu pedi demissão do trabalho na Suíça, peguei minhas coisas. Nessa época eu já tinha me separado lá, separei em 2004 e estava morando sozinha. Aí falei pros meus amigos, vai lá em casa e podem pegar tudo que vocês quiserem porque eu vou levar uma mochila de coisa, mas foi mentira porque eu deixei uns livros que depois eu mandei buscar e uma amiga trouxe pra mim. Trouxe só uma mochila de coisa, passei na casa de meus pais em São Paulo, fiquei uma semana lá e mandei uma mensagem pro MST em Belo Horizonte, para a Secretaria Estadual e de lá eu já iria pra Montes Claros, eu já conhecia um pessoal de lá e já tinha combinado de ir pra lá. Aí eu cheguei, lembro até hoje quem tava nessa conversa, eu falei que queria muito ir pro Norte de Minas que era novo, que eu não queria ir pro lugar com tudo estruturado já e eles queriam porque queriam me mandar pro centro de formação em Governador Valadares, porque eu já tinha uma experiência. Eu falei, o que vocês quiserem eu faço, tem problema não. Aí eles falaram, então tá bom, a gente vai conversar aqui e

depois a gente entra em contato. Você tá indo pra São Paulo? Me perguntaram. Eu disse não, eu tô aqui com minha mochila, eu vim pra morar lá. Todo mundo pensou: essa aí não vai aguentar nada! Mas falaram: tudo bem, a gente vai te passar os contatos. O Ney [se referindo a um companheiro do MST, morador do Assentamento] adora contar essa história porque falava que eu ficava olhando eles e ainda não entendia nada de nada e eles pensavam: louca, louca de pedra. Aí eu fui pra Valadares e fiquei quatro anos no setor de finanças. Antes disso, três semanas antes de vir pra cá pro Brasil, eu conheci o pai dos meninos, me apaixonei loucamente, e quisemos engravidar em três semanas. Aquelas paixões assim, aí ele mudou a vida dele pra vir pra cá da Suíça. Ele ficou lá até o final de 2006. Eu vim dia 03 de agosto, já estava grávida e ele veio no final do ano, no dia 31 de dezembro. Eu aluguei uma casa na rua, em Montes Claros, e fiquei lá, fiquei um ano lá, eu cheguei em agosto e pari em maio. Aí eu falei pro pai: oh, você que vai cuidar porque eu tô na militância. Ele falou: tudo bem. Eu participava do centro de formação, tinha horta, essas coisas, mas eu ficava na finança, aí cansei, falei: oh, eu quero participar, não ficar na parte mais administrativa. Eu ajudava muito no centro de formação, era bom, mas eu queria participar mais. Eu pedi demissão porque estava infeliz, aí falei na reunião e o pessoal achou que eu tinha cara de educação. Aí fui pra educação. Aí comecei a perceber que por ser mãe que tinha que ter mais planejamento, educação qualificada, eu tive filho militando, né? Que eu tinha que carregar (Xique-xique).

Hoje, moradora do Núcleo da Serra, Xique-xique chegou ao Denis Gonçalves em janeiro de 2014, quando ainda era Acampamento. Segundo ela, nesse mesmo ano, o INCRA emitiu a posse. Antes disso, morou no Centro de Formação do Assentamento Estrela do Norte, no norte do estado de Minas Gerais.

O Limão [outro companheiro do MST] que acompanhava a produção aqui, ele falou que ainda tinha vaga. Como eu não era assentada, era só eu e meus dois filhos, aí ele perguntou se eu queria conhecer. Eu disse: eu topo. Aí peguei os meninos e vim pra cá, passei uns três, quatro dias, imagina, saindo do Norte de Minas, chega aqui, você vê essa abundância de água, fiquei maravilhada. Fiquei louca, louca, louca, porque o Norte de Minas, eu amo, mas eu não me via assentada lá, num lugar tão seco. Ficava imaginando, o que é que eu vou fazer? Eu com dois meninos pequenos, como é que eu vou fazer, como é que eu vou dar conta? Não tem água. Aí quando eu vim pra cá e vi esse tanto de água... (Xique-xique)

Trouxe até aqui algumas histórias das mulheres do Assentamento para analisar as políticas cotidianas estritamente relacionadas às políticas de resistência. Cada uma das mulheres com as quais conversei e mantive contato manifestou um desejo íntimo de (re)conhecer seu lugar no mundo, e a terra, a roça, o pedaço de chão são reivindicados como sendo o lugar por onde buscam caminhar, pertencer, fincar raízes, firmar existências, crescer e fazer crescer, produzir e reproduzir os ciclos de vida.

Sobreviver no campo em condições muitas vezes precárias é resistir, e a resistência está presente na vida de Dona Rosa de Pedra, ao enfrentar a fome, a violência, o distanciamento do seu corpo, de seu território na esperança obstinada de um dia retornar. Toda essa travessia a impulsionou sozinha para um acampamento, depois de criar os 11 filhos e enterrar o marido e hoje, finalmente, retomar as rédeas de sua vida. Poder dormir e acordar com os pássaros, plantar seu próprio alimento sem veneno, trabalhar para si, identificar-se com o seu viver, ter a consciência de lutar no seu diminuto espaço físico e corporal para expandir coletivamente a sobrevivência da comunidade – quando estuda para aprender a fazer as medicinas, quando solicita reunião de mulheres para criar ferramentas de denúncia contra a violência que lhe acompanhou durante toda a vida, quando não quer para as outras o que tiveram para si, quando sobrevive às amarras do casamento, da igreja.

Dona Flor de Maio também foi obrigada a sair de sua terra, para tentar a sorte como empregada doméstica, criar os filhos, levando a criança para a casa dos patrões, sem carteira assinada, sem reconhecimento dos seus direitos e, caminhando junto com o novo companheiro, finalmente, pode (re)tomar a sua potência de criação de um outro modelo de viver.

Para Mandacaru, permanecer no lugar em que sua família ocupou por gerações é resistir, com a chegada do MST, sem estabelecer confronto, mas por meio de uma política individual de integração, do corpo a corpo, de coesão e solidariedade. Conhecer a luta para saber por que também deveria lutar, uma atuação que se expande para além do privado, que procura negociar com os novos movimentos do território, com as transformações, que são demonstradas quando do seu retorno à sala de aula; luta também pela defesa da escola e do ensino diferenciado para a realidade do campo, que não pode ser estabelecido nos mesmos moldes do ensino tradicional formal regular porque esse tipo de educação não está atento às dinâmicas dos trabalhadores, trabalhadoras e crianças camponesas.

Palma Doce relata o quanto o casamento, potencializado pela convicção religiosa, aprisionou-lhe e a excluiu do convívio familiar e comunitário, isolou-a do mundo e, agora, com a roupa do corpo, revitimizada pela omissão do Estado que não lhe garante segurança nem acesso a seus pertences, resiste nas casas dos familiares que lhe acolhem e, mesmo com muito poucos recursos, mantém-se segura.

Xique-xique parte de outros lugares para chegar na atuação resistente ampla, política e familiar. Não ter enfrentado as dificuldades das outras lhe deu acesso à educação, que transformou e foi transformada no início da vida adulta pelo trabalho com ONGs de ajuda humanitária que lhe aproximou dos movimentos sociais, tendo acesso ao MST. Sua insubordinação resistente a fez abandonar o conforto da vida em uma família de classe média

para dar seguimento à sua luta por acreditar na possibilidade de existir para além do que a vida de privilégios lhe apresentava como possibilidade; de romper com as estruturas familiares brancas e heteronormativas e seguir seus caminhos de mãos dadas com os corpos mais precarizados e explorados; e de acreditar no coletivo como o caminho possível para a soberania alimentar e para o bem viver.

Do mesmo modo Rosa da Noite, cuja família resiste naquele lugar, coletiviza sua luta de maneira mais evidenciada, pela expansão das políticas de resistência, ampliando o acesso à saúde, à educação, ao combate à violência contra as mulheres no campo e nas casas, o que abre caminhos para inserção das mulheres nos postos de poder.

Por meio dessas vozes, busco resgatar a memória, no sentido utilizado por Lélia Gonzalez (2020), fruto da dialética entre consciência e memória, em que na consciência repousa o discurso ideológico, entendido na perspectiva do lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e do “saber” universalizante.

Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso, ela fala através das mancadadas do discurso da consciência (Gonzalez, 2020. p.102).

As mancadadas do discurso da consciência escapam pelas brechas e emanam dos/as excluídos/as, reestabelecendo os caminhos apagados pela história. A memória é, portanto, um lugar de confronto, de questionamento e de sabedoria que, desafiando a ordem preestabelecida, produz cotidianamente novas formas de resistir.

Compreendendo o território como um espaço indissociável dos corpos que nele transitam, ou seja, como a trama que conecta as pessoas em suas diversas relações com o espaço, a terra, os animais, os modos de produção de alimentos, a divisão do trabalho, a autonomia financeira, e as formas de existir, pertencer, resgatar saberes, fazer-se ouvir e ocupar, podemos visualizar um ecossistema complexo e interconectado. Nesse contexto, a efetivação da justiça social depende da ruptura com a hierarquia imposta pelo sistema capitalista de produção. Esse projeto inclui o estabelecimento de paradigmas alternativos, que rejeitam a exploração da força de trabalho, dos recursos naturais e dos corpos transformados em mercadoria.

## 6 CAOSGRAFIA DA SUBALTERNIDADE

A riqueza histórica que o Assentamento Denis Gonçalves carrega em seu território me alertou para aspectos que merecem aprofundamento na presente pesquisa. A trajetória da fazenda engloba cinco momentos históricos distintos, que demonstram as raízes da desigualdade fundiária ancorada no sistema de concentração de riquezas que perdura desde a colonização até os dias atuais. Podemos identificar os períodos da seguinte forma: (1) o modelo inicial de aquisição da propriedade no período colonial, com a expulsão dos povos originários e a cessão gratuita das terras pelo sistema de sesmarias, beneficiando os proprietários de escravizados/as em detrimento dos povos nativos e dos pequenos agricultores; (2) o regime de formalização da propriedade, fixado pela Lei de Terras (n. 601, de 18 de setembro de 1850)<sup>11</sup>, na transição entre a abolição da escravidão e o incentivo à imigração estrangeira para recomposição de mão de obra e composição dos cenários econômicos/sociais emergentes; (3) os períodos pós-guerra e ditatorial, com a implementação da “Revolução Verde” (1950/1985), do Estatuto da Terra<sup>12</sup> e do incremento do agronegócio subsidiado pelo Estado; (4) a transição do regime militar para o democrático, iniciado em 1985, e consagrado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988; (5) por fim, a chegada, em 2010, do MST, cuja história remonta ao ano de 1984 e sobre a qual falaremos brevemente aqui.

É importante marcar que dos cinco períodos mencionados, o único em que o Estado se ausenta e muitas vezes age no sentido de dificultar o acesso a terra é exatamente quando a sua destinação volta-se para a promoção da justiça social, a distribuição de terras improdutivas e o beneficiamento de pequenos/as proprietários/as rurais. Não causa estranhamento quando passamos a entender que os processos que antecederam e permitiram a manutenção das estruturas de poder, antes de virar Assentamento, têm sido de exercícios contínuos de políticas predatórias e desumanizantes. Isso não significa, no entanto, que não possam surgir novos paradigmas sociais de distribuição de terras, o que aconteceu de fato depois de intensos processos de luta e resistência dos corpos historicamente explorados que serão pormenorizados mais adiante (ver capítulo 7).

Neste capítulo, dedico-me a percorrer, de um lado, os cinco períodos citados e, de outro e mais especificamente, os momentos da eclosão e da solidificação da luta mais ampla pela

---

<sup>11</sup> Primeiro diploma legal que disciplinou a questão agrária no país e pôs fim à concessão gratuita de terras em todo o território nacional (1850), regularizando a política latifundiária.

<sup>12</sup> Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, que buscou regular os direitos e as obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

terra, encabeçada pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, abarcando desde o pós-guerra, passando pela ditadura militar, redemocratização, até o momento em que a história do MST se entrelaça e passa a confluir com a história da Fazenda de Fortaleza de Sant'Anna.

Para entender a estrutura organizacional sobre a qual se desenvolveu o Movimento Social de Trabalhadoras e Trabalhadores sem Terra, é necessário compreender o contexto histórico que marca a transição do Brasil Colonial para o Pós-Colonial capitalista. Esse processo foi caracterizado pela criação de uma identidade nacional - a “Nação Brasileira”, como marco de transformação social, por meio da implantação de uma política de regularização fundiária, iniciada com a Lei de Terras.

Sem a pretensão de esgotar o tema, que já foi e continua sendo objeto de reflexão, e amparada em literatura que versa sobre a constituição das identidades nacionais e sobre os processos de colonialidade (Hall, 2020; Fanon, 2022; Bernardino-Costa et al., 2020, Krenak, 2020; Vergès, 2019; Segato, 2021; Gonzalez, 2020), a intenção aqui é organizar, em linhas gerais, o escopo teórico que subsidia esta pesquisa.

Como explica Hall (2020), o ideal de nação deu sequência ao projeto político colonizador de invasão e exploração de terras, além do extermínio dos povos originários para implementação do modelo europeizado essencialista que buscava unificar pautas e sujeitos, impondo regras de moralidade e práticas socialmente adequadas.

Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder de gerar um sentimento de identidade e lealdade [...]. Para dizer de forma simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma grande família nacional (Hall, 2020, p. 45).

Nessa perspectiva, a Nação Brasileira foi “inventada” a partir de objetivos claros de compartimentação do mundo entre o “não civilizado” e o civilizado, este último sobrepondo-se de modo violento a qualquer forma de organização social preexistente. Sob o poder regulador do Estado-Nação que emergia, a violência expropriatória operou em várias frentes simultâneas: espoliação dos territórios, extermínio ou animalização de corpos e escravização da mão de obra. A imposição de uma nova racionalidade às custas da exploração e da exportação de riquezas, a invalidação das subjetividades e os aspectos imateriais nativos foram erigidos sob a premissa da necessidade dos colonizadores de extirparem o mal absoluto, elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima; elemento deformador que desfigura tudo o que tenha a ver com

ética ou moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas (Fanon, 2022, p. 34-35).

Bernardino-Costa (2020) traz essa discussão sobre o ideal de nação ao enfatizar o processo de criação de um universalismo abstrato, desincorporado e não pertencente a qualquer localização geopolítica, produzindo o efeito de uma devastadora bomba cultural, a mesma que precisa ser desarmada por meio da qualificação epistêmica decolonial.

O efeito de uma bomba cultural é aniquilar a crença das pessoas nos seus nomes, nos seus idiomas, nos seus ambientes, nas suas tradições de luta, em sua unidade, em suas capacidades e, em última instância, nelas mesmas. Isso faz com que as pessoas vejam seus passados como uma terra devastada sem nenhuma realização, e faz com que elas queiram se distanciar dessa terra devastada (Wa Thiong'o, apud Bernardino-Costa et al., 2020, p. 13).

A colonização se estabeleceu como um processo maniqueísta composto por forças antagônicas e incompatíveis, no qual o colonizador personificou, no branco-europeu, o ideal salvacionista, combatendo incessantemente os “inimigos” com o objetivo de fixar seus parâmetros de nação sobre estruturas exploradas, violadas e famintas. Esse raciocínio é fundamental para que possamos entender que os/as colonizados/as foram privados/as da liberdade, das emoções, da manutenção de laços sociais e de parentesco, de expressar suas ideias e compartilhar hábitos e rituais – lembrando que a capacidade de reestruturar relações, parentesco e cultura, mesmo sob atrozes formas de opressão e subjugação, sempre existiram na agência dos/as colonizados/as de cujas histórias de resistência foram apagadas.

Meu primeiro incômodo já se apresenta em relação ao que se entende por “desenvolvimento de uma nação”. Como o desenvolvimento é pensado na lógica capitalista? Será que o conceito de desenvolvimento para as mulheres do campo encontra alguma similitude com o desenvolvimento almejado pela ordem político-econômica nacional? Como as categorias de “nação” e “desenvolvimento” operam no imaginário social? Quem representam e quem elas excluem?

Tomarei como ponto de partida esses sistemas de representação que se alimentam das desigualdades, imprimindo lógicas categóricas hierarquizantes racializadas, generificadas e geolocalizadas, tanto externas (Sul e Norte globais) quanto internas (regionalização Sul/Sudeste produtivos/desenvolvidos *versus* Norte/Nordeste arcaicos, atrasados e involuídos). Essas questões sobre conceitos de desenvolvimento e nação são tensionadas na tentativa de esclarecer os processos históricos que serão retratados a seguir e que fundamentam os alicerces da nação

brasileira, vista como “viveiro da elite que administra o setor público e privado” (Segato, 2021, p.31).

Desde o início das expansões coloniais, a etimologia das palavras “colônia”, que deriva do latim como sendo “agrupação de colonos”, e “colono”, derivado do verbo *colo* (*cuidar, honrar ou adornar*), com conotações associadas à ideia de cuidado em cultivar e habitar uma terra estrangeira, tiveram seus significados intencionalmente distorcidos para ocultar o processo de expropriação de corpos, territórios, saberes e ancestralidade, assumindo um viés de invasão exploratória e de dominação que passa pela imposição da cultura europeia, civilizatória e consequente supressão das culturas dos povos invadidos.

Não se tratou, portanto, de um processo de ocupação para honrar, cultivar e habitar, mas, sim, de invasão expropriatória e violenta de corpos-territórios, de apagamento da historicidade nativa e de imposição de uma consciência coletiva hegemônica, universalizante, essencialista, estruturante e invisibilizadora que permaneceu, mesmo findo o processo de colonização, marcada historicamente de periodicidade, para se estabelecer pela permanência contínua de suas estruturas no sistema capitalista moderno.

Não devemos subestimar a velocidade com que o capital é capaz de absorver certas noções para transformá-las em palavras de ordem esvaziadas de seu conteúdo; (...) O capital é colonizador, a colônia lhe é consubstancial, e para entender como ela perdura, é preciso se libertar de uma abordagem que enxerga na colônia apenas a forma que lhe foi dada pela Europa no século XIX e não confundir colonização com colonialismo. Nesse sentido, a distinção que faz Peter Ekeh é útil: a colonização é um acontecimento/período, e o colonialismo é um processo/movimento, um movimento social total cuja perpetuação se explica pela persistência das formações sociais resultantes dessas sequências (...) Trata-se de uma colonialidade que herdou a partilha do mundo que a Europa definiu no século XVI e que continuou reafirmando por meio da espada, da pena de escrever, da fé, do chicote, da tortura, da ameaça, da lei, do texto, da pintura e, depois, por meio da fotografia e do cinema; uma colonialidade que institui uma política de vidas descartáveis, *humans as waste* (Vergès, 2019, pp. 29-30).

Para construir o projeto de sociedade brasileira, espelhada nos modelos europeus pautados nos binarismos humanos/não-humanos, homens/mulheres, brancos/não-brancos (brancos/negros e brancos/indígenas) e cultura/natureza, os invasores/colonizadores necessitavam retirar a humanidade dos povos invadidos para justificar ações atroz e impor-lhes suas próprias categorizações. Nessa lógica, a categoria de seres humanos estava diretamente associada às pessoas que nasceram no continente europeu. O corpo colonizado, coisificado e animalizado foi, portanto, o primeiro objeto de espoliação. “Esse sistema-mundo desterritorializou o nosso arcabouço epistêmico e de metodologia da vida de nossos ancestrais,

antigos donos das terras ocupadas<sup>13</sup> (Miranda), reduzindo esses corpos à condição de não-existência e invisibilidade, invalidando, por via de consequência, suas noções de pertencimento e comunidade de modo a reduzi-los, juntamente com suas terras, à propriedade dos colonizadores.

Ainda no mesmo caminho, Fanon (2022) descreve a compartimentação do mundo pós-colonização como uma verdadeira “caça às bruxas”, revelando a perversidade com que se deu esse processo de (re)construção dos espaços e de aniquilamento das subjetividades.

Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, jamais habitaram o mundo colonizado. O nativo é declarado impermeável à ética: ausência de valores, mas também negação de valores. Ele é, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Nesse sentido, é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador que desfigura tudo o que tenha a ver com ética ou moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas. (...) A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia dos pretos, a medina, a reserva, é um lugar mal-afamado povoado de homens mal-afamados. As pessoas ali nascem em qualquer lugar, de qualquer jeito. E as pessoas ali morrem em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de calçados, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade estendida no chão (Fanon, 2022, p. 34).

Os estudos de Cambraia e Mendes (1988, p.141-142) sobre os registros históricos do início do século XIX no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, revelam um discurso ideológico que legitimava a violência contra os povos indígenas. A representação dos "gentios" como seres inferiores e perigosos, associada a práticas como o canibalismo, justificavam a escravização, o extermínio e a usurpação de suas terras. Essa construção identitária negativa era fundamental para o projeto colonizador português, que visava à exploração econômica da região e à imposição de um modelo de sociedade baseado na monocultura e na submissão dos povos originários.

[...] nesta capitania se acha ainda terreno incomensurável ocupado de Gentio chamado Botocudo, o mais bravo do Brazil, particularmente nas margens do Rio-Doce, que he constantemente reputado por muito rico de ouro, e muito fértil em todos os gêneros, aonde, expulsando o Gentio, descortinado o Rio, e feitas povoações capazes de resistir ao m.mo Gentio, se podem empregar muitos d'estes braços, ou inúteis ou prejudiciaes [...] Poderiam exportar-se

---

<sup>13</sup> Corpo-território e Educação Decolonial. Disponível em: <[https://www.youtube.com/live/5D56ByEiSmU?si=UZfWSY1Wm\\_-6rXJi](https://www.youtube.com/live/5D56ByEiSmU?si=UZfWSY1Wm_-6rXJi)>. Acesso em: 25/05/2024.

madeiras preciosas, muito algodão, café, açúcar, couros, os metais menos preciosos, quando se cuidasse na extração destes, taes gêneros levados para Portugal estelizariam sobremaneira o patrimônio de Sua Alteza Real nos seus direitos, e essa Capitania passaria de um comércio passivo, e insignificante, a ter um florescente. [...] Quanto ao segundo embarço, vê-se claro que, desafrentadas as margens deste rio (Doce) com o corte das madeiras, estes antropófagos se achariam na precisão de largarem suas habitações; e uma vez perseguidos se embesstegariam nos matos à proporção que estes se fossem desmanchando, e com o andar do tempo se domariam (se é possível domar monstros deste toque) ( ... ) visto que seja impraticável outro meio que não seja o de força para opor a tais monstros engulados na fereza e sedentos de sangue humano.

Ao discorrer sobre a invasão dos povos originários que viviam no que passou a ser chamado de Brasil, Ailton Krenak – primeiro indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras –, pertencente à etnia Krenak que, antes de ser expulsa de suas terras, durante muito tempo, estabeleceu-se na região do vale do Rio Doce/MG, aponta para a maneira como foi inventado o conceito de humanidade a partir de critérios binários de luz e trevas, civilizados e selvagens, alienando o exercício do ser dos nativos, descolando-os de suas terras, arrancando as pessoas do campo, das florestas e de seus coletivos e jogando-as nas favelas e periferias para servir de mão de obra barata nos centros urbanos, como em um grande liquidificador chamado “humanidade”.

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (Krenak, 2020, p.7).

Embora esses trechos se refiram a regiões distintas do estado de Minas Gerais, a colonização portuguesa se fez presente em ambas: Vale do Rio Doce e Zona da Mata. Por via de consequência, a antiga Fazenda Sant’Anna não fugiu dessa dinâmica histórica cujas raízes continuam fincadas no Assentamento Denis Gonçalves. Esse projeto de despossessão e manutenção do poder, que se retroalimenta das assimetrias socioeconômicas por ele mesmo criadas, advém de heranças históricas que singularizam a realidade do Brasil e demais países do Sul Global colonizados e se traduz na institucionalização da política fundiária brasileira, marcada por concentração de terras, formação de latifúndios, estigmatização e criminalização de corpos. Esse “processo/movimento” será retratado no decorrer desta pesquisa como um dos elementos fundantes da luta encabeçada pelo MST.

O Assentamento Denis Gonçalves, por via transversas, também testemunhou a violência fundadora da colonização, já que os povos originários foram descritos como selvagens para justificar sua escravização e expulsão de suas terras. Essa terra, tão fértil quanto manchada de sangue, tornou-se o palco de um projeto colonizador que, desde o século XIX, vem moldando o Brasil. Ailton Krenak nos alerta para as raízes desse processo, que arrancou corpos do campo e das florestas, apagando memórias e enterrando saberes, empurrando os despossuídos para as margens da "civilização".

Longe do campo, o cenário político de meados do século XIX buscava desvincular-se do status de um país ex-colonizado, recém independente, fixando novos parâmetros sociais a partir da criação de uma identidade nacional própria e soberana, que em nada se assemelhava ou abarcava a diversidade dos seus, tampouco refletia a realidade do povo brasileiro, uma vez que mais parecia uma caricatura mal engendrada da sociedade colonizadora do outro lado do mundo, branca, masculina e excludente. Segundo Wendy Wolford (2010),

[...] uma questão nacional só surgiu, de fato, na metade do século XIX – época em que a sociedade brasileira começou a dar seus primeiros passos em direção à modernidade. No contexto da época, tratava-se de dar segurança jurídica aos precários títulos dos senhores de terras, a fim de garantir seu status perante o Estado nacional que se consolidava, pois, até então, tudo referente à posse de terras dependia de concessão do poder central. Mas a preocupação principal nem era essa. O que realmente perturbava a classe dos fazendeiros era a iminência da abolição da escravatura e a necessidade de trazer mão de obra imigrante para realizar o trabalho agrícola. Por essa época, a pressão inglesa contra o tráfico negreiro já se fazia sentir com intensidade, dificultando muito a importação de escravos africanos, em especial para suprir a necessidade de força de trabalho para a pujante lavoura cafeeira (Wolford, 2010, p. 398).

O fim do sistema de sesmarias (concessão gratuita de terras) marcou, portanto, o início a um período de intensos conflitos que perdurou por, aproximadamente, um século, fundamentado na ausência de normas regulamentadoras que proporcionaram grande insegurança jurídica, bem como o surgimento de microestruturas de poder, comandadas pelo coronelismo que, nas palavras de Felipe Silva,

[...] apoia-se no poder privado do latifúndio e, ao mesmo tempo em que permite a reprodução de seu domínio sobre a terra e sobre a força de trabalho, permite também o fortalecimento da autoridade pública, na medida em que esses poderosos locais vão se tornando dependentes dos recursos materiais das administrações estaduais, especialmente nos estados mais ricos, tal como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (Silva, 2014, p. 37).

Com a economia voltada para agricultura de exportação e exploração de mão de obra escrava, aliada à ausência de delimitações expressas de propriedades, os grandes produtores, que também compunham a classe política dominante, buscaram regulamentar o acesso à propriedade com um projeto de regularização fundiária que lhes proporcionasse benefícios e manutenção de privilégios e estruturas de posse e produção.

[...] foi a partir da cultura cafeeira que se desenvolveria o processo de acumulação primitiva necessário à estruturação do capitalismo [no Brasil]. Consequentemente, a questão da mão de obra livre foi colocada. O movimento abolicionista se situou exatamente a partir das exigências do novo estado de coisas (Gonzalez, 2020, p. 40).

Observa-se que, no sistema escravista, a terra possuía um apelo mercadológico menor do que a propriedade de escravizados/as e a concessão de terras devolutas pela Coroa Portuguesa, cujos limites fronteiriços seguiam critérios pouco definidos e tinham por base beneficiar os grandes proprietários de escravizados/as com a intenção de promover a produção de monoculturas de exportação, principalmente café e cana de açúcar, possibilitando acumulação de capital e concentração de riquezas. Nota-se, nesse sentido, que a conquista territorial, no sentido estrito de espaço geográfico, foi precedida pelo controle/apropriação dos corpos nativos e escravizados, com desestruturação e aniquilamento das dissidências. Essa destruição abarca não só a morte física dos corpos dissidentes, mas, também, o sepultamento de suas memórias, epistemologias, cosmopercepções e modos de vida.

A transição do corpo-mercadoria para terra-mercadoria, marcada pela privatização do solo e regulamentada pela Lei de Terras, ao agregar valor monetário ao pedaço de terra, precificar e tributar os espaços, além de obrigar o possuidor a arcar com os gastos para medição do solo para reconhecimento do título, pode ser lida como uma manobra política para inviabilizar a aquisição de terra pelo pequeno produtor. Este, por sua vez, desprovido de recursos financeiros, viu-se obrigado a oferecer sua mão de obra ao proprietário, estabelecendo uma relação de dependência com grandes senhores de terra que, ao cederem um pequeno lote para o cultivo de subsistência, exigia-lhe uma contraprestação desproporcional e injusta, em uma relação de exploração, somada à ausência total de garantias.

O sistema agrário brasileiro passou, então, para uma nova fase desvinculada da exploração da mão de obra escravizada, para utilizar-se do trabalho livre não assalariado ou semi-livre configurado a partir de outros vínculos de exploração, dentre os quais o colonato ou meação, no qual os trabalhadores e trabalhadoras meeiros/as eram autorizados/as a utilizar uma

pequena parte da propriedade dos latifundiários mediante o pagamento de um “aluguel” correspondente à metade do que produziam.

Essa estrutura de contratação da mão de obra que abrangia núcleos familiares, caracterizados tanto pelo isolamento geográfico quanto social, revela, também, a particularidade de uma força de trabalho não medida individualmente por extensão de jornada ou tipo de atividade, mas por uma produtividade que opera em micro conjunto familiar, submetido a condições de precariedade extrema, sem distinção significativa de tarefas, seja por gênero, seja por idade, na qual homens, mulheres, crianças e idosos eram obrigados a cumprir jornadas extenuantes de trabalho, em condições distintas do trabalho escravo pela ausência de castigos físicos explícitos, mas que se assemelhavam em relação à exploração, à precarização e à desvalorização de mão de obra.

A organização composta por núcleos familiares de trabalhadores e trabalhadoras do campo, isolados geograficamente e dispersados em grandes extensões territoriais sob o comando dos latifundiários, dificultava o controle estatal sobre as relações de trabalho vivenciadas no campo, conferindo aos proprietários de terra autonomia para impor condições desumanizadoras sobre os/as trabalhadores/as, ao mesmo tempo em que objetivava enfraquecer a organização de frentes de trabalhadores rurais, distanciando os camponeses dos debates públicos emergentes, impulsionados pelo início dos processos de industrialização.

Cristalizou-se, assim, ao avesso, a agência política e institucional exploratória da massa humana homogeneizada nos territórios, imagem fortalecida exponencialmente em governos autoritários, como os vivenciados no Brasil da Era Vargas (1937-1945) e na ditadura civil-militar (1964-1985), que se ancoravam no mito da democracia racial ao exaltar – como forma de dispersar, sufocar, perseguir e criminalizar movimentos sociais de luta por reconhecimento – a perspectiva de convivência harmônica entre brancos, negros e indígenas.

## **7 CAMINHOS DE TERRA E COLHEITAS DE ESPERANÇA: GRITOS SILENCIADOS E TERRITÓRIOS EM CONFLITO**

No início da década de 1960, o debate teórico sobre a questão agrária foi protagonizado por duas principais correntes. De um lado, intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCdoB) que juntamente com parte da Igreja Católica reconheciam na distribuição desigual das terras uma fonte de exclusão social que opera profundas injustiças. Por isso, defendiam a necessidade de uma reestruturação fundiária no país com a implantação de uma reforma agrária redistributiva de terras, em que fosse respeitada a função social da propriedade. De outro lado, o grupo conservador, composto por estudantes do curso de Economia da Universidade de São Paulo (USP), liderado por Delfim Neto e influenciados pelo funcionalismo norte-americano, defendia a efetivação do que mais tarde se chamou de “modernização conservadora”, com priorização máxima do agronegócio, por meio da implantação de políticas de incentivo à produtividade de monoculturas, ao incremento tecnológico e à modernização técnica da agropecuária, sem prejuízo de manutenção das estruturas fundiárias existentes (Carter, 2010).

No mesmo ano em que se deu o golpe civil-militar (1964), foi promulgado, também, o Estatuto da Terra, primeira lei que previu uma reestruturação fundiária no país, com o objetivo formal, pelo menos carregado em sua letra de lei, de promover a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura, sob a bandeira da modernização/industrialização.

A despeito do seu pioneirismo na conceituação de Reforma Agrária, Módulo Rural, Minifúndio e Latifúndio, o objetivo real do Estatuto se distanciava em muito do que previa seu texto, revelando-se como uma espécie de manobra política para manutenção das estruturas de concentração de terras. Ou seja, a capitalização/mercantilização da agricultura por meio da produção de monocultura de exploração tanto de terras quanto de mão de obra, excluía, na prática, pequenos agricultores e a agricultura familiar das políticas de modernização ou redistribuição de terras, o que demonstra o intuito não de promover a reforma agrária, mas de conter os ânimos e impulsos por justiça social, além de controlar os conflitos pela posse de terra.

Em 1967, Delfim Neto assume o Ministério da Fazenda e começa a implementar suas teses em favor da modernização conservadora, mediante a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural como principal instrumento de fomento à produção agropecuária, com priorização máxima do agronegócio. Assim, questões postas no debate agrário ficaram inteiramente dominadas pela agenda oficial – acelerar o crescimento da produção agrícola (Carter, 2010, p.85).

Com a modernização das técnicas de produção de monoculturas para garantir excedente comercializável e conseqüente acúmulo de capital, o processo de industrialização e expansão capitalista brasileiro, iniciado na década de 1920, binarizou as relações sociais colocando, de um lado, grandes proprietários de terras nos postos de comando, como produtores de conhecimento, lideranças políticas, responsáveis pela modernização e pelo desenvolvimento do país; de outro lado, os “esquecidos do campo”, sujeitos subalternizados, pobres e racializados (negros, indígenas e imigrantes), associados ao subdesenvolvimento, ao atraso e à incapacidade, relegando-os ao campo da inexistência, cujos saberes e técnicas foram e continuam sendo invisibilizados.

Enquanto a classe operária urbana se articulava no sentido de lutar por direitos à livre associação e melhores condições de trabalho, no campo, a arquitetura política, econômica e ideológica das classes dominantes procurava abafar os conflitos encabeçados pelos movimentos sociais rurais que em momento algum assistiu inerte às escaladas de poder.

Moldadas a partir de relações diferenciadas que envolviam a participação de famílias na atividade campestre, isoladas dos centros urbanos e longe dos olhares da sociedade e do Estado, as vozes das ruralidades eram intermediadas pelos latifundiários, que se movimentaram no sentido de impedir a organização de trabalhadores/as do campo, sob o pretexto de se tratar de uma mão de obra que, embora produtiva, era despolitizada, acomodada e que vivia em harmonia com os patrões.

Temendo a ressonância dos anseios subalternizados, os grandes proprietários de terra defendiam que os interesses dos/as trabalhadores/as do campo convergiam, em muitos aspectos, com os seus próprios interesses, de modo que caberia aos patrões representar os empregados nos debates políticos, ou seja, os/as trabalhadores/as rurais não podiam falar por si mesmos, ou melhor, não deveriam. Defendendo essa ideia, os fazendeiros, representados pela Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), reiteraram a defesa de uma associação mista de representação que incluísse empregadores e empregados, a fim de evitar desarmonias entre as “classes agrícolas”. Acentuavam a impossibilidade de um sindicato próprio para trabalhadores/as rurais, alegando sua “deficiência intelectual e econômica” e a própria dificuldade em definir o que é a “profissão rural” (Medeiros, 2010, p. 115).

Contrapondo o discurso disseminado pelos latifundiários, institucionalizado pelo Estado e amplamente difundido pelos meios de comunicação, a organização de movimentos dos camponeses, desde meados da década de 1950, denunciava os mais diversos tipos de violência sofridos no campo, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho, o que incluía redistribuição de terras por meio de uma reforma agrária efetiva, como se pode observar na

Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, publicada no jornal Terra Livre, na segunda quinzena de setembro e primeira quinzena de outubro de 1954, cujos recortes mantive no formato original no intuito de preservar a autenticidade dos relatos, conforme se vê abaixo.

PÁGINA 1 - Segunda quinzena de setembro - Primeira quinzena de outubro - JORNAL "TERRA LIVRE"

# CARTAS DOS DIREITOS e das REIVINDICAÇÕES dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

**PREÂMBULO**

No Brasil, os lavradores e trabalhadores agrícolas vivem um melhor futuro.

A maior parte dos melhores terras do Brasil se encontra nas mãos de uma minoria, enquanto milhões de camponeses não possuem terra ou possuem propriedades que tornam-se improdutivas até a subsistência, sendo obrigados a abandonar sua terra natal, morrendo precocemente sem nenhuma assistência.

Os proprietários e os donos de terras nos Estados Agrícolas vivem sob a ameaça constante de perderem as suas terras, de serem expulsos e despejados, para estabelecerem governos. Os latifundistas e os grandes proprietários apropriam-se das terras através dos ditos latifundistas e dos grandes proprietários.

Os camponeses e pequenos proprietários, privados de suas terras, vivem sob a ameaça constante de serem expulsos e despejados, para estabelecerem governos. Os latifundistas e os grandes proprietários apropriam-se das terras através dos ditos latifundistas e dos grandes proprietários.

Os camponeses e pequenos proprietários, privados de suas terras, vivem sob a ameaça constante de serem expulsos e despejados, para estabelecerem governos. Os latifundistas e os grandes proprietários apropriam-se das terras através dos ditos latifundistas e dos grandes proprietários.

**REFORMA AGRÁRIA — MEDIDA DE JUSTIÇA SOCIAL**

Realização de uma Reforma Agrária democrática, através da distribuição das terras aos latifundistas aos trabalhadores agrícolas e aos lavradores sem terra ou possuidores de terra insuficiente.

Entrega de título de propriedade plena aos posseiros, ocupantes e colonos de terras, bem como a todos os lavradores que forem beneficiados com a Reforma Agrária.

Ajuda do Estado aos beneficiados pela Reforma Agrária, através de medidas que estimulem a produção, com assistência técnica, crédito fácil, barato e a longo prazo; fornecimento de maquinários e ferramentas, adubos e sementes; facilidade para a organização; estímulo ao cooperativismo; garantia de preços remuneradores para os produtos da lavoura, etc.

**PREVIDÊNCIA E SEGURO SOCIAL**

Proteção de todos as formas de exploração semi-ocidental, como o trabalho gratuito, o pagamento em espécie, a compra e a venda e outras formas de precariedade.

Garantia aos indígenas das terras por eles ocupadas.

Proteção de todos as formas de exploração semi-ocidental, como o trabalho gratuito, o pagamento em espécie, a compra e a venda e outras formas de precariedade.

Garantia aos indígenas das terras por eles ocupadas.

**Programa de reivindicações dos assalariados agrícolas, empíricos e contratistas**

- 1 - Aumento das saléguas e ordenação em geral.
- 2 - Inedito aplicação do Salário Mínimo de acordo com o Decreto 25.120 de 10 de Maio de 1954, sem abatimento de qualquer espécie que venha diminuir ou prejudicar o aplicação do Salário Mínimo.
- 3 - Estímulo e aplicação de Dito a Legislação Social, a existência para os trabalhadores dos mecanismos que visem a salutar a sua situação de modo que os assalariados agrícolas, empíricos e contratistas possam, efetivamente, obter algumas vantagens.
- 4 - Terceira remuneração, através de horas de trabalho, pagamento de horas extras, pagamento de horas extras, mas por outro modo de trabalho, através de indenização e pagamento em caso de despedida; Previdência e Seguro Social, indenização por falta de trabalho, etc.
- 5 - Liberdade de organização em sindicatos e sindicatos livres.
- 6 - Participação nos lucros e na direção da empresa, sem prejuízo dos direitos assegurados na Constituição, das Leis de Trabalho e das Saléguas, visando a satisfazer as necessidades do trabalhador e de sua família.
- 7 - Pagamento íntegro, no sábado, do salário, quando trabalhar no sábado.
- 8 - Fomento imediato pelo pagamento de Saléguas e indenizações nos meses de férias, férias, data de admissão, etc.
- 9 - Obsessão de promoção, indenização e suspensão, tanto para os trabalhadores permanentes como para os temporários.
- 10 - Alcool das férias e das indenizações e pagamento em dinheiro, em caso de morte.
- 11 - Abolição das multas e das suspensões.
- 12 - Concessão da licença de 3 meses de trabalho por ocasião do parto, sem qualquer desconto nos salários, conforme manda a lei.
- 13 - Proibição de trabalho de crianças de menos de 14 anos de idade em qualquer forma de trabalho, em qualquer lugar.



**PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DAS USINAS DE AÇUCAR E DA LAVOURA CANAVEIEIRA**

- 1 - Aplicação imediata do Salário Mínimo de acordo com o decreto 25.120 de 10 de Maio de 1954, sem abatimento de qualquer espécie que venha diminuir ou prejudicar o aplicação do Salário Mínimo.
- 2 - Aplicação do Estatuto da Lavoura Canaveieira que estabeleça a concessão pela usina ou engenho de cam-leira e decote, com uma área de plantio no rodízio para os trabalhadores.
- 3 - Aplicação imediata do Decreto-Lei 8.827 de 1950 que obriga os usineiros a destinarem dois cruzetões por saca de açúcar produzida na usina em assistência social, sob a fiscalização das organizações dos trabalhadores.
- 4 - Pagamento da taxa de insalubridade, de acordo com a legislação social do trabalho, a todos os que na usina ou na lavoura canaveieira realizam serviços.
- 5 - Fornecedor pelas usinas, fazendas e engenhos de Cartões Profissionais a todos os trabalhadores e empregados das usinas, Cartões com a abolição do salário, tempo de serviço, férias e outros requisitos estabelecidos em Lei.
- 6 - Aumento do horário das refeições para uma hora e meia, de acordo com a Lei, jornada de oito horas de trabalho. Pagamento das horas extras de acordo com a Lei, que sejam criadas três classes de trabalho nas usinas para garantir a jornada de oito horas a todos os trabalhadores. Pagamento de acréscimo de vinte ou mais por cento para o trabalho noturno.
- 7 - Direito de sindicalização num mesmo sindicato a todos os trabalhadores da usina e da lavoura de cana.
- 8 - Pagamento do salário até o dia 10 de cada mês. Que em todas as usinas sejam marcados o dia e a hora do pagamento.
- 9 - Participação nos lucros e na direção da empresa, sem prejuízo dos direitos garantidos pela Legislação Social e com salários capazes de satisfazer as necessidades do trabalhador e de sua família.
- 10 - Abolição do trabalho por tarefa e por hora na lavoura de cana.
- 11 - Pagamento em dia e no ato da entrega das horas em que aguarda a distribuição de serviço, seja no pé do sino, no escritório ou em outro lugar.
- 12 - Focalização das Cooperativas, dos barracões e armazéns, pelo Serviço de Saúde e demais repartições competentes, inclusive controle das usinas.
- 13 - Focalização das pessoas dos vagonetes, pelas Ferrovias de cana e pelas trabalhadores que fazem o carregamento.
- 14 - Pagamento em dia e no ato da entrega das horas em que aguarda a distribuição de serviço, seja no pé do sino, no escritório ou em outro lugar.
- 15 - Assistência à maternidade e à infância. Aplicação da lei no que se refere a concessão de licença de três meses, com a garantia de salário integral, a mulher por ocasião do parto.

**PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DAS FAZENDAS DE CAFÉ**

- 1 - Revoga imediata de todos os contratos para que o pagamento pelo trabalho de mil por cento seja feito aos colonos de acordo com o Salário Mínimo do município, conforme o Decreto 25.120 de 10 de Maio de 1954, sem abatimento de qualquer espécie.
  - 2 - Pagamento do dia de serviço para os colonos, camoneiros e outros, de acordo com a Lei do Salário Mínimo estabelecido para o município.
  - 3 - Obrigação para todos os camoneiros, camoneiros e outros, de conformidade com o Salário Mínimo do município, sem desconto por qualquer causa ou outro.
- (Continua na página seguinte)



**DIREITOS CIVIS E DEMOCRÁTICOS**

As liberdades democráticas, os direitos estabelecidos na Constituição da República, o direito de organização e de greve, o direito à propriedade da terra para quem nela trabalharem, os direitos fundamentais reconhecidos pelos lavradores e trabalhadores agrícolas.

Essas liberdades e direitos exigem a conquista e o efetivo respeito aos seguintes princípios:

- 1 - Respeito aos direitos sindicais. Respeito ao direito de criação de associações e sindicatos rurais. A livre organização sindical e associativa, no livre exercício de atividades sindicais e associativas, inclusive nos locais de trabalho.
- 2 - Liberdade de palavra falada e escrita, de reunião e de locomoção.
- 3 - Direito à cultura e à instrução.
- 4 - Respeito ao segredo da correspondência e à inviolabilidade do lar.
- 5 - Direito de voto aos analfabetos e a todos os cidadãos maiores de 16 anos.
- 6 - Livre trânsito para os produtos agrícolas e livre acesso aos mercados.
- 7 - Estabelecimento de intercâmbio comercial com todos os países do mundo, à base de igualdade e vantagens recíprocas.

# Carta dos Direitos e das Reivindicações

## PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES AGRICOLAS E DOS LAVRADORES DA ZONA SUL DA BAHIA

- 4 - Pagamento de Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) pela colheita de cada saca de 100 (cem) litros de café em café verde ou seco, de acordo com o preço de mercado.
- 5 - Abolição de todo e qualquer trabalho gratuito nas fazendas.
- 6 - Extensão e aplicação de toda a Legislação Social já existente para os trabalhadores das fazendas de café, a fim de que entrem no gozo dos seguintes direitos:
  - Jornada de oito horas de trabalho; pagamento das horas extras de acordo com a lei; férias remuneradas; descanso semanal remunerado; estabilidade no emprego; aviso-prévio e indenização a todos os trabalhadores por motivo de dispensa; Seguro e Previdência Social.
  - 7 - Salários e meios indispensáveis para as professoras por conta dos Zóvros Estaduais e Municipais e dos fazendeiros a fim de garantir o funcionamento normal das escolas noturnas para os adultos.
  - 8 - Contrato entre os fazendeiros e os hospitais a fim de possibilitar exames médicos periódicos a todos os trabalhadores e suas famílias, e bem assim, como tratamento hospitalar, operações, etc., em todos os casos de necessidade.
  - 9 - Concessão de moradias higiênicas, com pia de tijolo, rimento ou tubão e com fossas das privadas distantes das pocas e dos lugares onde se colhe água para uso das famílias.
  - 10 - Abolição dos vales e das cartilhas, e da barracão pagamento de dinheiro, por quinzena ou por mês, de acordo com a lei.
  - 11 - Fornecimento imediato e gratuito aos pais, das Cartilhas de Cadastro, a Carteira do Trabalho e anotações nas mesmas do contrato, do salário, tempo de serviço, férias, etc.
  - 12 - Direito de plantar nas ruas do café.
  - 13 - Concessão de um pedaço de terra para o plantio de hortaliças e mantimentos, sem qualquer pagamento.
  - 14 - Direito de criação de animais domésticos como galinhas, porcos, cabras, vacas leiteiras, etc., com a garantia de pastos e mangueiras fornecidos gratuitamente pelas fazendas.
  - 15 - Respeito ao direito de organização de sindicatos e associações, etc., respeito ao direito de greve garantido pela Constituição da República em seu Artigo 158.
  - 16 - Aumento do prazo dos contratos dos proprietários para seis anos com pleno direito às heranças, tanto de café como de outras plantações no café ou fora.
  - 17 - Abolição das multas e suspensões em geral; abolição das multas pelo atraso no pagamento do café, pagamento dos dias de serviço prestados pelos empregados à fazenda, na base da lei do Salário Mínimo do município.
  - 18 - Participação nos lucros e na administração das empresas sem qualquer prejuízo dos direitos constantes em toda a Legislação Social e com a garantia de salários suficientes à manutenção do trabalhador e de sua família.
  - 19 - Licenciamento, com a garantia do salário integral às mulheres, por ocasião de parto, conforme manda a lei.
  - 20 - Inclusão de todos os membros da família, que trabalham nas fazendas, no fim de garantir-lhes a proteção da Legislação Social.

- 1 - Garantia para o preço de empacotadas e abolição da caução.
- 2 - Pagamento do Salário Mínimo, sem descontos de casa e outros, de acordo com o Decreto, 35.450 de 1.º de Maio de 1934.
- 3 - Garantia de preço mínimo de Cr\$ 1,50 por pé e por ano para o plantio do cacau, com direito ao plantio de cereais.
- 4 - Pagamento aos empregados à base de 25 por cento por arroba de cacau sobre o preço de venda no mercado.
- 5 - Industrialização de no mínimo vinte por cento da produção de cacau na Zona Cacauífera. Industrialização do cacau, da passiva, etc.
- 6 - Crédito fácil, barato e a longo prazo e em tempo oportuno aos lavradores.
- 7 - Isenção de impostos para os feitores de verduras e frutas.
- 8 - Criação de escolas ambulantes no campo.
- 9 - Criação de assistência médica ambulante no campo e expansão dos Postos contra as endemias e doenças infecciosas com um médico para cada doze mil habitantes.
- 10 - Extensão e aplicação de toda a Legislação Social já existente para os trabalhadores das indústrias, aos que vivem de suas terras na Zona Cacauífera a fim de que gozem dos seguintes direitos:
  - férias remuneradas; descanso semanal remunerado; Seguro e Previdência Social; estabilidade no emprego; indenização caso de despedida e nas entre-safras; aviso-prévio no caso de dispensa; pagamento das horas extras com acréscimo; jornada de oito horas de trabalho, etc.
  - 11 - Fornecimento imediato pelos patrões das Cartilhas do Trabalho e anotações nas mesmas do salário, férias, tempo de serviço, etc.
  - 12 - Liberdade de organização em associações, sindicatos rurais e efetiva garantia do direito de greve.
  - 13 - Fiscalização pelas associações e sindicatos da aplicação da Legislação do Trabalho.
  - 14 - Abolição do vale e do barracão (dispensa) e pagamento em dinheiro.

## PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES DOS ARRENDATÁRIOS, MEEIROS E PARCEIROS

- 1 - Fornecimento, a preço barato, pelo Estado, de sementes, ferramentas, sacarias, inseticidas, adubos, etc.
- 2 - Crédito fácil, barato e a longo prazo e em tempo oportuno, ou seja, no mínimo três meses antes do plantio.
- 3 - Instalação de postos médicos nas fazendas, com ambulatórios; instalação de escolas para os lavradores e suas famílias, por conta dos governos Estadual e Municipal e dos fazendeiros.
- 4 - Arrendamento da terra a preço nunca superior a vinte por cento do valor da produção, sobre o produto primitivo ficando livres para os arrendatários, meeiros e parceiros as demais culturas (leiteia). Pagamento do arrendamento no final das colheitas.
- 5 - Indenização pelo fazendeiro, no final do contrato, de todas as benfeitorias construídas pelos arrendatários, meeiros e parceiros.
- 6 - Proibição da transformação das terras de cultura em pastagens. Medidas que obriguem os grandes proprietários a promoverem o aproveitamento das terras de cultura, para desenvolvimento da produção.
- 7 - Suspensão de todos os despejos de arrendatários, meeiros e parceiros.
- 8 - Liberdade de plantio, compra e venda dos produtos.
- 9 - Respeito ao direito de organização de associações de produtores.
- 10 - Liberdade de caçar e pescar e isenção de impostos de caça e pesca.
- 11 - Isenção dos Alvarás para fazer festas no campo em suas vilas.
- 12 - Garantia de preços compensadores para todos os produtos da época (todos os produtos da lavoura) no tempo oportuno, isto é, 3 meses antes da época do plantio; medidas contra a ação prejudicial dos acambaradores e monopolistas; transporte rápido e em prioridade para os produtos da lavoura.
- 13 - No caso específico de algodão o governo alemão de garantir um preço mínimo compensador, deve promover uma fiscalização rigorosa das firmas norte-americanas que exploram os produtores e roubam nos preços, no peso e na classificação.
- 14 - Concessão pelos donos das terras aos arrendatários, meeiros e parceiros de moradias condignas e higiênicas.
- 15 - Sucesso das benfeitorias intelectuais no transporte de cereais e outras mercadorias. Rebatida de 50 (cincoenta por cento) nos impostos para os meeiros, arrendatários e parceiros.
- 16 - Construção na região das sés da do Nordeste do Brasil, de centenas de açudes e barragens, para regar os campos e rede de irrigação para serem usadas pelo povo em geral.
- 17 - Abolição do sistema de "meias, terça ou quarta" e do dia de trabalho gratuito.
- 18 - Indenização rápida aos lavradores, pelos danos causados pelo granizo, geadas e outras intempéries.
- 19 - Direito de criação de animais domésticos em geral com a concessão gratuita de pastos.
- 20 - Previdência e Seguro Social aos arrendatários, meeiros e parceiros.

## PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES DOS POSSEIROS, COLONOS DE TERRAS PROPRIETÁRIOS

- 1 - Imediata concessão dos títulos de propriedade plena aos posseiros de terras, ocupantes e moradores.
- 2 - Cumprimento, por parte do governo, do Decreto-Lei 3.059 de 14 de Fevereiro de 1934 que estabelece os direitos dos Colonos de Terras nas Colonias Agrícolas Nacionais.
- 3 - Redução dos preços das escrituras de propriedade e do registro das mesmas.
- 4 - Crédito rápido, barato e a longo prazo e em tempo oportuno, ou seja, no prazo de seis meses antes do plantio. Plena liberdade de compra e venda dos produtos.
- 5 - Fornecimento, a preços baratos, pelo Estado, de sementes, ferramentas, sacarias, inseticidas, adubos, etc. aos posseiros e proprietários.
- 6 - Estabelecimento e garantia de preços compensadores para todos os produtores da lavoura, em tempo oportuno, no mínimo 3 meses antes da época do plantio; medidas contra a ação nefasta dos acambaradores e dos monopolistas; transporte rápido e em prioridade para os produtos da lavoura.
- 7 - Conservação das estradas existentes e construção de novas estradas pelos governos estadual e municipal.
- 8 - Criação de "Tirios de Guerra" em todas as áreas de municípios a fim de facilitar a prestação do serviço militar aos filhos de lavradores e trabalhadores agrícolas.
- 9 - Redução de todos os impostos que pesam sobre os lavradores; isenção dos impostos e taxas de caça e pesca, de observação das estradas, de alvarás para festas e bailes e de estradas de rodagem.
- 10 - Redução de todos os impostos que pesam sobre os proprietários; isenção dos impostos e taxas de caça e pesca, de observação das estradas, de alvarás para festas e bailes e de estradas de rodagem.

## PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES, LAVRADORAS E TRABALHADORAS AGRICOLAS

- 1 - Direito de organização em sindicatos e associações.
- 2 - Inclusão da mulher que vive de salário nos contratos das fazendas e usinas; fornecimento pelos patrões das Cartilhas do Trabalho e anotação nas mesmas do salário, férias, tempo de serviço, etc., a fim de garantir a proteção da Legislação Social.
- 3 - Assistência à maternidade e à infância, gratuita, com a assinatura dos contratos entre os fazendeiros e usineiros com os hospitais e as maternidades existentes nos municípios para atender rapidamente a todos os casos de necessidade.
- 4 - Concessão pelo Estado e pelo Município de Postos de Puericultura, onde sejam atendidas rápida e eficientemente a todas as crianças dos lavradores e dos trabalhadores agrícolas do campo.
- 5 - Elevação da assistência sanitária contra a malária, a varíola e outras doenças epidêmicas do campo.
- 6 - Construção pelos fazendeiros e usineiros de pocas próximas às casas do morador para facilitar o trabalho das mulheres e evitar a utilização das águas dos córregos sujeitas à contaminação.

- 7 - Concessão de licença de três meses, com salários integrais, às mulheres que vivem de salários e ordenados, por ocasião do parto, conforme manda a lei.
- 8 - Criação de escolas pelo Estado, município e fazendeiros nas fazendas e nos municípios.

## PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES DA JUVENTUDE RURAL

### Os jovens assalariados agrícolas, das fazendas e usinas de açúcar, reivindicam:

- 1 - Um trabalho garantido pelo ano todo; salário igual aos dos adultos por igual trabalho.
- 2 - Pagamento do salário mínimo de acordo com Decreto 35.450 de 1.º de Maio de 1934, sem descontos de aluguel de casa ou para outros fins.
- 3 - Extensão e aplicação de toda a Legislação Social já existente a fim de gozarem dos direitos de:
  - férias pagas; indenização em caso de dispensa; aviso-prévio; descanso semanal remunerado; etc.
- 4 - Proibição de todo o trabalho gratuito.
- 5 - Proibição da obrigatoriedade do trabalho excessivo e que esse trabalho, quando livremente consentido, seja pago de conformidade com a lei, isto é, com acréscimo.
- 6 - Jornada de oito horas de trabalho e proibição do sistema de turnos, adotado nas usinas de açúcar, nas fazendas e nos açudes, sistema que obriga o jovem a permanecer no serviço 12 horas e mais a fim de garantir o suficiente para não morrer de fome.
- 7 - Proibição da obrigatoriedade do trabalho aos domingos e dias santos, e quando esse trabalho for livremente consentido, seja pago de conformidade com a lei, ou seja, pago em dobro.
- 8 - Melhor alimentação nas pensões das usinas açucareiras; habitações higiênicas e confortáveis para os jovens, tanto para os que moram permanentemente nas usinas e fazendas como para os temporários.
- 9 - Pagamento em dinheiro, nos sábados, e abolição do pagamento em vales, ou cordões.

### Os jovens arrendatários, meeiros e parceiros reivindicam:

- 1 - Diminuição dos preços dos arrendamentos; abolição da "meia e da terça".
- 2 - Direito de prolongar a duração dos contratos e prorrogar o prazo de pagamento das rendas nos casos de más colheitas ou de geadas, secas e outras calamidades naturais.
- 3 - Proteção por parte do Estado da colheita e dos bens dos arrendatários, meeiros e parceiros, contra os sequestros e a venda forçada dos produtos.
- 4 - Proteção do Estado contra os despejos e proibição do plantio de capim em terras de cultura.

### Os jovens proprietários, posseiros e colonos de terra reivindicam:

- 1 - Diminuição de todos os impostos que pesam sobre eles e abolição do imposto de licença para pescar nos açudes compensadores para os seus produtos e de transportes aos centros consumidores.
- 2 - Entrega dos títulos de propriedade plena aos posseiros.
- 3 - Proteção por parte do Estado da colheita e dos bens dos proprietários, meeiros e parceiros, contra os sequestros e a venda forçada dos produtos.
- 4 - Proteção do Estado contra os despejos e proibição do plantio de capim em terras de cultura.

### A juventude rural de nosso país reivindica ainda:

- 1 - Abatimento de 50% (cincoenta por cento) nas entradas de cinemas e outros locais de diversão.
- 2 - Abertura de escolas primárias em todas as fazendas onde haja mais de 20 pessoas em idade escolar, por conta dos governos Estadual e Municipal.
- 3 - Assistência médica gratuita, por meio de Postos Médicos nos Póndros, nas Vilas e cidades do interior.
- 4 - Liberdade de organização e de reunião.
- 5 - Liberdade de frequentar escolas e punição daqueles que proíbem sejam construídas escolas nas fazendas e usinas de açúcar.
- 6 - Liberdade de praticar esporte e punição daqueles que impedem sejam construídas quadras de futebol e usinas de açúcar.
- 7 - Liberdade de fazer festas e visitas, de caçar e pescar; abolição do pagamento de licença para pescar nos açudes do Nordeste e outros lugares; isenção dos Alvarás para a realização de festas e bailes no campo e nas Vilas.
- 8 - Direito de voto para os analfabetos.
- 9 - Liberdade religiosa nas escolas e hospitais e aceitação, nesses estabelecimentos, de pessoas independentemente da crença que professam.
- 10 - Liberdade de circular dentro das fazendas e terras das usinas de açúcar a qualquer hora do dia ou da noite.
- 11 - Abolição dos vales e usinas usadas para chamar os trabalhadores ao serviço.
- 12 - Direito de morar em casa dos pais, nas fazendas e usinas, mesmo trabalhando fora; liberdade de sair das fazendas e usinas de açúcar em busca de serviços noutras partes ou de outras profissões.
- 13 - Medidas do governo contra os flagelos naturais como a seca do Nordeste, por meio da construção de grandes barragens e açudes, açudes artesianos, barragens e rede de irrigação, de uso público.
- 14 - Criação de "Tirios de Guerra" nas áreas de municípios, a fim de facilitar aos jovens lavradores e trabalhadores agrícolas, a prestação do serviço militar, com transporte fácil e gratuito.
- 15 - Medidas para impedir os latifundiários com a população rural que não tem terra ou possui pouca terra. A terra deve pertencer a quem nela trabalha.
- 16 - Redução das despesas militares e aumento dos recursos para aberturas de escolas, a defesa da saúde, a assistência ao esporte e o desenvolvimento da agricultura. Os jovens querem viver uma vida feliz, num país pacífico, livre e independente.

## APÊLO

Aos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil:  
Queridos irmãos!  
Delegados e representantes dos lavradores e trabalhadores agrícolas de todo o Brasil, reunidos em São Paulo, na II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, examinamos nossa situação, analisamos nossas experiências de organização e de lutas, confrontamos nossas reivindicações e elaboramos e aprovamos a Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, à base de um programa de ações econômicas e sociais, nossos direitos democráticos, em defesa de nossos interesses vitais.  
Têmicos e Irmãos!  
Nós, lavradores e trabalhadores agrícolas, os mais explorados e oprimidos filhos de nosso povo, continuamos lutando com firmeza por nossas reivindicações e afirmamos nosso direito a todas as conquistas democráticas, a todas as conquistas sociais e econômicas.  
Nós, que produzimos o sustento dos homens, não podemos aceitar continuar vivendo numa situação de miséria, de abandono e de fome. Queremos o direito de trabalhar e de viver.  
Depende de nós, de nossa união, do fortalecimento da unidade e da unidade entre os trabalhadores do campo e da cidade, do sucesso de nossa luta pela terra, pelo pão, pela liberdade e pelo paz, pelos irmãos e irmãs, organizados e não organizados!  
Unamo-nos e lutemos para melhorar nossas condições de vida, para conquistar e defender nossos direitos democráticos, sociais e econômicos, para obter uma verdadeira Previdência e Segurança Social, para conquistar uma reforma Agrária democrática e a abolição de todas as formas de exploração semi-feudais.  
Trabalhadores e camponeses da agricultura e da pecuária do Brasil!  
Estreitemos e reforçemos nossas fileiras, consolidemos a união dos trabalhadores do campo, e formemos uma poderosa frente única de lutas pela defesa e conquista de todos os nossos direitos e reivindicações, pela conquista da terra, do pão, da liberdade e da Paz!  
Para a frente! Para novas e decisivas vitórias!  
Viva a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil!  
Viva a União e a Amizade entre os operários e os camponeses!  
Viva a solidariedade internacional dos trabalhadores de todo o mundo!  
São Paulo, Sala das Sessões (Palácio das Indústrias do Parque de Ibirapuera), 21 de Setembro de 1934.

## Campanha de 5 milhões de assinaturas pela Reforma Agrária no Brasil

A Comissão de Arrendatários, Meeiros e Parceiros próprios, e a II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas aprovou, a seguinte Resolução, além daquelas contidas em seu Programa de reivindicações:  
Que seja dirigida uma representação ao Excm. Sr. Presidente da República, à Câmara Federal e ao Senado, exigindo medidas que acabem com o latifúndio. Para a concretização desta resolução será promovida uma campanha de 5 milhões de assinaturas, em todos os Estados do país.

No mesmo sentido, muito antes do surgimento dos movimentos de mulheres do campo, há registros que evidenciam a participação efetiva delas tanto como trabalhadoras rurais, quanto na atuação política individual, mas não menos importante.

Em publicação datada da segunda quinzena de agosto de 1954, no mesmo jornal *Terra Livre*<sup>14</sup>, foi redigida uma carta aberta, de autoria de Maria S. Bernashi, trabalhadora rural da Fazenda Anhembi, de propriedade de um latifundiário paulista, localizada no Município de Campo Mourão/PR. Na carta, a autora denuncia a presença de trabalho rural em condições análogas à escravidão, uma vez que os trabalhadores estavam há seis meses sem receber e que, por essa razão, não possuíam condições financeiras para sair daquele lugar. Escreve ainda que muitos estavam doentes, afirmando, por fim, a impossibilidade de continuar a viver naquele “inferno”.

Como se pode observar, a análise dessas notícias nos leva ao caminho inverso ao traçado pela narrativa oligárquica que defendia a inexistência de insatisfações nas relações entre camponeses e seus patrões, como, também, desmascara a condição conferida aos/às camponeses de agentes despolitizados e ignorantes, ao desvelar intensa capacidade organizativa com construção de reivindicações fundamentadas nas desigualdades, bem como na precariedade por eles/elas vivenciadas.

Os títulos que encabeçam algumas das notícias referidas merecem especial destaque por marcarem posições nos campos da denúncia e das reivindicações, relatando as situações desumanas às quais eram submetidos os/as camponeses, destacando-se, nessa linha, a formulação dos pleitos que abarcavam desde a redistribuição de terras, com efetivação de uma reforma agrária, defesa de terras indígenas contra a invasão de “grileiros”, até a luta pelo reconhecimento de direitos das mulheres agricultoras (Programa de Reivindicações das Mulheres Agricultoras e Trabalhadoras Agrícolas).

O processo de reterritorialização liderado pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais teve início de forma esparsa em todo o Brasil a partir de 1950 e coincidiu com o início da mecanização do setor agrário brasileiro, intensificado durante a ditadura militar, em resposta às políticas agrárias de incentivo à concentração de terras e à produção de monocultura de exportação, especialmente a partir de 1979.

Nesse período, agricultores e agricultoras passaram a ocupar grandes propriedades improdutivas com significativo apoio da Comissão Pastoral da Terra - CPT. As primeiras

---

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&pagfis=4952> . Acesso em 04/06/2023.

organizações do campo a adotarem a reforma agrária como linha política sob o lema “reforma agrária da lei ou na marra” foram as Ligas Camponesas, a exemplo da Liga de Sapé (Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé) na Paraíba que, após o assassinato de seu líder João Pedro Teixeira, em abril de 1962, passou a ser conduzida por sua viúva, Elizabeth Teixeira, chegando a ter mais de 7 mil filiados<sup>15</sup>.

Observa-se que o período que antecedeu à redemocratização foi marcado pelo silenciamento e pela desarticulação dos movimentos sociais de luta que, embora presentes, viram-se sufocados pela violência. O regime militar, instituído em 1964, operou uma lacuna significativa na viabilização e na manutenção dos movimentos populares, vitimados por perseguições violentas aos seus integrantes que perduraram quase vinte anos. A exemplo do que aconteceu, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - Contag, primeira entidade Sindical Camponesa, fundada em 1963, sofreu intervenção durante o Golpe Militar (1964), com a prisão de seus diretores, juntamente com tantos outros líderes sindicais, alguns mortos, torturados e desaparecidos.

Entre os anos de 1960 e 1980, dois caminhos divergiam em relação à questão agrária. De um lado, o sonho de justiça, representado por aqueles que viam na redistribuição de terras uma chance de reparar feridas históricas e devolver dignidade às mãos que cultivam. Do outro, a gelidez da modernização conservadora, que via no agronegócio o futuro, sem alterar as estruturas de desigualdade enraizadas na terra. Assim, o Estatuto da Terra, nascido em meio à ditadura, trouxe promessas, mas seu coração pulsava ao ritmo do poder, não da justiça.

O campo, então, tornava-se cenário de uma luta invisibilizada, em que as vozes subalternizadas, negras, indígenas e camponesas eram sufocadas, associadas ao atraso e ao subdesenvolvimento. A resistência, no entanto, nunca cessou. Mesmo sob o peso da repressão, os trabalhadores e as trabalhadoras do campo ergueram suas bandeiras, para reivindicar não só terra, mas também a própria existência. Mulheres como Maria S. Bernashi e Elizabeth Teixeira, são símbolos dessa luta incansável. Seus gritos ecoaram por meio das ocupações, das reivindicações por uma reforma agrária real, e da construção de um movimento que, com o tempo, tornar-se-ia o MST.

O marco da retomada da luta campesina organizada aconteceu em setembro de 1982, em Goiânia, no encontro organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que reuniu 30 Trabalhadores Rurais e 22 agentes da pastoral e quando se concretizou necessidade da

---

<sup>15</sup> Disponível em <<https://memorialdademocracia.com.br/conflitos/pb>> Acesso em: 23/07/2024

construção de um movimento social campesino articulado a nível nacional para encabeçar a continuidade da luta pela reforma agrária.<sup>16</sup>

Além das barreiras geográficas que limitam estes espaços, somam-se cercamentos simbólicos que excluem ou apagam existências, subjetividades, testemunhos, anseios, necessidades e trocas de experiências que distanciam as gentes periféricas do exercício da cidadania, da dignidade e, por via de consequência, da própria humanidade. Complementando o dito popular que fala que “quem não é visto, não é lembrado”, podemos concluir, também, que quem não é lembrado é esquecido e o esquecimento é um dos elementos de produção da inexistência.

Ao abordar os mecanismos de controle social, Gomes (2019, p. 43) defende que a inexistência é constantemente produzida pela lógica dicotômica que busca apagar o que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear, ou seja, há produção de não existência sempre que determinada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de modo irreversível. O que unifica as diferentes lógicas da produção da não existência é serem todas elas manifestações de uma monocultura racional.

A inexistência, como aponta Gomes, é a sombra que se alonga sobre aqueles que a hegemonia dominante escolhe esquecer. A monocultura da razão apaga o que não se enquadra em sua linearidade, desqualificando vidas, tornando-as invisíveis. No campo brasileiro, essa lógica veste narrativas de um campesinato subjugado, silenciado, em que a terra e seus defensores são retratados como ameaças, e as lutas do MST, como invasões criminosas.

No que diz respeito aos trabalhadores e às trabalhadoras sem-terra, as imagens sociais apartadas da realidade e vinculadas a características negativas que remetem a um passado pós-colonial e perduram no presente, apresentam-se como uma estratégia eficaz de fortalecimento do repúdio às pautas defendidas pelo MST, ao tempo em que angariam apoio no combate violento às ocupações promovidas por ele, lidas socialmente como invasões criminosas que ameaçam o direito à propriedade privada.

Como veremos mais adiante, a prática de apagamento e o silenciamento das minorias em representatividade, acompanhada da construção de imagens distorcidas e interessadas na manutenção do conservadorismo, busca incutir imagens preconcebidas, reconstruindo universos propícios à manutenção das hierarquias e das estruturas de dominação, também foi e continua sendo utilizada contra os/as integrantes do MST no Assentamento Denis Gonçalves.

---

<sup>16</sup> Jornal Sem Terra - MST. Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/04/16/la-organizacion-politica-del-movimiento-de-trabajadores-rurales-sin-tierra-de-brasil/>> Acesso em: 23/07/2024

Sob essa ótica, o apagamento da diversidade nacional é uma política constante, embora sempre exercida em confronto direto com movimentos de resistência. Sem desprezar ou menosprezar os conflitos e as tensões em outros governos pós ditadura civil-militar, chamo a atenção para o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que explicitou esse tipo de política. Assistimos ao fortalecimento de manobras para bloquear as reivindicações em torno das questões de gênero, abrangendo desigualdades, violências, identidade de gênero e de sexualidade, e de direitos sexuais e reprodutivos. Também, durante o governo Bolsonaro, não faltaram manifestações contrárias aos debates sobre racismo e políticas de enfrentamento das desigualdades e violências de cunho étnico-raciais. Foram frequentes os pronunciamentos, as declarações e as ações depreciativas de Bolsonaro (e do bolsonarismo) contra a luta por terras dos indígenas, dos quilombolas e do MST – e o caso do genocídio dos Yanomami deflagrado em 2023 escancara esse tipo de política. O governo também adotou a estratégia de manipulação simbólica da questão racial. Manteve perto de si figuras negras reacionárias, como Sérgio Camargo, nomeado para a presidência da Fundação Palmares – instituição pública histórica e consagrada na promoção, no fomento e na preservação das manifestações culturais negras –, para deslegitimar os espaços institucionalizados que trabalham com demandas relativas às populações negras rurais e urbanas.

A violência no campo, aliás, aumentou consideravelmente durante o governo Bolsonaro. O ano de 2022 registrou 25 assassinatos decorrentes de conflitos no campo, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade a serviço dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, ligada à Igreja Católica e que publica anualmente o relatório “Conflitos no campo”<sup>17</sup>. Em 2021, foram notificados 36 homicídios decorrentes de disputas territoriais ao longo de todo o ano, registrando um aumento de 75% dos assassinatos no campo em relação ao ano anterior – 35 pessoas foram mortas nos conflitos por terra, a maior parte delas, indígenas (10), sem-terra (9), posseiros (6) e quilombolas (3)<sup>18</sup>.

Durante o governo Bolsonaro, a política do apagamento encontrou novo fôlego. A diversidade foi silenciada em nome de uma falsa unidade nacional, enquanto os povos indígenas, quilombolas e sem-terra enfrentavam violências crescentes. A bandeira de “Deus, pátria e família” mascarava a perpetuação da opressão, reforçando as hierarquias e criminalizando as vozes dissonantes. As mortes no campo, os gritos abafados e as resistências invisibilizadas

---

<sup>17</sup> Sobre a Comissão Pastoral da Terra e seus relatórios. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>> Acessado em 24.11.2023.

<sup>18</sup> Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2022/09/20/violencia-no-campo-cresceu-leia-os-dados-e-entenda-a-mentira-de-bolsonaro-em-discurso-na-onu>> . Acessado em 11.11.2023.

tornam-se prova de que a história da dominação é reescrita constantemente, mudando de roupagem, mas sempre com o mesmo intuito: silenciar e apagar. Contudo, a resistência persiste, mesmo nas margens, nas franjas, nas brechas, onde a memória se recusa a ser apagada, onde os esquecidos continuam a lutar por existir.

## 8 ALÉM DO LATIFÚNDIO: MULHERES-SEMENTES E O ECO DAS LUTAS CAMPESINAS

Sebastião Salgado os fotografou, Chico Buarque os cantou, José Saramago os escreveu: cinco milhões de famílias de camponeses sem-terra deambulam, “vagando entre o sonho e o desespero”, pelas despovoadas imensidões do Brasil. Muitos deles se organizaram no Movimento dos Sem-Terra. Dos acampamentos, improvisados às margens das rodovias, jorra um rio de gente que avança em silêncio, durante a noite, para ocupar os latifúndios vazios. Rebentam o cadeado, abrem a porteira e entram. Às vezes são recebidos à bala por pistoleiros e soldados, os únicos que trabalham nessas terras não trabalhadas. O Movimento dos Sem-terra é culpado: além de não respeitar o direito de propriedade dos parasitas, chega ao cúmulo de desrespeitar o dever nacional: os sem-terra cultivam alimentos nas terras que conquistam, embora o Banco Mundial determine que os países do sul não produzam sua própria comida e sejam submissos mendigos do mercado internacional (Galeano, 2011, p. 372-373).

Ainda hoje, o MST é envolto em sombra de estigmas, pintado como ameaça pela narrativa dominante, que enxerga desordem onde há organização, e violência onde floresce a resistência. Essas imagens distorcidas, forjadas pela aliança entre o poder econômico e o aparato midiático, buscam ocultar as verdades que emanam da terra, as vozes silenciadas das mulheres e dos homens que nela labutam. No entanto, nas entrelinhas dos relatos que aqui se entrelaçam, emerge uma outra história: a das lutas cotidianas, das sementes plantadas com suor e coragem, das trajetórias de quem tece, com as mãos calejadas, a própria história da resistência.

Ao discorrer sobre a trajetória de formação do MST e das mulheres camponesas integrantes do movimento, busquei traçar um paralelo entre as imagens socialmente vinculadas a esses grupos que distanciam as vivências do campo da narrativa “oficial”, e as versões apontadas por documentos e relatos colhidos durante a pesquisa, no intuito de revelar trajetórias de lutas cotidianas, individuais e coletivas, apagadas, esquecidas ou menosprezadas que compõem a história das excluídas.

No solo brasileiro, onde 42,5% das terras agricultáveis se encontram nas mãos de 1% dos proprietários, a desigualdade finca suas raízes profundas, negando ao campesinato o espaço justo que lhe é de direito. Nesse cenário de concentração fundiária, onde 70% dos alimentos vêm dos pequenos agricultores, o MST se levanta, não apenas como movimento social, mas

como corpo vivo que pulsa por justiça. Nele, mulheres e homens do campo, subalternizados e esquecidos, encontram força para romper com a invisibilidade e a opressão de um sistema que insiste em lhes negar voz e participação política.<sup>19</sup>

Do mesmo modo, segundo relatório da Oxfam Brasil<sup>20</sup>, a desigualdade no acesso ao crédito agrícola aponta que as grandes propriedades rurais, com mais de 1.000 hectares, são beneficiadas com 43% dos recursos destinados ao crédito rural, enquanto para 80% dos menores estabelecimentos, esse percentual varia entre 13% e 23%.

De outro lado, segundo dados divulgados pelo INCRA, existem 729 pessoas físicas e jurídicas no Brasil que se declaram proprietárias de imóveis rurais com dívidas acima de R\$ 50 milhões à União cada. No total, esse grupo deve aproximadamente R\$ 200 bilhões, com propriedades de área suficiente para assentar 214.827 famílias – quase duas vezes o número de famílias que estão acampadas hoje no Brasil esperando por reforma agrária.<sup>21</sup>

Caminhando na esteira da desigualdade, crescente-se, ainda, que os homens gerenciam 94,5% das áreas rurais brasileiras, posicionando-se no comando de 87,32% dos estabelecimentos rurais.

Não é necessária nenhuma análise aprofundada de dados estatísticos para perceber que esse é o retrato da mais absoluta desigualdade em termos de estrutura fundiária e de gênero, mas, ao mesmo tempo, norteiam o entendimento dos resultados dos processos históricos que beneficiam uma pequena parcela de grandes proprietários em detrimento da agricultura familiar que se mantém sucateada e invisibilizada no país.

Entretanto, a força que impulsiona o movimento popular de maior relevância do país se caracteriza, principalmente, pelo inconformismo da classe trabalhadora rural diante das profundas desigualdades sociais, advindas da concentração de terras e dos meios de produção nas mãos de uma camada social privilegiada, marcada pela forma capitalista de produção, aliada à colonialidade patriarcal, branca e hegemônica que explora, oprime, desumaniza e exclui da participação política e da tomada de decisões homens e mulheres do campo, subalternizados/as e relegados/as à segunda categoria.

---

<sup>19</sup> Disponível em <[<sup>20</sup> Disponível em <\[<sup>21</sup> Disponível em: <\]\(https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>. Acesso em 04/06/2024</a></p></div><div data-bbox=\)](https://www.camara.leg.br/noticias/937752-deputados-defendem-fortalecimento-da-agricultura-para-producao-de-mais-alimentos/#:~:text=Segundo%20levantamento%20do%20Instituto%20Brasileiro,dos%20alimentos%20consumidos%20no%20Brasil.>. Acesso em 04/06/2024</a></p></div><div data-bbox=)

O MST, Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, apresenta-se como uma das variações constitutivas do campesinato brasileiro, forma política e acadêmica de reconhecimento de produtores familiares<sup>22</sup>, marcada pela produção e pela reprodução, alocação de mão de obra familiar/comunitária (agricultores familiares e poliprodutores), o que deve ser analisado, assim como as demais formas de campesinato existentes, considerando as inúmeras variações organizacionais internas e externas de capacidade produtiva, relações sociais, composição de núcleos e agências. Muito embora apresente características comuns, genéricas e abstratas que o definem categoricamente como movimento social e corpo político, o MST apresenta, também, variações específicas definidas pela cultura local de cada assentamento ou ocupação, em seus arranjos particulares, composição dos núcleos e famílias, tipo de produção, práticas individuais e coletivas, rotinas, influências históricas, enfim, pela diversidade que compõe as microestruturas.

Durante o processo de redemocratização do país no início da década de 1980, os movimentos sindicais retomavam sua força, juntamente com os movimentos sociais. Nessa época, o MST ganhou destaque nacional com grandes ocupações de latifúndios, organizadas por milhares de famílias assentadas, impulsionando duas frases de ordem incitando a luta pela terra na época: “Sem reforma agrária não há democracia” e “A ocupação é a única solução”. Esse período de mobilização e convocação das famílias camponesas para ocupar latifúndios resultou na expropriação de muitos hectares de terras e no início dos primeiros acordos de reforma agrária.

Em resposta, os latifundiários formaram a União Democrática Ruralista (UDR), instrumento utilizado para combater violentamente o MST, além de pressionar o Governo Federal a adotar medidas de contenção dos movimentos camponeses sob o fundamento de promoverem atos violadores dos direitos à propriedade privada e à garantia da ordem pública. Isso resultou em inúmeras ações truculentas tanto da UDR quanto do Estado.

Esses anos marcaram um período de resistência, organização interna e investimento na produção de alimentos nos assentamentos. O MST continuou com as ocupações em massa, organizou sua base para resistência e autodefesa, realizou marchas nos estados e construiu suas primeiras cooperativas de produção nos assentamentos recém conquistados. Internamente, o movimento fortaleceu sua estrutura organizacional e implementou suas políticas.

---

<sup>22</sup> Fernandes, Bernardo Mancano. Lutas camponesas contemporâneas - condições, dilemas e conquistas - Vol. II: A diversidade das formas das lutas no campo (Portuguese Edition) (p. 12). Editora Unesp. Edição do Kindle.

Oficialmente instituído em Cascavel, no estado Paraná, no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais, em janeiro de 1984, o MST fixou seus parâmetros fundantes de movimento popular nacional autônomo, desvinculado a partidos e governos, e composto por famílias de posseiros, migrantes, meeiros e pequenos proprietários de terra, buscando legitimar sua luta por meio da criação de símbolos próprios, fortalecimento da coletividade e homogeneidade de sujeitos (trabalhadores sem-terra) para demarcar ações políticas coletivas unificadas, com base teórica socialista de forte influência marxista/leninista (Bauer, 2016).

Com o objetivo de confrontar as desigualdades sociais advindas de um *continuum histórico* colonizador, que resultou na exploração de determinados grupos subalternizados e na concentração de terras voltadas para agricultura comercial, o MST formaliza sua organização e atuação no Primeiro Congresso Nacional do MST, em janeiro de 1985, também em Cascavel, sob as bandeiras de “Terra para quem trabalha” e “Ocupação é a única solução”, com três objetivos centrais: a luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social. Nasce, então, um projeto social pioneiro de construção de sociedade igualitária, anticapitalista que utiliza a luta pela terra e a reforma agrária como ferramentas de transformação social.

No mesmo ano, realizou-se o Primeiro Encontro Nacional da Mulher Rural, ocorrido em Punta del Leste, em 1985, organizado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA)<sup>23</sup>, que contou com a participação de brasileiras do MST. Esse evento motivou a realização, um ano após a criação oficial do MST, do Primeiro Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural, em novembro de 1986, em Barueri/SP, no qual se fizeram presentes 35 lideranças femininas de 16 estados<sup>24</sup>, entre mulheres rurais sindicalizadas e de movimentos sociais que sinalizaram sobre a necessidade de participação feminina nos sindicatos, nos movimentos populares e nos partidos políticos como forma pressionar os movimentos de luta pela terra a agregarem em suas pautas o reconhecimento das mulheres como categoria de trabalhadoras rurais e sujeitas de direitos sociais e trabalhistas.

Além do Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural, no mesmo ano (1986), aconteceu o I Encontro Nacional de Mulheres do MST, no qual foram levantadas bandeiras fundamentais para estruturação do movimento de mulheres camponesas por abordarem, com pioneirismo, questões referentes à subcategorização de questões de gênero em relação às de classe, desconsiderando suas intersecções e reivindicando o reconhecimento e a participação efetiva nas Coordenações do Movimento, o que referendou, nessa oportunidade, a

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=452>>. Acesso em 08/06/2024

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://cfemea.org.br/index.php/pt/>>. Acesso em 08/06/2024.

obrigatoriedade de participação de 30% de mulheres nos posteriores congressos do MST. Esse momento ficou marcado como a primeira experiência organizativa do MST que resultou na criação da Comissão Nacional de Mulheres com o intuito de promover a articulação interna, responsável por impulsionar a criação de comissões estaduais de mulheres. (NORUS, vol. 7, nº 11, p.232-268, jan/jul/2019 - Iolanda Araujo F. dos Santos e Everton L. Picolotto. As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos).

O resultado dessas ações pode ser sentido no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag)<sup>25</sup>, que, além do MST, contou com o setor rural da Central Única dos Trabalhadores - CUT, outros sindicatos e a CPT (1985). Dessa maneira, as mulheres passaram a ser formalmente reconhecidas como trabalhadoras rurais, mediante pagamento de mensalidades que não pusessem em risco o sustento da família, embora, na prática, a representação sindical da categoria de trabalhadores rurais permanecesse concentrada no gênero masculino.

Ainda sobre as novas identidades sociais rurais, vale destacar as organizações sindicais femininas. Valdete Boni (2004), da Universidade Federal de Santa Catarina, percebe, na instauração de cota mínima de 30% de participação feminina nas estruturas deliberativas da CUT, o primeiro movimento significativo que motivou a organização das mulheres rurais no mundo sindical. Antes o Brasil já havia assistido a diversos exemplos de lideranças femininas rurais de destaque nacional, de Maria Bonita a Margarida Alves. Contudo, os sindicatos ainda são refratários ao papel dirigente das mulheres. O discurso sindical prioriza lutas econômicas ou, quando muito, discussões e pautas vinculadas às questões de classe social. (Fernandes, p. 334, 2009)

Todos esses encontros objetivaram, inicialmente, articular trabalhadoras rurais a nível nacional, com a criação de comissões estaduais e regionais que promovessem cursos de formação política e estratégias de organização e divulgação da luta feminina no campo. A ampliação da conscientização da categoria se deu por meio do incentivo à sindicalização e ao reconhecimento institucional das mulheres como trabalhadoras rurais, ao reivindicarem direitos previdenciários e sociais, como aposentadoria, salário maternidade, assistência médica, titularização da terra, fim da dupla jornada de trabalho e participação efetiva nos processos políticos e decisórios do movimento.

---

<sup>25</sup> Confederação Nacional dos trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, fundada em 1963, atualmente coordena um sistema de 27 federações estaduais e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Disponível em: <<https://ww2.contag.org.br/a-contag>>. Acesso em 12/06/2024

A história do movimento de mulheres do MST busca, ao mesmo tempo, enfrentar o essencialismo, sem, contudo, retirar-lhes as semelhanças que as unem em torno do projeto de emancipação coletivo. Imersas na necessidade de combater a história única e atentas à questão de que a opressão de classe atua conjuntamente com a de gênero, produzindo efeitos ainda mais devastadores sobre seus corpos e sua força de trabalho, ambos apropriados pelo capitalismo patriarcal, as mulheres do MST iniciaram articulações para abarcar a pluridiversidade como um projeto emancipatório de superação, de desimperialização e de reinvenção civilizatória, no intuito de feminilizar e desembranquecer a terra.

No início da década de 1980, a articulação das mulheres no MST sofreu influência direta do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), principalmente nos estados de Santa Catarina e Paraná, juntamente com os setores progressistas da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação, que se posicionaram em defesa da classe trabalhadora e sediaram muitas reuniões de mulheres no campo, que tinham na igreja um lugar de fé, escuta, acolhimento, sociabilidade e luta, mediadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A partir da conscientização gradativa das trabalhadoras do campo, acompanhando movimentos de camponesas na América Latina, as mulheres aliaram-se em amplo projeto de libertação que incluiu movimentos de mulheres do campo de países do Sul Global colonizado, as quais sofreram processos semelhantes de apagamento de subjetividades e exploração de corpos e territórios.

A intenção desses movimentos de mulheres, promovidos dentro do MST, foi de alertar tanto as populações femininas quanto os homens integrantes do movimento para a importância do reconhecimento e da inclusão de pautas específicas relacionadas às opressões de gênero e da necessidade de participação de homens e mulheres em iguais condições.

Nesse sentido, o *Jornal Sem Terra – JST*, em seu número 64, de julho de 1987, instrumento de ampla circulação e alcance no MST, concedeu espaço para publicação de uma página exclusivamente dedicada às demandas das mulheres trabalhadoras rurais e suas lutas específicas, elencando planos de ações futuras que incluíam a integração das lutas pela reforma agrária, aposentadoria integral aos 45 anos, auxílio maternidade, igualdade de participação e concessão de direitos, previdência social e assistência médica integral<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&Pesq=mulher&id=42493008694965&pagfis=2833>>. Acesso em 15/05/2024

Foi também em 1986 que o MST, com o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) e movimentos autônomos de mulheres agricultoras de Santa Catarina, elegeu Luci Terezinha Choinanki, deputada estadual por Santa Catarina, como a primeira representante que, em entrevista concedida ao *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, declarou que a reforma agrária só seria possível com a participação efetiva das mulheres e que, para isso, elas precisavam ultrapassar a esfera privada de restrição de suas atividades ao trabalho doméstico, à reprodução e aos cuidados, para participarem ativamente de processos políticos e sociais dos movimentos populares<sup>27</sup>. Em 1990, em seu segundo mandato, já como deputada Federal (PT/SC), Luci conseguiu aprovação do salário-maternidade e mobilizou projetos que contribuíram para aprovação da aposentadoria para as trabalhadoras rurais. Sem sombra de dúvidas, dois grandes avanços para o exercício e o reconhecimento de direitos, cidadania e dignidade das mulheres do campo.

De outro lado, os avanços obtidos em relação às pautas de gênero, no período entre 1985 e 1990, enfrentaram resistências de alguns segmentos dentro do próprio Movimento, revelando tensões decorrentes do modelo político participativo que privilegiava a predominância masculina na representatividade da luta de classes e que, equivocadamente, colocava a luta de classes como uma questão de maior relevância que, uma vez saneada, elencaria, por via de consequência, as demais desigualdades sociais, incluindo as de gênero.

Sob a alegação de que as pautas de gênero deveriam ser tratadas separadamente para não “cindir” a luta de classe, a Comissão Nacional de Mulheres do MST foi extinta em 1989 e nos anos subsequentes, entre 1990 e 1995, a luta delas esteve adstrita a movimentos autônomos de mulheres que reforçaram a importância da sindicalização com protestos, caminhadas e ocupações das centrais sindicais para defesa e reivindicação de direitos específicos (aposentadoria, salário-maternidade, etc).

Com isso, pode-se observar que, em sua formação inicial, o MST repetiu a estrutura das lutas de classe de movimentos de esquerda ao reproduzir a hegemonia dessa causa em detrimento do combate às demais formas de opressão, dentre as quais a discriminação sexual e racial. Entre os vários estudos que apontam para essa questão, quero destacar aqui as reflexões de Federici (2021), ao criticar as estruturas que nortearam o surgimento dos movimentos sociais de esquerda.

---

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=510>>. Acesso em 02/07/2024.

Na verdade, o sectarismo que a esquerda tem tradicionalmente demonstrado em relação às lutas das mulheres é consequência de sua compreensão limitada sobre o modo como o capitalismo domina e sobre a direção que nossa luta deve tomar para romper esse domínio. Em nome da “luta de classes” e do “interesse de classe unificado”, a esquerda elegeu alguns setores da classe trabalhadora como agentes revolucionários e condenou outros a um papel meramente secundário na luta travada por aqueles setores eleitos. Dessa forma, a esquerda reproduziu, em seus objetivos organizacionais e estratégicos, a mesma desunião da classe trabalhadora que caracteriza a divisão capitalista do trabalho. Quanto a isso, apesar da variedade de posições táticas, a esquerda é uma unidade (Federici, 2021, p.16).

O posicionamento do MST, na época do seu surgimento, seguindo o entendimento da necessidade de unificação de pautas e sujeitos, restringiu o alcance de mudanças estruturais necessárias à transformação social por desconsiderar a heterogeneidade de sua composição e reproduzir a classe trabalhadora rural como uma massa homogênea, universalizando, de igual modo, suas agências, sem se atentar, entretanto, para o fato de que a própria identidade de trabalhadores rurais sem terra se apartava do conceito de trabalhador disseminado pelo sistema capitalista, já que, naquela categoria, as relações de trabalho não guardam equivalência com a dialética do capital de trabalho/salário x exploração da força de trabalho/acumulação de capital.

Digo isso porque o salário, como única forma de remuneração, abarca uma pequena parcela de trabalhadores rurais, empregados regidos pela CLT, constituindo, portanto, apenas um dos tipos de vínculo dentre vários outros verificados no campo, como meeiros, posseiros, trabalhadores avulsos (que recebem por diária) e agricultores de subsistência, todos esses desvinculados da relação patrão/empregado.

A meu ver, comete-se um equívoco quando se pretende conferir o mesmo tratamento às relações de trabalho na cidade e no campo. No campo, muitos vínculos são pautados em regras distintas das estabelecidas entre empregados e empregadores urbanos. O trabalho coletivo, familiar e, no caso do MST, comunitário, traz-nos outra experiência no que diz respeito à noção de produtividade, qualidade de vida e bem-estar, por não guardarem similitude com a ideia de obtenção de lucro e acumulação de bens materiais.

Nas zonas rurais, o trabalho produtivo, pela ótica marxiana, fica ainda mais mascarado em razão da ausência ou da presença tímida de remuneração direta, o que faz com que o trabalho na agricultura familiar, doméstica, sexual e de cuidados, ou nas palavras de Federici (2021), o trabalho no campo, na cozinha e no quarto não se apresenta com uma distinção evidente, mas como uma extensão um do outro que se intercalam, à medida que se fazem presentes no cotidiano familiar e, mais ainda, no cotidiano das mulheres.

Fraser (2021), em diálogo com Du Bois, estabelece uma correlação entre o (1) trabalho explorado (remunerado), o (2) trabalho expropriado (não livre ou semi-dependente), extraído coercitivamente de pessoas racializadas, e (3) o trabalho domesticado de reprodução e cuidados, cronicamente subvalorizado, geralmente invisível e constitutivamente generificado. Mapeando o entrelaçamento dessas três faces do trabalho, Fraser busca estabelecer as relações ocultas entre a tríade gênero, raça e classe, e com isso aventar possibilidades viáveis para uma luta emancipatória mais coordenada e abrangente.

Ao defender que as lutas antirracistas, anti-imperialistas e feministas são lutas laborais, embora as lutas feministas não sejam lidas como ações por reconhecimento de trabalho construído sob uma separação de gênero, entre trabalho produtivo remunerado e trabalho de cuidado remunerado e não remunerado, Fraser conclui que o sistema capitalista lucra com a conjunção desses tipos de trabalho, ao mesmo tempo em que os fragmenta em categorias responsáveis tanto pela produtividade (consumo) quanto pela destrutividade organizativa (social).

No campo, essa situação evidencia duas questões problemáticas. A primeira retrata a reprodução de movimentos sociais que, inicialmente, pautaram suas lutas a partir de modelos de uma esquerda europeizada, em que a desigualdade social e as relações de exploração do trabalho produtivo e reprodutivo *lato sensu* não foram atravessados por processos de colonização, colonialidade e que, por via de consequência, reproduziu a lógica capitalista de produção calcada na propriedade privada e nas relações trabalhistas estruturadas por parâmetros diversos de exploração e expropriação do trabalho livre e não livre. A segunda questão problematiza o protagonismo da luta de classes sobre as demais pautas que colocaram no mesmo “balaio” homens e mulheres em condições absolutamente distintas em relação à divisão sexual do trabalho que, no sistema capitalista de exploração da mão de obra, invisibilizou o trabalho realizado pelas mulheres dentro e fora das casas, reduzindo sua importância porque desprovida de valor pecuniário.

Além disso, reconhecer tais assimetrias exigiria tratamento diferenciado do Estado, que implicaria uma atuação social estadista com implantação de políticas públicas e assistenciais que proporcionassem melhores condições para plantio, regularização dos títulos de propriedade, implantação de reforma agrária e redistribuição justa de terra. Tais investimentos confrontariam os interesses dominantes, o que explica muito sobre a violência institucional perpetrada contra o MST, em que o Estado, tendencialmente neoliberal, defende a intervenção mínima e a desoneração da máquina estatal, ao tempo em que se incumbe em promover a rivalidade entre o proletariado urbano e rural, como se fossem movidos por interesses antagônicos.

Nas palavras de Federici, o capital também usa o salário para ocultar quem é a classe trabalhadora, e isso atende à necessidade capitalista de dividir para dominar. Por meio da relação salarial, o capital não apenas organizou diferentes mercados de trabalho (um mercado de trabalho para pessoas negras, mulheres, jovens e homens brancos), mas também contrapôs a “classe trabalhadora” ao proletariado “não trabalhador”, supostamente parasita do trabalho da primeira (Federici, 2021, p.31).

Nesse aspecto, a distorção dos modos de agência e de capacidade de atuação do sistema capitalista levou movimentos sociais de esquerda a desconsiderarem o trabalho não remunerado como mais um elemento de produção do capital, traçando uma linha divisória entre trabalho e não trabalho, produção e não produção, além de nichos específicos de mão de obra, mais ou menos qualificados, de acordo com os critérios de gênero, raça, etariedade e geolocalização.

No MST não foi diferente. Ao protagonizar o trabalho masculino, elegendo esses sujeitos como principais representantes pela luta de classes e excluindo dessa equação o trabalho reprodutivo nas mais diversas dimensões, o movimento reproduziu internamente hierarquias que caminhavam na direção oposta à luta por um projeto emancipatório de construção de um novo modelo social inclusivo e autônomo.

Embora inquestionável a relevância da influência marxista na construção do projeto anticapitalista, de divisão social do trabalho e dos processos sociais de acúmulo de capital, a questão do gênero, tratada, muitas vezes, como biológico/cultural e alheia à constituição do capital operou lacunas que precisaram ser reavaliadas para possibilitar o projeto social almejado pelo MST de construção de uma sociedade mais igualitária.

Repensar o marxismo e o feminismo também significa colocar no centro da “luta de classes” a questão das divisões forjadas pelo capitalismo no interior do proletariado mundial, começando pelas discriminações sexual e racial, temas ausentes da obra de Marx. Em seus escritos e suas intervenções na Primeira Internacional, Marx denunciou tanto as relações patriarcais quanto o racismo. No entanto, não temos em sua obra uma análise da função dos diferentes regimes laborais e hierarquias criados pelo desenvolvimento capitalista, ao longo de sua história, com base nas relações raciais e de gênero. Ainda assim, um fator que permitiu ao capitalismo se reproduzir até nossos dias foi precisamente sua capacidade de mobilizar setores do proletariado como instrumentos de políticas racistas, machistas e favoráveis aos avanços da colonização (Federici, 2021, pp. 9-10).

Esclareço, de antemão, que a referência que faço à teoria marxista é limitada a uma aproximação transversal com alguns aspectos da obra de Marx, aproximação construída a partir da utilização do referencial teórico produzido por Nancy Fraser, filósofa norte-americana, e

Silvia Federici, filósofa italiana, ambas feministas marxistas, que revisitam, em suas obras, alguns conceitos de Marx, e propõem novos debates a partir de perspectivas contemporâneas sobre gênero e trabalho, cujas leituras me possibilitaram desenvolver a linha de raciocínio aqui apresentada.

Imputar a desigualdade de gênero a determinantes biológicos e culturais dissociada das condições materiais de organização capitalista do trabalho (Federici, 2021, p.52) impede a análise sistêmica dos fatores desencadeadores de desigualdade social, atravessada por um conjunto indissociável de opressões que afetam as mulheres, mais ainda, as trabalhadoras rurais, impondo-lhes a ocupação da base da pirâmide social no que se refere às hierarquias de exploração.

Seguindo as mesmas orientações ideológicas, de início, o movimento de mulheres trabalhadoras rurais pautou suas reivindicações sob a ótica da esfera pública do reconhecimento e garantia de direitos na condição de trabalhadoras rurais para fins trabalhistas e previdenciários que lhes proporcionassem autonomia financeira, o que, muito embora tenha sido determinante para trazer as mulheres para o lado da linha do “trabalho produtivo”, continuou a ignorar as esferas do trabalho não remunerado, que ocupa grande parte do tempo e da vida delas. Ou seja, tal condição foi insuficiente para um processo de emancipação, conscientização e desvinculação da condição de subserviência a elas imposta nos espaços públicos e privados.

Longe de querer minimizar as conquistas alcançadas pelas mulheres camponesas, responsáveis por transformações significativas, como direito à aposentadoria rural, ao salário maternidade, ao auxílio-doença, bem como ao de garantir a legitimidade da posse dos lotes nos projetos de Assentamento, figurando como principais titulares nos contratos de concessão de uso (CCU), no caso das mulheres casadas ou, de únicas titulares, no caso das solteiras e viúvas, os reflexos dessas conquistas, fruto da luta coletiva de mulheres pelo reconhecimento como sujeitas políticas na esfera pública são visíveis e inquestionáveis. Como se pode observar na fala de Xique-xique que trago a seguir, apesar de extensa, é necessária pela forma detalhada e didática que se apresenta, de modo que optei por não a sintetizar, sob pena de comprometer seu conteúdo.

A CCU [Contrato de Concessão de Uso] sai em nome dos dois, só que a primeira titular é a mulher sempre. Não era assim. Antes vinha o do homem, aí as mulheres começaram a se organizar dentro do Movimento até conseguirem impor que a mulher entrasse no CCU e fosse a titular. Hoje tudo depende principalmente da assinatura da mulher. Para isso foi muita luta. Hoje os homens ficaram bem “pianinho”. Antes os caras chutavam as mulheres e botavam com os filhos pra fora e a mulher ficava na rua, isso que acontecia.

Hoje não acontece mais não. Ajudou demais, você nem imagina. A CAF [Certidão de Agricultura Familiar], que tem que comprovar que mais de 50% de sua renda vem da atividade agrícola, isso é complicado, porque, por exemplo, você vende na feira, tem que fazer aqueles recibos ou você trabalha muito para subsistência, então fica complicado, mas agora estão aceitando autodeclaração. Hoje sai em nome da mulher, então você comercializa agora, tá no nome da mulher. Isso ajudou demais. A mulher agora com 55 anos aposenta, porque tá com tudo, com o CAF, CCU, tá com tudo. Isso mudou a vida radicalmente. Agora o cara não expulsa mais. Imagina, a mulher não tinha voz pra nada, gente. Eu vejo, tem companheira aqui no assentamento que a porra do lote tá no nome do homem. O que o homem faz? Eu vejo o que ele faz. O cara chama na hora de trabalhar, mas na hora de decidir, de gastar o dinheiro, você acha que ele conversa? Conversa nada. E é muito engraçado, porque isso a gente sempre frisou desde o começo, né? Que o lote tá no nome dos dois, mas que a titular aqui, a princípio, são as mulheres. E esses homens ficavam se remoendo, era divertido nas assembleias. É desse jeito: Oh, vai cessar crédito agora, cadê sua companheira? Não tem crédito não, fofo. Pode trazer ela aqui agora. O crédito é de vocês, esse dinheiro é da família. Então isso foi ótimo. Você ver os créditos, as mulher aqui do assentamento pega e executa os créditos, as veiazinha pega lá e executa os créditos. É uma coisa essencial para as nossas vidas, pra nossa sobrevivência. Nossa, a quantidade de mulher que foi jogada na rua com os filhos tudo, tinha que ir pros lotes dos outros, de amigos. (Xique-xique)

Essa situação revela efeitos das políticas públicas conquistadas pelas mulheres que, depois de muita luta, hoje repercutem diretamente nas políticas de sobrevivência, definindo a posse e titularidade das terras e o acesso a créditos, garantindo a manutenção efetiva dessas sujeitas nos seus espaços de convivência e na distribuição mais igualitária de rendimentos e patrimônio.

Dito isto, o ponto sobre o qual me debruço, a partir de agora, busca as raízes que permanecem ocultando, oprimindo, silenciando e aprisionando suas existências nas esferas privadas, pela desvalorização e pela invisibilização das atividades realizadas por elas dentro das casas, nos microespaços e nas comunidades.

Nessa linha, observo que o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, na formação inicial, ao desconsiderar o trabalho reprodutivo (doméstico, de reprodução, de cuidados), culturalmente associado às mulheres, como componente de produção do capital responsável por garantir a quantidade, qualidade e o controle da força de trabalho, relegou a segundo plano a dimensão essencial da desigualdade que precisou ser reconsiderada, como se verá a seguir.

Sob essa ótica, a despeito da importância do combate à divisão social de classes, é preciso esclarecer que, para alcançar o patamar de justiça social com o trabalho livre e a produção agrícola biossustentável, não se pode ignorar as dimensões políticas de gênero, classe, raça e geolocalização como componentes estruturais e desencadeadores de desigualdades

extremas, na medida em que apagam subjetividades e diferenças nucleares como a diversidade de sua composição.

A crítica que faço à postura inicialmente adotada pelo MST, longe de ser inovadora, está respaldada nas correntes feministas negras, camponesas e decoloniais aqui referenciadas, que vinculam, com razão, a reprodução do capital à capacidade contínua de exploração da força de trabalho proletária por meio da perpetuação de políticas racistas, sexistas, classistas e geolocalizadas.

Esse cenário vem sendo analisado e criticado já desde a década de 1970 e início dos anos 1980 sob influência direta dos movimentos feministas que eclodiam no país e no mundo, nos quais mulheres racializadas – negras e indígenas – buscavam examinar as condições materiais da reprodução social, posicionando o trabalho de produção e reprodução gratuita da mão de obra como uma dimensão da exploração da força de trabalho, que impõe a naturalização do trabalho doméstico como estratégia de controle de corpos e hierarquização de gênero, essenciais à acumulação capitalista.

Para se chegar à militância coletiva, abrangente e inclusiva que hoje define o movimento durante todos esses 40 anos do MST, foram nítidas as reconfigurações estruturais no sentido de confrontar a diversidade de opressões que fazem descansar sobre os mesmos lombos racializados e generificados do passado a destrutividade e a produtividade do sistema capitalista.

Sob esse prisma, a luta pela paridade de gênero foi uma das conquistas dos movimentos de mulheres camponesas absorvida pelo MST, presente dentro de todas as suas estruturas organizacionais, fruto da ampliação do princípio organizativo de Participação que, no início do movimento, contava com a presença masculina na maioria das instâncias de coordenação. Para reivindicar a ocupação desses espaços, as mulheres, que sempre se fizeram presentes e atuantes no MST, organizaram-se de várias formas, entre elas coletivos de mulheres com propostas pedagógicas de formação política, estudos das relações entre gênero e capitalismo, ações diretas contra empresas transnacionais, que possibilitaram a reestruturação do princípio da Participação para, no final dos anos 1990, estabelecer a obrigatoriedade da presença conjunta de um homem e uma mulher em todos os postos de direção e representação, dando origem ao princípio da Direção Coletiva.<sup>28</sup>

Desde 2006, orientadas por esses princípios nacionais de Participação e Direção Coletiva que, dentre outras funções, norteiam a composição das bases dos assentamentos, cada

---

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/04/16/la-organizacion-politica-del-movimiento-de-trabajadores-rurales-sin-tierra-de-brasil/>>. Acesso em 13/05/2024.

coordenação, setor e coletivo é composto de lideranças mistas de homens e mulheres que decidem em conjunto e sempre buscam obedecer a essa diretriz.

Xique-xique, que integra o movimento desde 2006, ao descrever o que considera uma trajetória de vitórias para as mulheres, testemunha que a luta por equidade de gênero decorre de um longo processo ainda em construção:

Hoje, por exemplo, eu vejo nítidas diferenças. Nossa, não dá nem pra comparar, mas ainda falta muito. Melhorou demais. Desde aparência, tipo assim, o jeito que a gente tinha que se colocar, *que tinha que ser um jeito mais masculinizado e tal, eu vejo essas meninas entrando hoje, militando no MST, meninas femininas, de batom vermelho. A gente sempre passa batom vermelho, né? Bonitas e também as que não são e foda-se. Tá entendendo o que eu tô falando? Vc não precisa mais se masculinizar para ser levada a sério. É esse o ponto que eu tô chegando. Só isso eu acho maravilhoso. Segundo que tem muito mais presença de mulheres nos espaços de Direção e em todos os espaços, dá para ver isso nitidamente. A juventude também tá conseguindo se colocar mais e participar mais e isso tem a ver com as mulheres. *A participação das mulheres e o peso da voz hoje é muito maior. As mulheres estão presentes em tudo, né? Tudo que a gente faz elas estão presentes, às vezes elas não têm um destaque, porque é uma sociedade machista, capitalista. No MST não é diferente, apesar que a gente mudou muito e avançou muito. Isso tá muito claro. Quando a gente faz essas lutas junto às nossas bases começam a enxergar isso, porque os questionamentos chegavam no movimento, a gente tá junto porque a luta também é nossa e eles tão junto porque nossa luta é deles também (Xique-xique).**

Já Mandacaru, ex-colona que passou a integrar o MST depois da ocupação do Denis Gonçalves, em nosso segundo encontro, quando conheci seu lote, que fica próximo a casa onde moram ela e o marido, enquanto colhia amoras para me dar de presente, disse sentir diferenças em relação à escuta das vozes das mulheres, citando exemplos de situações em que a presença masculina foi uma ferramenta utilizada para que se fizessem ouvir:

Nas reunião as mulheres não têm a mesma força, tem que ir homem. Reúne junto, a gente tem homens na nossa coordenação, a gente não fica sozinha, porque, às vezes, só a voz das mulheres, os homens não escuta, né? As vezes fala a mesma coisa da gente, mas porque é homem, os outro escuta. Teve uma vez que um senhor entrou no lote e a gente expulsou ele, ele deu muito trabalho. Só que a gente teve que chamar os homens, porque as mulheres ele não ouvia. Ele não respeitava a voz da mulher. Os homens ele já baixava, mas a gente, ele respondia, ele achava que nós não tinha autonomia (Mandacaru).

Xique-xique e Mandacaru, em suas narrativas, desvelam as mudanças conquistadas e as que ainda se fazem necessárias. Mulheres que, antes, viam-se obrigadas a masculinizar suas

existências, agora encontram força em suas próprias expressões, carregando batons vermelhos e assumindo seus corpos como territórios de resistência. Seus relatos caminham no mesmo sentido das palavras de Lucineia Miranda de Freitas, dirigente do setor de Gênero do MST (Rio de Janeiro), no texto *Mulheres Sem Terra construindo territórios livres: 40 anos de lutas por reforma agrária no Brasil*:

Na participação política das mulheres ao longo da história, tomar a palavra pode ser um grande desafio. A calça e a blusa larga nem sempre eram de suas escolhas, mas uma espécie de senha necessária para serem ouvidas e respeitadas como militantes e não assediadas e desejadas como objeto sexual. Assim, as mulheres vão construindo sua inserção nos espaços formativos e decisórios do Movimento. Como explicamos no caderno de formação A conspiração do gênero, “o processo de inserção das mulheres nas tarefas dirigentes da organização, assim como o de se fazer reconhecer como sujeitos políticos da luta pela terra e pela reforma agrária, não foi nada fácil e exigiram das companheiras muita persistência e conspiração”<sup>29</sup>.

O que se percebe é que pouco a pouco as mulheres vão galgando posições de destaque, firmando suas identidades e reivindicando protagonismos. Se antes entendiam necessário performar determinados comportamentos naturalizados como masculinos, a partir do momento em que começaram a alcançar visibilidade e ocupar seus lugares de destaque, gradativamente, também buscaram enfrentar os engessamentos que as limitavam na forma de vestir, de se expressar e de se comportar, libertando seus corpos e reafirmando suas existências.

Atualmente, pode-se afirmar que o protagonismo da luta de classes vem cedendo espaço para atuar conjuntamente com as opressões de gênero e raça de maneira complementar e interdependente. Muito embora a preponderância de uma sobre a outra ainda se faça presente em alguns setores, a estrutura organizativa presente na luta pela reforma agrária possui duas frentes principais de atuação: a primeira se refere ao combate às diferenças de classe, com ocupação de terras improdutivas, que permite o acesso direto à posse e propriedade, e distribuição mais justa de terras; a segunda frente atua pela justiça social de modo mais abrangente, na busca pela efetivação dos direitos sociais previstos na legislação pátria e nos tratados internacionais, ou seja, pela implementação de políticas públicas de crédito, aliada às dimensões de equidade de gênero, acesso à educação, à saúde, à moradia, à dignidade, ao combate à violência, ao racismo e às mais diversas formas de discriminação.

---

<sup>29</sup> Disponível em <https://capiremov.org/experiencias/mulheres-sem-terra-construindo-territorios-livres-40-anos-de-lutas-por-reforma-agraria-no-brasil/>. Acesso em 10/05/2024.

Muitos dos fazeres individuais e coletivos são norteados pelas políticas de gênero que vêm sendo implementadas no MST no decorrer dos 40 anos de movimento social, repassadas nas reuniões, nos coletivos de mulheres, por meio de circulação de material impresso como cartilhas elaboradas por vários grupos de mulheres e divulgadas nacionalmente com o objetivo de educar e conscientizar a militância para promover a equidade de gênero como uma das dimensões constitutiva da justiça social.

A título exemplificativo, apresento as Cartilhas de Gênero desenvolvidas pelos Coletivos Nacionais de Mulheres, que tem a função educativa e orientadora para toda comunidade em relação às políticas de soberania alimentar, combate à violência, luta das mulheres e equidade de gênero. Para ilustrar, trago algumas imagens das cartilhas que me foram cedidas por Xique-xique em um de nossos encontros. Elas são educativas e trabalham vários aspectos da luta de gênero ao interseccionar classe, raça, ruralidades, proteção ao meio ambiente e agroecologia. A partir da ampla divulgação delas, a comunidade baseia muitas agências tanto para identificar e combater violências de gênero quanto para preveni-las, além de incentivar a produção agrícola diversificada sob o viés da soberania alimentar agroecológica.

Imagem 3 - Cartilhas de Gênero do MST (2023)



Fonte: Acervo pessoal de Xique-xique

Recentemente, no ano de 2024, durante os dias 6, 7 e 8 de março, a Jornada Nacional de Mulheres Sem-terra mobilizou cerca de 20 mil mulheres nas 5 regiões do país.<sup>30</sup> Em continuidade às ações da Jornada, o MST, em publicação do Jornal Sem Terra, elegeu 8 das pautas para construção da luta por equidade, em referência ao dia 8 de março como o dia Internacional da Lutas das Mulheres: Resgate histórico da participação da mulheres na construção do MST (protagonismo feminino no avanço organizativo do Movimento); Cultura da violência contra as mulheres no capitalismo; Feminismo camponês; Descriminalização do

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/03/09/8m-com-nenhuma-a-menos-mulheres-do-mst-realizam-jornada-por-todo-o-pais/>>. Acesso em 10/06/2024

aborto; Defesa do corpo-território-terra; Exploração do trabalho doméstico não pago no capitalismo; Violência contra as mulheres e o direito ao prazer e ao gozo; Repressão sexual fruto do patriarcado e da misoginia.<sup>31</sup>

As pautas mencionadas apontam para o avanço das reivindicações e suas complexidades abarcando questões cada vez mais específicas de opressões de gênero que passam a pautar Diretrizes Nacionais e princípios organizativos do MST que devem ser seguidas nos acampamentos e assentamentos.

Além das conquistas mencionadas, somam-se a elas outros resultados obtidos ao longo dessas quatro décadas de militância: o MST assentou 450 mil famílias, criou 185 cooperativas e 1900 associações camponesas, incluindo cooperativas de produção, comercialização e prestação de serviços. Cerca de 65 mil famílias ainda aguardam regularização de seus lotes em acampamentos provisórios. Essas conquistas posicionam o MST como o principal movimento social do país que, contrariando os rumos da história, pioneiramente sobrevive fortalecendo sua luta pela reforma agrária juntamente com implementação de propostas pedagógicas, formação política, organização das mulheres e produção agroecológica.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/03/07/8-pautas-das-mulheres-sem-terra-para-entender-a-jornada-do-8-de-marco/>>. Acesso em 10/06/2024

<sup>32</sup> Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/04/16/la-organizacion-politica-del-movimiento-de-trabajadores-rurales-sin-tierra-de-brasil/>>. Acesso em 10/06/2024 (Jornal Sem Terra. 2024)

## 9 ONDE A TERRA RESPIRA: DAS RUÍNAS AOS SONHOS, JORNADAS DO ASSENTAMENTO DENIS GONÇALVES

Se quer saber o final, preste atenção ao começo  
(Provérbio Africano).

O Assentamento Denis Gonçalves revela seus contrastes à margem das ruínas de uma fazenda centenária que por anos ostentou a riqueza e o poder de seus antigos senhores erguidos ao som dos estalos de chicotes, espalhando o sangue e as sementes da ancestralidade. Hoje, essas mesmas terras respiram ares de esperança e, espalhadas pelas mãos do MST, constroem-se novas trilhas rumo ao sonho da reforma agrária popular.

A Fazenda de Fortaleza de Sant’Anna, antiga Fazenda da Fortaleza de Rio Novo, localizada na Serra da Babilônia, Zona da Mata Mineira, foi concedida pela Coroa Portuguesa no sistema de Sesmarias. Os registros de povoação mais antigos datam de 1811, da Carta de Sesmaria em favor de Alferes José Pereira de Souza e de documentos da “Companhia de Ordenança do Distrito de Rio Novo”<sup>33</sup>. Em 1845, tornou-se propriedade de Maria José de Santana, a Baronesa de Santana que, em 1872, repassou para seu filho, Mariano Procópio Ferreira Lage, empresário responsável pela construção da Estrada União e Indústria, considerada marco tecnológico por ser a primeira estrada pavimentada da América Latina<sup>34</sup>.

Considerada patrimônio natural, cultural e histórico, com extensão de 4.683,6 hectares<sup>35</sup>, a fazenda abriga significativa diversidade de fauna e flora, além de um “cemitério indígena”, localizado em uma das três cavernas da Pedra dos Índios. Reveladas, no final do século XIX, em relatório escrito por Frederick Hartt (1875), foram encontradas três múmias intactas que compunham o acervo da coleção arqueológica do Museu Nacional, infelizmente destruídas no incêndio ocorrido em 2018 (Colombo e Corrêa, 2014).

---

<sup>33</sup> Organização militar da colônia, criada em 1799, para controlar os processos de ocupação de terras até então utilizadas como rota de comércio ilegal de ouro, conhecida como “Caminho de Dentro” (Colombo e Corrêa, 2014).

<sup>34</sup> Dados coletados pelo Ministério Público Federal de Juiz de Fora (2020)

Fonte: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/2020/01-inicial-acp-fazenda-fortaleza-de-santana.pdf>

<sup>35</sup> Para nós, brasileiros/as, a unidade de medida que mais nos ajuda a pensar proporções grandes de tamanho é o campo de futebol. Para calcular a equivalência de 4.683,6 hectares em campos de futebol, tendo em vista que cada campo padrão tem aproximadamente 0,714 hectares (7.140 metros quadrados), estamos falando, portanto, por volta de 6.560 campos de futebol.

A propriedade, inicialmente marcada pela expansão da atividade cafeeira, mantém, ainda hoje, algumas ruínas das edificações utilizadas à época para a plantação e o beneficiamento do café (Imagem 4 e 5). Nela também há uma capela (Imagem 7), com suas estruturas bastante comprometidas, um cemitério, casas de ex-colonos/as remanescentes. Hoje o território abriga famílias assentadas do MST que construíram suas casas, escolas e outras edificações, fruto da organização coletiva, conectando o passado ao presente.

Imagem 4 – Ruínas das edificações de produção de café (2023)



Fonte: Acervo pessoal

Imagem 5 - Ruínas da casa de café (2023)



Fonte: Acervo pessoal

Meu primeiro contato com o Assentamento do MST foi em 24 de julho de 2022, no dia da Festa de Sant'Anna, quando a tradição católica homenageia Nossa Senhora de Sant'Anna, mãe de Maria, que deu nome à Fazenda e é dela padroeira, em referência expressa a essa figura sacra e também à antiga proprietária, Maria José de Santana. Naquele dia, comemoravam-se os 177 anos da tradição da Festa de Sant'Anna.

Imagem 6 – Convite da Festa de Sant'Anna (2022)



Fonte: Facebook, perfil Assentamento Denis Gonçalves-antiga Fazenda de Santana<sup>36</sup>

Era um domingo de Sol. Saí de Juiz de Fora em direção ao Município de Goianá, distante pouco mais de 40 quilômetros em estrada asfaltada (MG-353). Depois dela, vem mais 3 quilômetros de estrada de chão até chegar a uma das entradas do Assentamento.

Para as festividades daquele dia, próximas à Capela, foram montadas estruturas de toldos, com barracas de comidas, feijão tropeiro, caldos, alguns produtos produzidos pelo MST, como café, cachaça, feijão, camisetas e bonés. Tinha também um pequeno palco onde se

<sup>36</sup> Disponível em:

<36[https://www.facebook.com/story.php/?story\\_fbid=413787220784184&id=100064587285825&pv=0&eav=Afba7YPA0I7APg8Kmbcu5wZsqaCJoj8E3GfM2EYtdaaMmVN5lmeJ52CxUESNvHRTO0&\\_rdr](https://www.facebook.com/story.php/?story_fbid=413787220784184&id=100064587285825&pv=0&eav=Afba7YPA0I7APg8Kmbcu5wZsqaCJoj8E3GfM2EYtdaaMmVN5lmeJ52CxUESNvHRTO0&_rdr)>. Acesso em 03/04/2024.

revezaram alguns artistas da região. O local estava povoado por moradores/as do Assentamento, além de visitantes e curiosos/as como eu.

Imagem 7 – Capela de Sant’ Anna (2023)



Fonte: Acervo pessoal

Imagem 8 - Interior da Capela (2023)



Fonte: Acervo pessoal

Ainda não havia nenhuma ideia de pesquisa estruturada. Minha intenção inicial era conhecer algumas mulheres do Assentamento, quem eram, o que faziam, como viviam e como participavam da coletividade; também queria saber sobre a organização do Movimento, como ele surgiu no local, qual era a sua história. Enfim, tudo muito incipiente.

Era ano eleitoral (2022) e, com a proximidade das eleições presidenciais, crescia a esperança de mudança de um cenário político catastrófico, atravessado pela crise econômica e sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 e pela condução desastrosa e irresponsável do governo Bolsonaro (2019-2022), com o estrangulamento das políticas públicas e dos movimentos sociais. Com a possibilidade de eleição do Presidente Lula, cujo rosto estampava bandeiras espalhadas pelos espaços da festa, vinha a sensação de prenúncio de um tempo de retomada e crescimento.

Imagem 9 – Bandeiras de uma das barracas da Festa de Sant’Anna (2022)



Fonte: Acervo pessoal

Nesse dia, tentei me aproximar de uma das dirigentes, explicando-lhe que pretendia pesquisar as mulheres do Assentamento e de imediato obtive a resposta de que, para isso, precisaria enviar um pequeno relato do que pretendia pesquisar para que fosse submetido à deliberação pelo coletivo de mulheres, indicando a valoração dos processos coletivos de tomada de decisões que, durante a pesquisa, confirmou-se em vários momentos. Como se verá, todas as minhas aproximações posteriores foram intermediadas por contatos prévios entre as assentadas.

A festa, que durou dois dias, organizada pelo MST e carregada de múltiplas dimensões, mobilizou boa parte dos/as assentados/as em um misto de comemorações que celebravam a

Santa e a comunidade, a história da fazenda e das pessoas. A celebração religiosa teve início com uma cavalgada-procissão pelo Assentamento levando a imagem da Santa em um andor em direção à capela, que fica na parte baixa da Fazenda, onde foi rezada a missa em nome da padroeira. Ao final da procissão, os cavalos foram “estacionados” em frente ao Bar do Boneco (Imagem 10). Alguns cavalgadores entraram no bar, outros foram para as barracas. Em todos os lugares já havia famílias circulando. Os festejos seguiram com músicas, bebidas, danças, comidas e muita “conversação”.

Imagem 10 – Chegada da cavalgada-procissão



Fonte: Acervo pessoal

A festa não apenas refletia a devoção à Sant’Anna, mas também ecoava o espírito coletivo do Assentamento, em que tradições e histórias se entrelaçavam. Enquanto caminhava pelo local, observando as barracas e conversando com os moradores, minha curiosidade ia crescendo, não apenas sobre a organização social do movimento, mas também sobre o passado daquelas terras. Era impossível ignorar que a celebração estava profundamente enraizada não só na fé e na tradição, mas também em uma longa e complexa história de luta pela posse e pelo uso da terra.

A Fazenda de Fortaleza de Sant’Anna, onde atualmente está localizado o Assentamento Denis Gonçalves - pertencente ao INCRA - possui uma história que remonta ao período colonial. Inicialmente doada pela Coroa Portuguesa a Joaquim José de Santana, no sistema de sesmarias, a fazenda foi incorporada definitivamente ao patrimônio familiar com a promulgação da Lei de Terras. Essa Lei, ao estabelecer o modo de aquisição da propriedade rural a título oneroso,

vinculou a propriedade de terras devolutas<sup>37</sup> ao pagamento prévio em dinheiro, desobrigando desse pagamento os latifundiários que já possuíam terras. Proprietários precisavam apenas promover a demarcação regular das terras que possuíam, o que representou o primeiro de muitos mecanismos de concentração de terras.

A aplicação da Lei de Terras legalizou o latifúndio e marcou também a transição da mercantilização humana - à medida em que aumentavam as pressões externas pela abolição do comércio de escravizados/as - para a mercantilização da terra. Esse processo permitiu a continuidade de circulação e acumulação do capital e desenvolvimento da agricultura comercial voltada para exportação. Embora o tráfico de seres humanos tenha sido proibido, o sistema capitalista que antes comercializava pessoas agora as substituía por grandes pedaços de terra, recursos naturais e força de trabalho de corpos precarizados.

Marcada por uma história escravagista, com atividade voltada para monocultura cafeeira, a Fazenda de Fortaleza de Sant'Anna chegou a possuir 270 escravizados/as na segunda metade do século XIX e mesmo após declarada pelo INCRA como terra improdutiva<sup>38</sup>, manteve 32 famílias, entre meeiros e assalariados, descendentes de colonos, que hoje foram integrados ao MST e somam-se à população assentada, que aguardam o título definitivo de propriedade.

Os antepassados das famílias de ex-colonos/as, como os de Mandacaru e Rosa da Noite, foram os primeiros a sofrer com mercantilização exploratória da terra e da mão de obra camponesa e já estavam ali desde a promulgação da referida lei. Esse contexto explica muito sobre o “território-corpo-social” que precedeu a chegada do MST. Os vínculos relacionais que naturalizavam a exploração fincaram raízes geracionais profundas, tanto em relação à introjeção dos escalonamentos hierárquicos entre patrão e empregados, homens e mulheres, brancos e negros, quanto no que diz respeito à resistência imposta pela persistência em permanecer.

Em transcrição anterior, Mandacaru relembra as longas horas de trabalho nos cafezais de uma infância perdida na roça, com mãos esfoladas pelos espinhos do café em trabalho de sol a sol realizado por toda sua família. Seu irmão, Chapéu de Bispo, presente em um de nossos

---

<sup>37</sup> Terra devoluta é a denominação que se dá no Brasil às terras inicialmente concedidas pela Coroa Portuguesa às pessoas que se comprometiam a cultivá-las. O conceito foi ampliado para abranger todas as terras sem título de domínio ou de posse que se encontram dentro do território nacional (Carter, 2010).

<sup>38</sup> O laudo agrônomo de fiscalização correspondente concluiu tratar-se de grande propriedade improdutiva, possuidora de terras viáveis para o desenvolvimento de agricultura familiar. Fonte: PREA (Programa de Educação Ambiental) /FUNBIO (Fundo Brasileiro para Biodiversidade Chamada de Projetos para o Projeto Mata Atlântica II – AFCoF II). Disponível em: <[https://caminhosparaconservacao.files.wordpress.com/2011/12/funbio\\_fazendafortalezadesatanna.pdf](https://caminhosparaconservacao.files.wordpress.com/2011/12/funbio_fazendafortalezadesatanna.pdf)>. Acesso em 12/12/2023.

encontros, cuja descrição não me ative, porque nosso encontro se limitou à sua rápida passagem pela casa da irmã, complementa:

A gente mora na roça porque a gente gosta, porque é nascido aqui e minha família vive nessa terra desde 1850, o pai do meu avô, da minha vó que veio de lá de trás e a gente veio continuando e tá aqui até hoje (Chapéu de Bispo).

Mandacaru acrescenta: “eu também não gosto de cidade. Eu gosto pra ir passear, fazer as coisas, médico, mas pra viver, não”.

Essas memórias são uma constante entre as famílias que viveram e resistiram naquelas terras e que hoje integram o MST.

O relato que transcrevo a seguir Xique-xique, moradora do núcleo da Serra, compartilha relatos de um ex-colono, hoje assentado, cujo testemunho não ouvi diretamente, mas que circula por lá:

Os mais velhos começaram a trabalhar com oito anos. Eu adoro conversar com eles. Aí o Boneco [dono do bar Boneco] fala: “era ruim demais, aqui a gente não tinha sapato. No frio, fazia um frio do cão, a gente ia juntar boi de madrugada, três, quatro horas da manhã, não tinha sapato, os dedos da gente chegava a congelar, chegava a trincar de tanta dor que a gente sentia, a gente às vezes pisava naqueles espinhos, esporão de galo, a mãe só tirava aqueles espinhos à noite quando a gente voltava.” Ele dizia que era tão frio que chegava a deixar de sentir o pé. Não era bom, era ruim. Eles contam que vinham panhar café e recebiam inhame rosa. Imagine você comer inhame rosa. Tem gente que até hoje tem pavor, tem horror. É um inhame muito ruim, ele produz mais, é mais sem gosto, aguado. É rosinha por dentro e por fora, e normalmente dá para criação, para porco. Aí cozinhavam aqueles panelão e davam pra eles comer. Tem gente que você vai conversar aí que fala que tem ódio, pavor, nojo, que não aguenta nem olhar pro negócio. Mas aí chegava na festa de Sant’Anna, aí eles abriam os portões lá, que não podia entrar o ano inteiro, aí fazia churrasco, dava carne, uma vez por ano, aí o patrão é bom, gente boa pra caramba, desse jeito. O resto do ano era inhame rosa e energia, eles tinham só uma parte do dia (Xique-xique).

Fica evidente que o fim do sistema escravista não devolveu a dignidade a esses corpos. Embora ausente o chicote, os castigos físicos foram naturalizados e se perpetuaram sistematicamente com a imposição de um tratamento animalizado aos trabalhadores e trabalhadoras das zonas rurais. Alimentá-los/las com a mesma ração que era dada aos porcos, fazê-los/as trabalhar junto com suas crianças, de pés descalços, expostos ao frio, em meio aos espinhos dos cafezais e aos bichos peçonhentos, descalçava-lhes, também, a humanidade, revelando o processo de manutenção da exploração do trabalho sobre os mesmos pilares de desumanização que ainda hoje os/as estigmatizam.

Além do impacto subjetivo impingido pela subcategorização dessas pessoas, as classes detentoras do poder também agiram de modo a estabelecer parâmetros de desenvolvimento que passam a nortear os sistemas de produção agrícola da monocultura, a divisão geográfica dos espaços e a individualidade em detrimento da coletividade. Esses aspectos - que serão analisados posteriormente - em relação à distribuição sociogeográfica dos lotes do Assentamento entre as famílias assentadas têm profundas implicações para a compreensão das dinâmicas atuais.

A partir dessas análises, é possível compreender que os sujeitos que habitam as margens da sociedade, e aqui me ocupo dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, carregam a mesma herança culturalmente fundada na abjeção e na desqualificação, porque uma vez desacreditados/as, são mais facilmente controlados/as pelos aparatos institucionais persecutórios e repressivos que objetivam minar sua capacidade organizacional e, por via de consequência, de atuação política.

## 10 OS REENCONTROS DA TERRA: NARRATIVAS DE LUTA E CONCILIAÇÃO

É fácil atribuir o título de vagabundos, desocupados e criminosos a figuras sem nome ou rosto definido. Mas fica impossível acreditar no discurso hegemônico a partir do momento em que estamos cara a cara com a população assentada (Volcean, 2022, p. 31).

Para melhor compreender os processos de construção das imagens negativas que, historicamente, acompanham o movimento de trabalhadores sem-terra, foi necessário percorrer os caminhos pretéritos que, sucessivamente, vem forjando suas existências e impondo formas de convivência desagregadoras pautadas no individualismo para, a partir daí, apresentar sujeitas de luta e resistência que ameaçam essas estruturas por meio de paradigmas alternativos.

O Assentamento Denis Gonçalves recebeu esse nome ainda na fase de acampamento em homenagem a Denis Gonçalves, um militante Sem Terrinha - criança do Assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco/MG - que faleceu em decorrência de um acidente de automóvel.<sup>39</sup> Esse nome foi dado como forma de reconhecer e perpetuar seu legado e de sua família na luta pela reforma agrária e pela melhoria das condições de vida dos/as trabalhadores/as rurais. Aqui darei destaque aos anos de 2010 a 2013, lembrando que essa história antecede e vai além desse período.

A primeira ocupação da Fazenda - declarada improdutivo pelo INCRA (2009) para a área destinada à reforma agrária - ocorreu em 25 de março de 2010, quando as famílias do MST chegaram à Fazenda de Sant'Anna e lá permaneceram acampadas até a primeira ordem de despejo, que se deu no mesmo ano.

As famílias não arredaram o pé. Resistiram às margens da estrada MG-353 até o segundo momento de reocupação, ocorrido em setembro de 2013, quando o INCRA formalizou a desapropriação definitiva da Fazenda e iniciou o processo de pré-projeto de parcelamento e distribuição dos lotes às famílias assentadas.

Hoje o Assentamento abriga cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais, dentre as quais, como mencionado, incluem-se as 32 famílias nativas.

---

<sup>39</sup> Disponível em: <<https://mst.org.br/2010/09/10/uma-estrela-vermelha-brilha-na-zona-da-mata-mineira/>>. Acesso em 28/04/2024.

De antemão, é necessário esclarecer que a ocupação de um latifúndio (terra que não atende a função social) é ato legítimo, amparado por lei<sup>40</sup> e pressupõe a posse pacífica de extensão de terra improdutivo, para pressionar a ação do Estado no sentido de promover a reforma agrária. Não se trata de invasão<sup>41</sup> – termo recorrentemente utilizado pelos meios de comunicação e por setores conservadores da sociedade para descrever as ações do MST e, conseqüentemente, fomentar um clima de repúdio e de criminalização do movimento. A invasão implica em prática de conduta criminosa, realizada por duas ou mais pessoas e consiste em usurpar propriedade alheia, mediante violência ou grave ameaça, descrição completamente distinta do *modus operandi* do MST.

Feita essa diferenciação, deve-se, de igual modo, elucidar que o acampamento é etapa obrigatória e imprescindível rumo ao assentamento rural, tanto para a construção da militância e do fortalecimento dos laços de coletividade quanto para a obtenção do registro de um lote, ou seja, necessariamente, o acampamento precede o assentamento, e isso não foi diferente no Assentamento Denis Gonçalves.

A despeito da ocupação ter se dado em data posterior à publicação do parecer elaborado pelo INCRA (2010, fonte), declarando o imóvel rural (Fazenda Fortaleza de Santa'Anna) como improdutivo, ou seja, que não atende à função social e, por consequência lógica, passível de destinação para a reforma agrária nos termos dos art. 184 e 186 da Constituição Federal (CF)<sup>42</sup>, as notícias veiculadas pela imprensa, à época, correlacionaram o ato legítimo de ocupação realizado pelo MST a atitudes criminosas de invasão de propriedade.

Nessa esteira, descrevo algumas manchetes da época e suas respectivas fontes: (1) “MST invade Fazenda Histórica na Zona da Mata” (Correio Brasiliense)<sup>43</sup>; (2) “MST invade

---

<sup>40</sup> Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993.

Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8629.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm)>. Acesso em: 08/05/2023.

<sup>41</sup> Art. 161, II do Código Penal Brasileiro (CPB). Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em 08/05/2023.

<sup>42</sup> Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

<sup>43</sup> Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/03/26/interna-brasil,182126/mst-invade-fazenda-historica-na-zona-da-mata.shtml>>. Acesso em 11/06/2023.

fazenda símbolo da elite cafeeira em Minas Gerais” (Estadão)<sup>44</sup>; (3) “Fazenda é invadida por integrantes do MST em Goianá” (Jornal O Tempo)<sup>45</sup>.

Como dito, essa inclinação midiática tendenciosa aponta para a prática de “reinvenção da realidade” que busca distorcer e ocultar as injustiças e as insatisfações, ao mesmo tempo em que associa a identidade dos trabalhadores do campo a estereótipos desqualificadores, fortalecendo discursos de uma classe privilegiada que objetiva, antes de tudo, a manutenção dos sistemas de exploração.

O alcance desses estereótipos, que há tempos marginaliza os movimentos sociais, fez pouso entre ex-colonos que presenciaram a ocupação da Fazenda de Sant’Anna pelo MST, em 2010, provocando reações dos dois lados.

No sentido oposto, a história do Assentamento Denis Gonçalves revela um longo processo de ocupação pacífica em terra declarada improdutiva, iniciado em 2010, com singularidades que merecem atenção para viabilizar a relação que pretendo estabelecer entre corpos-territórios e territórios-corpos.

A chegada do MST à Fazenda de Fortaleza de Sant’Anna foi marcada por tensões inerentes à provisoriedade da ocupação, cuja luta se iniciava, aliada à necessidade de interação com os antigos moradores, ex-colonos, situação que perdurou por longo período até que todos passassem a integrar o movimento, mas que provocam distinções que puderam ser percebidas à medida em que as histórias foram sendo contadas.

Das conversas que tive tanto com Rosa da Noite quanto com Mandacaru, pude perceber que, no Assentamento Denis Gonçalves, o início da luta pela posse da terra se deu com a primeira ocupação fincada sob a forma de barracas de lona preta, símbolo da luta do MST. Nesse processo, já instaladas em acampamentos, as famílias se depararam com mais um enfrentamento que consistiu na necessidade de desfazimento da representação social internalizada nos ex-colonos ali residentes, ou seja, foi necessário desconstruir a imagem de invasores violentos junto à comunidade de ex-colonos que habitava a Fazenda, para que fosse possível agregá-los à luta.

Rosa da Noite conta que a chegada do MST “não foi nada fácil”. Ela comungava com o pensamento de grande parte dos ex-colonos que viam nos assentados pessoas que “tomariam” suas casas, que agiam com violência e de quem tinham muito medo. Somadas a essas condições,

---

<sup>44</sup> Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/mst-invade-fazenda-simbolo-da-elite-cafeeira-de-mg/>>. Acesso em 19/04/2023

<sup>45</sup> Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/fazenda-e-invadida-por-integrantes-do-mst-em-goiana-1.459857>>. Acesso em 19/04/2023.

a desapropriação da Fazenda culminou com o desfazimento dos poucos vínculos trabalhistas existentes entre os antigos proprietários e alguns ex-colonos assalariados, que perderam seus empregos em razão da desapropriação, como ocorreu com o pai de Rosa da Noite.

Tal fato fragilizou ainda mais a relação entre os antigos habitantes e os assentados recém-chegados que foram responsabilizados pela perda dos empregos e, conseqüentemente, dos salários pagos pelos proprietários aos ex-colonos. Essa situação levou os antigos moradores a formarem uma associação de trabalhadores, desvinculada do MST, com o intuito de se defenderem de futuras retaliações.

O caminho para desconstruir esses estereótipos foi lento e gradativo, segundo Rosa da Noite. Nessa ótica, atuando como agente de saúde comunitária, ela passou a visitar as famílias assentadas e, assim, conseguiu enxergar um “mundo diferente”. Esse mundo, que se apresentava, distanciava-se de um “todo” despersonalizado, representado e imaginado, para se aproximar da concretude do cosmos composto por muitas mulheres que, com seus filhos, carregaram histórias de dor, luta e resistência que em muito se assemelhavam às vivenciadas por ela. “Foi isso que nos aproximou”.

Paralelamente, o ingresso no curso de Licenciatura em Letras da UFJF, possibilitou-lhe formar uma consciência política que a fez entender o significado da luta de classes e serviu para perceber que ambos, ex-colonos e assentados, lutavam contra a desigualdade social, por melhores condições de vida, por um pedaço de terra, por reconhecimento, enfim, que “não fazia sentido lutarem de lados opostos”.

Mandacaru relata outra experiência, mas que retrata, sob seu ponto de vista, a tensão da chegada do MST à Fazenda com maiores detalhes. Ela fala que o MST chegou em uma noite chuvosa “causando terror” aos ex-colonos:

Eles eram muitos, todos tinham um facão na cintura, andavam de um lado pro outro, e pediram para um dos ex-colonos ceder o banheiro da casa para as mulheres e crianças usarem. Quando o morador negou, com medo, eles retiraram ele da casa, debaixo de chuva e disseram que ou ele deixava por bem ou por mal. Todo mundo morria de medo deles(...) Com eles era tudo preto no branco. Eles eram muito organizados e aí a gente teve que se organizar também. Fizemos a associação de trabalhadores ex-colonos e nossas reuniões eram separadas. Ninguém sabia de nada do que acontecia no MST e nem eles de nós. Até que um dia eu decidi que não podia ficar presa dentro de casa enquanto “eles” circulavam livremente pela terra onde eu nasci. Resolvi procurar o MST para participar de uma reunião. Precisava saber qual era a luta deles até para saber o porquê que eu também tinha que lutar. No começo foi muito difícil, porque nem eles confiavam em mim, porque eu era ex-colona e os ex-colonos também começaram a achar que eu tinha me debandado pro lado “deles”. Depois de um tempo, comecei a participar das reuniões e levar

os outros ex-colonos e fomos muito bem recebidos. Foi assim que a gente começou a se juntar. Hoje em dia todo mundo faz parte do MST (Mandacaru).

Tanto Rosa da Noite quanto Mandacaru, portanto, exerceram papel fundamental na luta coletiva, por possibilitarem, de modos diferentes, a criação de um elo comunitário entre os assentados e os ex-colonos, fundamental para o fortalecimento das pautas.

Do lado dos Assentados, a desconfiança e o temor eram recíprocos. Para eles, chegar num Assentamento onde já residiam outras famílias, que mantinham uma relação ancestral com o território e desvinculados da militância política, exigiu renegociação e remodelação de estruturas sociais.

Mandacaru [ao mencionar uma das mulheres que entrevistei assentada no núcleo Argentina] é colona, hoje é totalmente do sem-terra, mas é diferente. Assustou quando o sem-terra chegou, o colono veio entender o que é movimento depois de muitos anos. Aqui é uma prática. Quem chega aqui, não fica sabendo o que é com um ou dois dias, nem um ano não. Quem quiser saber o que é isso aqui, tem que ficar alguns anos (Barril).

No mesmo segmento, Xique-xique descreve a tensão que se espalhou pela antiga Fazenda no momento da ocupação:

No começo foi muito tenso, os ex-colonos entraram até com advogado e o que foi passado pra mim era que eles queriam cadastrar um monte de gente que não morava aqui no assentamento e por isso o movimento parou o cadastramento. E eu cheguei em janeiro de 2014, o pessoal ocupou em setembro de 2013, quase cinco meses antes, eu não conhecia nada. Chamei uma reunião com a coordenação do MST e falei que achava que a gente tem que chamar eles - se referindo aos ex-colonos- para conversar para saber o que eles querem, porque quem era trabalhador da fazenda tem preferência na hora de ser assentado, né? Acho que essa era a questão, eles tinham medo, aí chamamos o pessoal e fizemos uma reunião. Depois disso a relação mudou, a gente se ajeitou. Acho difícil algum colono falar mal de mim, porque quando entrei a gente começou a ajeitar essas coisas. Não vale a pena bater de frente, trabalhador com trabalhador, não faz sentido nenhum, vambora conversar aqui. Eles montaram uma Associação pra brigar com a gente, não estavam errados, eles tinham que se proteger, mas olha hoje, a Selma [uma ex-colona] que montou a associação tá na escola hoje, contribuiu no setor de produção. Depois eles viram que não precisava da associação. Eu acho que foi um embate desnecessário, porque quando você chega num lugar, por isso que é importante uma formação política. Tem cabimento sem-terra brigar com trabalhador da fazenda? Tem não. Quando ocupou aqui eles entraram em pânico, aí começam aquelas fakenews, né? Começam a falar que vão entrar nas casas, que vão roubar, tirar tudo deles, que vai estuprar. A gente tem que entender e dialogar. Tem muito a ver como se lida com as pessoas. Aqui tem lobo, paca, capivara, O filho dela falando enquanto. O pessoal que não mora aqui, lá de Juiz de Fora não gosta muito da gente não. A festa de Sant'Anna mesmo quando a gente começou a fazer junto, em 2014, eles se sentiram muito invadidos. Tem gente que gosta dos patrões até hoje, mas a gente não vai ficar

brigando com isso, a gente conversa com o maior respeito. Eu faço muita reflexão sobre isso sabe? Porque a nossa sociedade é muito doente, é muito violenta em todos os sentidos, quando você é mulher, piorou, quando é negro piorou, piorou. Quando vc é mulher negra piorou, piorou, piorou e se for nega e LGBT, aí então, piorou, piorou, piorou mil vezes, e a gente tem que tomar muito cuidado pra não ficar insensível a isso. É muita responsabilidade e eu não quero desanimar. Eu amo meu país, sabe? Mas tenho muito medo da gente perder a humanidade. (Xique-xique)

As experiências das assentadas, ex-colonas e hoje integrantes do MST alinham-se com as vivenciadas pelas militantes que chegaram com a ocupação em relação às tensões recíprocas que marcaram esse período e demonstraram que as articulações passaram por processos de escuta, diálogos e muitas negociações agenciadas, sobretudo, pelas mulheres. Em meio a tensões e desencontros, as histórias de Rosa da Noite, Mandacaru e Xique-xique emergem como faróis de transformação. Com coragem, elas confrontaram o medo e a desconfiança, construindo pontes entre os assentados e os ex-colonos. Essa construção de laços e a superação de preconceitos revelam uma nova realidade, pois a luta pela terra também é uma jornada para reconexão entre corpos e territórios

Essas articulações variam de assentamento para assentamento e, no caso do Denis Gonçalves, impactaram diretamente sobre a forma de distribuição geográfica dos lotes. Os ex-colonos, assim como os assentados, embora possuíssem as terras, não detinham os registros provisórios de propriedade, os chamados CCUs e, para isso, precisavam unir-se ao movimento que buscava exatamente a posse definitiva da terra, de modo que o objetivo de ambos desaguava no mesmo lugar.

No Assentamento Denis Gonçalves, utilizado aqui como um microssistema reprodutor das assimetrias entre essas duas forças que, de um lado enfrenta as heranças estruturais a partir dos modelos de apropriação individualizados da terra, imprimem seu aproveitamento individual/familiar como reprodução do sistema capitalista opera a partir da construção coletiva e do pertencimento a terra, estabelecendo com ela uma relação de cooperação mútua não exploratória.

Ao compararmos, na relação espaço-tempo, as duas etapas pelas quais passaram o Assentamento, ou seja, a fase em que estavam acampados, a terra era utilizada coletivamente, as pessoas estavam próximas umas das outras, construindo alternativas de sobrevivência e desenvolvendo estratégias de resistência e, por essa razão, as atividades eram realizadas pela e para a coletividade, por meio de cozinha solidária, do plantio para subsistência e da comercialização, das redes de cuidados e proteção. As memórias trazidas pelo campo foram no sentido de que eram “tempos melhores”. O contrassenso se assenta na ideia de que, nessa fase

provisória, a luta é pela conquista da terra que, uma vez alcançada, com o parcelamento e o assentamento das famílias, o sentido da coletivização abre espaço na mesma medida em que a individualidade se instaura como prática.

## **11 VOZES DO TERRITÓRIO: CULTIVANDO VIDAS E CONSTRUINDO IDENTIDADES EM SOLO SEM TERRA**

A reflexão sobre a organização dos lotes e a lógica capitalista de divisão nos leva a considerar as implicações históricas e sociais mais amplas que moldam as dinâmicas de convivência no Assentamento Denis Gonçalves. O processo de transformação da terra e das relações sociais no assentamento não deve ser desvinculado do passado de exploração e desumanização que permeou a história rural brasileira. A divisão dos lotes, aparentemente individualista, pode refletir uma continuidade das práticas que, historicamente, impuseram uma lógica de segregação e controle sobre os corpos e os territórios.

Com isso em mente, é crucial examinar os reencontros da terra, um processo que revela como a luta por terra e dignidade não é apenas uma questão de distribuição espacial, mas pela recriação de formas de convivência baseadas na solidariedade, no cuidado coletivo e na resistência às imposições individualistas. Nesse contexto, surgem arranjos alternativos de organização que desafiam a segregação espacial e promovem um sentido de coletividade, resgatando valores ancestrais e comunitários. As práticas coletivas que emergem nesses espaços indicam que, apesar das dificuldades impostas pela configuração do assentamento, o esforço para construir uma nova realidade social continua a moldar o cotidiano dos assentados.

A partir das minhas conversas e vivências no campo, aproximei-me de várias práticas que costuram algumas dimensões produzidas pelas lutas do Movimento Social (MST), seguindo as diretrizes Nacionais de propostas de educação, formação política, organização de mulheres, produção agroecológica e criação de cooperativas, para apresentar os arranjos desenvolvidos pelas mulheres e possibilitar reflexões sobre solidariedade, cooperação e produção de conhecimento, unindo teoria e prática por meio das experiências e métodos organizacionais do Assentamento Denis Gonçalves.

Essa relação entre as orientações do MST e as agências nos assentamentos advêm de estratégias do Movimento que buscam consolidar a identidade Sem Terra, iniciada na fase de acampamento e estendê-la por meio de práticas que preservem e vinculem essas identidades depois da conquista dos lotes. É um trabalho que se inicia nas bases dos acampamentos quando as famílias se reúnem em um espaço geográfico coletivo com o objetivo de criar laços sociais de cooperação e solidariedade, com coletivização das tarefas para setorização das agências, criação de cozinhas coletivas, áreas de plantio, segurança do acampamento, cuidados com as crianças, entre outras atividades.

Um exemplo prático dessas costuras que fazem parte das atividades do Movimento da construção das identidades dos assentamentos foi noticiado em matéria publicada no site do MST em 22 de abril de 2014<sup>46</sup>, quando famílias assentadas no Denis Gonçalves prepararam quentão, canjiquinha e canjicão e se reuniram em torno de uma grande fogueira, na terra recém-conquistada, para conhecer as histórias que os antigos moradores - entre eles o pai de Rosa da Noite, falecido em 2023- como uma forma de construir novas histórias preservando e cultivando as memórias dos que lhe antecederam.

Essas iniciativas fazem parte da etapa desafiadora para mobilizar e manter, dentro do possível, o corpo coletivo do território que sofre consequências desmanteladoras decorrentes da separação físico-geográfica, como visto anteriormente, que se inicia depois da conquista da terra, - desapropriação do latifúndio e destinação da terra para fins de reforma agrária-, com a divisão dos lotes.

A diferença entre acampamento e assentamento não diz respeito apenas a uma situação provisória de luta pelo seu próprio pedaço de chão. Isso fala sobre a agência coletiva - em contraponto à lógica da propriedade privada - de divisão e individualização de lotes, chamado de parcelamento, que sucede ao acampamento e o faz tornar assentamento.

A relação com o campo e com a terra parece sofrer influência direta de elementos externos e sazonais como condição do solo, chuvas, adaptação de espécies que requerem tempo de permanência, dedicação e apropriação de recursos produtivos que conflitam com o caráter de provisoriedade imposto aos pequenos produtores não detetores de seu próprio “pedaço de chão”. A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um “nós” que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais.”(Fernandes, Medeiros e Paulilo, 2009, p. 13)

Seria possível intuir que a divisão linear e horizontal de lotes em quadrados funcionaria como agente reprodutor da colonialidade dos espaços de convivência? Como poderíamos pensar na distribuição de lotes de maneira a proporcionar a maior integração entre meios de produção e reprodução da comunidade?

Durante a pesquisa de campo, pude observar que no Assentamento a lógica individualista do capitalismo parece atuar de maneira peculiar e progressiva. No processo de ocupação, que coincide com a etapa em que o movimento se organiza em forma acampamento,

---

<sup>46</sup> Disponível em: <<https://mst.org.br/2014/04/22/a-luz-da-fogueira-assentados-conhecem-historias-da-terra-recem-conquistada/>>. Acesso em 07/05/2024

as atividades, sejam de produção, sejam de comercialização ou convívio e práticas sociais revelam um esforço conjunto em que o coletivo impera. Isso acontece antes do parcelamento dos lotes. Entende-se por parcelamento a etapa de individualização dos terrenos que se dá por meio de um Contrato de Concessão de Uso - CCU, fornecido pelo INCRA em caráter provisório, com validade de 05 anos, renovável pelo mesmo prazo, e que, atendidos os requisitos legais de permanência e produtividade se transforma em Título Definitivo, após transcorridos 10 anos. Essa é a teoria, porque, no Denis Gonçalves, passados mais de 10 anos, nenhuma família possui o título definitivo de propriedade e 36 famílias que chegaram após o ano de 2015 sequer possuem o CCU.

À medida em que o acampamento ganha os contornos de assentamento, passa a ser atravessado pela lógica individual e capitalista de produção, que opera uma divisão dos lotes entre as famílias para fins de concessão de autorização de uso ou de título de propriedade, a partir de uma disposição física que pode dificultar ou fomentar as relações de proximidade, de trocas e de assistência mútua. Os três modelos de parcelamento mais conhecidos são: quadrado de burro, agrovila e raios de sol.

O “quadrado de burro” é uma das formas mais tradicionais de parcelamento da terra, utilizada pelo INCRA e adotado em alguns assentamentos pelo MST, que consiste na divisão retangular do terreno, em lotes de proporções semelhantes, distribuídos como um tabuleiro de xadrez, em que cada unidade de moradia fica concentrada no próprio lote, seguindo a lógica de individualização da propriedade privada no campo, ao tempo em caminha no sentido oposto à utilização coletiva dos espaços de convivência e produção.

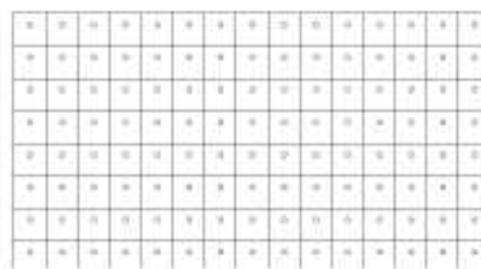


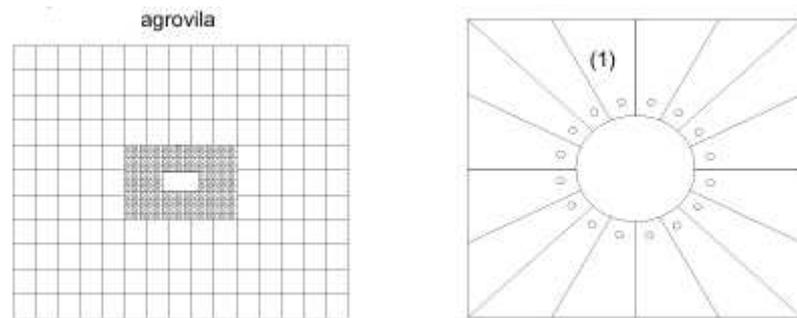
Figura 1 – Tipo de parcelamento  
“quadrado – burro”

Fonte: Nogueira (2007)

As Agrovilas, embora concentrem núcleos sociais que podem beneficiar o convívio em comunidade, não resolvem o problema das distâncias entre as áreas individualizadas de cultivo, o que dificulta o desenvolvimento de projetos de plantio coletivo, já que, semelhante ao que

acontece no Quadrado de Burro, para ir de um lote para outro, as famílias também percorreriam longas distâncias

Já no modelo de Raios de Sol, ao que tudo indica, existe uma distribuição dos espaços de forma circular, de modo a proporcionar também a circulação da produção e a reprodução social, que demonstram melhor atender a proposta de coletivização do MST.



Fonte: Nogueira (2007)

É interessante observar que esse modelo de distribuição mantém uma estrutura similar ao do acampamento no que se refere à proximidade entre as pessoas, com um núcleo comunitário, de modo que a circulação de informações pareça atender o propósito de manutenção de coesão coletiva, ou seja, a distribuição geográfica circular dos espaços físicos faz com que circulem, também, práticas, produção de conhecimento e desperta uma sensação de união, de solidariedade, de acolhimento mútuo que espelha, por sua vez, um movimento individual presente na trajetória das mulheres entrevistadas.

No Denis Gonçalves, após deliberação coletiva, foi decidido que os lotes seriam parcelados no formato do que eles chamam de “quadrado de burro” e a distribuição para as famílias levou em consideração o critério de afinidade.

Nesse modelo de parcelamento, o distanciamento entre as moradias distancia de igual modo as famílias assentadas ainda mais, levando-se em consideração a extensão territorial do Assentamento Denis Gonçalves, cuja área comportaria aproximadamente, 6.563 campos de futebol (conversão de 4.686 hectares), o que significa dizer que cada uma das 150 famílias, se distribuídas de forma equidistante, poderia ficar a uma distância de até 42 campos de futebol uma da outra. O exemplo é meramente ilustrativo apenas para aproximar essa forma de parcelamento das dimensões conhecidas pelo senso comum, mas que não traduz a realidade do Assentamento, em grande parte despovoado, seja em razão de boa parcela abrigar área de Reserva Ambiental, seja em razão do relevo muito acidentado, conhecido como mar de morros,

característico da Zona da Mata Mineira, que dificulta o acesso e, conseqüentemente, o plantio em algumas localidades.

(...) Eu lembro do número de lotes porque ajudei a fazer o parcelamento. Eram 26 lotes (No núcleo da Serra). Deve ser por aí de 26 a 30, não chega a trinta. As distâncias são muito grandes. Entre a gente aqui e o pessoal que desce a ponte, na vila pra lá é longe demais. Tem pessoal aqui que a gente nem vê. Tem uma família que chegou depois que a gente tem bastante dificuldade de envolver, a gente consegue envolver as crianças porque as crianças estudam na escola. [neste momento é interrompido o seu companheiro] “Nossa, desses tempos para trás, nós fomos lá na casa deles [se referindo a uma família de militantes que mora no mesmo núcleo, mas a uma distância maior e de difícil acesso] pra levar uma doação de roupa, nós que as vezes achava que as nossas estradas aqui era ruim o acesso, lá é muito pior.” [Xique-xique retoma a fala] Lá no Estrela do Norte (Assentamento do MST próximo ao Município de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais), tem os raios de sol. Eu conheci isso lá, porque eu ficava lá quando parcelou. E eu acho uma coisa bem legal porque não é nem uma agrovila, né? *Porque o problema da agrovila é esses lotes muito longe. Lá você tem uma sociabilidade, porque a gente sofre demais aqui, principalmente mulher e criança. A gente chegou dez mil vezes a essa conclusão* (Xique-xique).

(...) porque o INCRA fez o anteprojeto de parcelamento (marcação de divisas) e aí até hoje eles não vieram parcelar e aí a gente não ficou esperando, aí a gente juntou, tem um pessoal nosso que sabe mexer com GPS e tal. Foi uma história isso aí, porque imagina, 120 famílias, hoje tem mais de 150 famílias. Eram 120 lotes, aí você imagina, quem faz esse processo de qual família vai para qual lote. O INCRA vem cá e faz sorteio, sabe? Só que isso aqui é imenso de assentamento, você vê que tem a Serra, tem lá de baixo, tem gente que queria vir para cá, tem gente que falava que se viesse pra cá ia embora, porque aqui é mais difícil. A gente fez o seguinte, a gente não vai esperar, só que a gente tem que ver o seguinte, primeiro ver quem vai pra cada lote, porque não pode marcar as divisas sem saber quem vai pra cada lote, porque ia dá uma confusão danada, então o que a gente pensou foi muito legal. Foi muito engraçado isso, a gente estava bem pensando como iria resolver isso, aí eu fui numa reunião da Direção e estava conversando com uma companheira, e ela falou assim, porque vocês não trabalham com grupo de afinidade? Aí eu falei, como assim? Ela disse: junta primeiro quem quer se assentar perto de quem e, a partir daí, faz a discussão em área parte do assentamento vocês querem se assentar, na verdade é uma coisa que é pro resto da vida, então é mais importante saber perto de quem você vai se assentar, tem que ser gente que você vai dar acesso, do que onde, isso é secundário. Aí a gente reuniu aqui e decidi montar esses grupos de afinidade. (...) Eu fui assentada na Aliança porque o meu grupo de afinidade que eu tinha era lá, o pessoal da cooperativa chegou depois, eles pegaram o que sobrou, entendeu? Os lotes que estavam vagos, porque depois de todo este processo, tinham alguns lotes vagos, aí a gente conversou com outras Regionais e viu se tinham outras famílias acampadas que queriam vir pra cá e aí são essas famílias que vieram em 2016 (Xique-xique).

(...)A gente, quando começou a fazer os parcelamentos, queria fazer ou Raios de Sol ou Agrovila. Raios de Sol é melhor que agrovila, porque na agrovila as vezes você faz as vilinhas e os lotes ficam muito distantes, tipo três, quatro quilômetros, aí é foda, fica difícil, aqui não tem carro, não tem moto, não dá. Os raios de sol têm lá no Estrela do Norte, você tem tipo um núcleo assim,

aqui no meio fica tipo uma praça, e em volta fica as casas e os lotes ficam assim, a casa fica dentro do lote só de você ter vizinho, de ter sociabilidade. Porque quem vive aqui, principalmente mulher e criança que mora longe, uma casa aqui, outra fica a 3 quilômetros. A gente tentou fazer essa discussão aqui, mas não rolou, o pessoal não quis. Quis o Quadrado de Burro. Isso aqui é o que a gente chama de quadrado de burro, sabe? Mas também a gente não teve muito tempo de fazer essa discussão sabe? Você vê isso nos assentamentos mais coletivizados, onde foi um processo mais coletivo desde o acampamento. Aqui tinha muita gente de fora, tinha os ex-colonos. E minha filha, os ex-colonos, aí lascou mesmo, aí não tem nada de coletivo. Hoje tá melhor, a gente entende, sabe? Eu não tô culpando ninguém, porque é a realidade, o sistema capitalista é dessa forma, ele vai inculcar valores extremamente individualizando as pessoas e a gente não muda isso de um dia pro outro, é um processo. (Xique-xique)

A fala seguinte, de Barril, converge com a de Xique-xique, revelando profundas distinções entre a coletivização e a individualização dos espaços nas diferentes etapas entre a ocupação em acampamentos provisórios e assentamento com perspectiva de obtenção do título de propriedade individual da terra.

A Xique-xique vai responder por 157 assentados”. Quando a gente veio pra cá, a Xique-xique carregou esse assentamento todo nas costas e continua carregando nas costas, hoje ela está botando a mão para ajudar todos carregar. Não tem mais ninguém que tenha essa vocação aqui dentro. Ela responde por todos nós aqui dentro. Ela chegou e fez o negócio aqui andar. Como toda a terra tava junta, era todo mundo junto no mesmo interesse. Hoje foi cada um para cima de sua terra e cada um tem um interesse próprio. Eu quero fazer do meu lote o mais bonito. Antes todo mundo lutava muito, mas no final ninguém sabia quem lutou mais ou quem lutou menos. Parece que todo mundo lutou igual. Hoje cada um luta pelo que é seu. E quando a gente tava nessa luta, ela carregou todo mundo. (Barril)

Essa fala de Barril fornece elementos para propor uma discussão colocando o ativismo comunitário e as redes de solidariedade como princípio basilar da ressignificação dos espaços e de reterritorialização dos corpos. Isso me remete a pensar que a partir de quando conseguimos enxergar para além dos modelos que nos são impostos, a nossa luta, aqui me incluo como pesquisadora e militante, depara-se com a necessidade de reconstrução, regeneração e resgate dos nossos corpos e territórios. A mesma força que oprime impulsiona para a quebra de paradigmas que opera nos movimentos coletivos de mulheres.

Primeiramente, as palavras de Barril colocam uma mulher como peça-chave para o fazer coletivo do Assentamento, mencionando que apenas ela possuía “esse talento”, e traz alguns elementos relevantes que reforçam a importância da construção do movimento retratada por quem participa efetivamente dele e demonstra a ineficiência, ou no mínimo, a distorção das

narrativas descritivas elaboradas por terceiros que não convivem nem experienciam o lado de dentro de uma acampamento ou assentamento sem-terra.

Paródia Magnífica acrescentou suas impressões a respeito dos modelos de parcelamento que convergem no sentido da influência recíproca dos corpos sobre os territórios e vice-versa.

O formato da divisão dos lotes influencia sim. Não é por acaso que um dos núcleos que mais conseguiu desenvolver o cooperativismo, a comercialização juntos, foi a Serra, porque a gente não tinha estrada, as pessoas não tinham carro, a dificuldade de acesso era muito grande, então ou a gente fazia junto, ou a gente não daria conta de fazer individualmente, diferentemente de quem está ali embaixo, da sede, né? Que tem o asfalto do lado, apesar de terem dificuldade na estrada também, a estrutura sempre foi melhor, então essa questão geográfica da dificuldade fez com que na Serra a gente se organizasse mais no coletivo. A divisão dos lotes no formato que ela é, tem dois desafios, cria aquela coisa da pequena propriedade, aquela coisa do MST antigo, lá de trás, que quando surgiu era de reprodução da propriedade privada. Claro que hoje não se pensa mais assim. Claro que se a gente tem núcleo de moradia, além de criar o senso de comunidade, também facilita até a forma de exploração dos lotes. O terreno do Denis, como você pode perceber, lá na sede é mais de pasto, mas na Serra é bem acidentado, muita pedra, então essa divisão quadrada dificulta tanto a qualidade do lote, mas eu acho que se a gente tivesse uma divisão diferente, contribui pra organização, pra comunidade, pra esse senso de coletividade. (Paródia Magnífica)

Ao olhar para a heterogeneidade de vidas concretas em curso, o trabalho feminino se revela também como um trabalho de mobilização coletiva, produtor de subjetividades, saberes e poderes emancipatórios que faz circular suas experiências, histórias, conhecimentos e práticas distintas para (re)desenhar os territórios de forma dinâmica e variável, a depender das realidades vivenciadas em cada espaço.

Contrariando o modo de distribuição dos lotes do restante do Assentamento (quadrado de burro), seis famílias do núcleo da Serra - incluindo a de Paródia Magnífica e a de Xique-xique, organizaram-se em Cooperativa de Produção (COOPAC). (ver capítulo 12). Nesse formato, foi estipulado que, para fazer parte, os cooperados necessariamente teriam que morar próximos uns aos outros. Segundo Paródia Magnífica, a pretensão é que se amplie o número de famílias no local, mas para isso seria necessário um processo mais avançado e delicado de conscientização do que é cooperação de terra, trabalho e capital e da complexidade da construção coletiva que envolve esse nível de cooperação.

Como solução para o problema, os cooperados da COOPAC resolveram coletivizar a área de cultivo, a agroindústria e a criação de animais (curral), de modo que o coletivismo se faz presente em todos os espaços de convívio social e plantio. Eu diria que é um modelo híbrido que reúne características da agrovila e dos raios de sol - proximidade entre os núcleos familiares

e área de cultivo, sem o distanciamento entre os lotes (agrovila) e tampouco adere ao formato circular (raios de sol).

Em razão da complexidade e da importância para o assentamento, esse projeto será pormenorizado em capítulo próprio.

Imagem 11 - COOPAC (2023)



Fonte: Acervo pessoal de Paródia Magnífica

Assim, as iniciativas, como a COOPAC, surgidas no núcleo da Serra, são exemplos práticos de como a organização coletiva pode ser uma resposta direta às limitações impostas pela divisão dos lotes, promovendo alternativas ao individualismo e criando novas formas de convivência e produção.

Além das divisões territoriais, o MST desenvolve outras estruturas organizativas que visam mitigar a lógica individualista e promover modelos alternativos de cooperação. Nesse viés, o Assentamento Denis Gonçalves foi dividido em 5 núcleos familiares seguindo o critério vicinal de distribuição geográfica das famílias: Serra, Argentina, Rio Doce, Pasto dos Bois e Aliança. Cada núcleo possui uma coordenação composta por um homem e uma mulher, responsáveis, dentre outras coisas, pela organização de reuniões e pelo registro das demandas coletivas que são levadas para a Coordenação Geral. Todavia, nem todos os núcleos se organizam da mesma maneira. O núcleo da Serra, por exemplo, como será visto adiante, tem um destaque maior em relação à autonomia e ao desenvolvimento de práticas coletivas; outros, embora caminhem a passos mais lentos, buscam certo espelhamento nas práticas que circulam entre os núcleos mais avançados, reproduzindo-as de acordo com suas possibilidades.

Além disso há, ainda, divisões setoriais por tipo de atividade e atuação que agregam militantes dos vários núcleos familiares, como os setores de produção, educação, cultura, saúde, gênero e diversidade; e coletivos, como o das mulheres e da juventude, que objetivam reunir pessoas, criar espaços de produção, discutir e apresentar soluções que atendam as demandas locais e que alimentem, movimentem e renovem a luta, o que pode variar de acordo com os níveis de especialização e estrutura de cada assentamento. No Denis Gonçalves, por exemplo, não existem setores de gênero e diversidade, mas sim coletivos de mulheres, assim como um único setor unifica as pautas de educação e cultura.

Para falar sobre as divisões de tarefas, especializações de funções e setores, aproximando os exemplos mencionados com a realidade do meu campo de pesquisa, trago a voz de Xique-xique, privilegiada pelo excelente trânsito interno entre pessoas e espaços no Denis Gonçalves, e externo no movimento mais amplo, fazendo uma ponte importante com as diretrizes nacionais do MST.

Na minha primeira conversa com ela, na cozinha de sua casa, enquanto preparava uma canja de galinha e amassava ovos cozidos para acompanhar o almoço servido sobre uma mesa de madeira onde sentamos eu, seus três filhos e seu companheiro, Xique-xique me falava sobre como foi idealizada e executada a divisão dos núcleos familiares e setoriais do Assentamento, dialogando com as orientações do MST:

(...) Aí o pessoal foi se juntando, quem quer ser assentado com quem, grupos de afinidade e a gente tem as áreas do assentamento, tem várias. Aqui é a Serra [este núcleo familiar fica na parte alta do Assentamento, com o acesso mais acidentado que reúne famílias vindas de outros acampamentos e assentamentos] e, lá embaixo tem a Aliança, tem Pasto dos Bois, tem Argentina e Rio Doce. São cinco, são nomes anteriores a ocupação [quando ela fala em nomes anteriores, se refere a divisão da antiga Fazenda que regionalizava os lugares, como espécies de bairros, cuja nomenclatura foi mantida para designar os núcleos de famílias que passaram a ocupar os antigos espaços].

Não são todas as áreas que têm todos os setores. Aqui a gente tem o setor de Educação, Saúde e Cultura, mas vão separar porque não deu muito certo. Tem Produção e tem os coletivos, que não são setores. Tem o da Juventude, o das mulheres. Gênero nós não temos aqui. Nós temos esses setores a nível Estadual e Nacional, mas não necessariamente eles estão em todas as áreas. Assim, Produção você vai ter em qualquer lugar, porque a gente vem pra produzir. O comércio fica na produção, é Setor de Produção, Comercialização e Meio Ambiente (SPCMA). Ali entra produção, comercialização, toda questão técnica de agroecologia. Cada setor tem seu calendário [autonomia política para definição das agendas]. Tem setor que se reúne de acordo com a demanda, quando precisa mais se reúne mais, quando precisa menos, se reúne menos. Mas tem, por exemplo, os setores Estaduais, é como um processo de cima pra baixo e de baixo pra cima [proposta do MST de descentralização e circulação de demandas entre instâncias]. A Nacional reúne, aí os setores

estaduais reúnem e têm gente na sua base, que não tá só na Estadual, e cada área [em referência as áreas que demarcam os territórios de cada assentamento] tem sua demanda específica, aí você vai se reunir na sua área também. A gente tá na base, cada assentamento tem sua realidade específica. Então tem assentamento que tem escola, tem assentamento que não tem. Tem uns que tem casa de saúde, outros não tem (Xique-xique).

(...) Isso aí é orientação nacional, sempre que é possível a gente faz. Às vezes acontece, fica uma pessoa sozinha, às vezes ficam dois homens, ou duas mulheres, mas é muito raro. [Nesse momento, Xique-xique é interrompida por Pedro, seu filho mais velho, que hoje faz faculdade no Rio Grande do Sul e, ouvindo nossa conversa, pontua sobre a formação de lideranças: dois homens pega muito mal.] E Xique-xique repete: dois homens pega muito mal, eles nem tem coragem de propor isso, muito ruim. Tá super certo. Isso é linha política nossa. Às vezes a pessoa fica sozinha. Agora mesmo a Carol tá sozinha na Direção. Era pra ter mais um. Ela tá na Direção Regional, mas agora vai ter a reposição das instâncias, que tem de dois em dois anos [essa renovação objetiva a despersonalização e a descentralização para priorizar a agência coletiva]. Eu também fiquei sozinha, é uma bosta, é horrível. A gente tenta fazer tudo no coletivo, né? Tem coisa que sobrecarrega, porque é muita coisa. Em qualquer Assentamento ou Acampamento (Xique-xique).

Essas falas, cuja longa transcrição entendi necessária para contextualizar as estruturas organizacionais no Assentamento, levam a pensar que o MST lança mão de estratégias e táticas de atuação a partir das práticas do movimento que, junto com a teoria, funcionam como dimensões fundamentais da produção de conhecimento autônomo em cada assentamento, de modo a possibilitar que os assentamentos exerçam autodeterminação de acordo com a sua realidade, sem, contudo, abrir mão da unidade e da uniformidade norteada pelos princípios organizativos que preservam a identidade do movimento. São eles: Autonomia Política para definir sua própria agenda; Participação; Direção Coletiva; Educação – que engloba escolarização de crianças, jovens e adultos, formação política, publicação de livros, cartilhas, oferecimento de cursos, democratização do acesso ao conhecimento por meio do PRONERA<sup>47</sup>; por fim, o Internacionalismo – que tem por base o combate ao capitalismo como um sistema mundial de exploração, e o controle cooperativo das cadeias de produção de alimentos, propondo ações conjuntas com outras organizações e outros movimentos internacionais de resistência, materializado em ações de solidariedade com os povos em luta e criação de brigadas internacionais para intercâmbio de projetos de produção agroecológica, educação e formação.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária, Política pública (1997), criada para fomentar a educação no campo, incluindo cursos de licenciatura e pós-graduação para os Trabalhadores Sem Terra, com mais de 100 convênios com universidades públicas brasileiras

<sup>48</sup> Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/04/16/la-organizacion-politica-del-movimiento-de-trabajadores-rurales-sin-tierra-de-brasil/>>. Acesso em 13/06/2024

## 12 MÃOS DE MULHERES: CULTIVANDO E ESTENDENDO OS SENTIDOS DE EDUCAÇÃO, PRODUÇÃO E SOLIDARIEDADE

É desafio da classe trabalhadora e do MST combater o patriarcado, o racismo e o capitalismo em todas as suas expressões políticas e culturais, por isso faz-se necessário ser vigilante e combatente aos desvios éticos, “morais” do sexismo, do racismo, do fascismo e da exploração de classe. Ser vigilante no sentido de criar uma nova subjetividade reorientada nos princípios humanistas, feministas, antirracistas e socialista. (Djacira Maria de Oliveira<sup>49</sup>, militante do MST na Bahia e educadora da Escola Nacional Florestan Fernandes).

O Brasil de hoje ainda concentra o maior índice mundial de mulheres em serviços domésticos remunerados. Em termos numéricos, significa dizer que 92,4% do trabalho doméstico remunerado é realizado por mulheres<sup>50</sup>. Partindo desses parâmetros, podemos traçar um perfil social que generifica esse tipo de atividade, considerando que a remuneração coloca, de um lado, parte das mulheres na linha de visão institucional atrelada a um registro de vínculo empregatício. De outro, esses dados ocultam o trabalho doméstico informal e gratuito, majoritariamente feminino, de produção, reprodução e cuidados dentro das casas, nos quartos, nas cozinhas, nos terreiros, com os filhos, com a horta, com a criação de animais e com a integração comunitária. Nesse âmbito, é a esse trabalho invisível, não remunerado, de exploração violenta capitalista e patriarcal a que me refiro como uma das questões mais relevantes no cotidiano das mulheres camponesas.

As políticas de resistência das mulheres, atreladas às de sobrevivência, não são públicas, tampouco publicizadas. Elas acontecem em micro doses do cotidiano, muitas vezes percebidas de maneira sutil, quando correlacionadas com as histórias vivenciadas por cada uma delas que fazem circular suas experiências e sua sabedoria de uma para outra e de todas para além das cercas.

---

<sup>49</sup> Dirigente do MST na Bahia e membro da Coordenação Nacional, mestre em Educação UFBA, educadora da Escola Florestan Fernandes. Acesso em 13/06/2024

<sup>50</sup> Dados do IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/convencao-189-quatro-pontos-para-voce-entender-importancia-da-promocao-do>>. Acesso em 13/06/2024.

Em todas as entrevistas que fiz, procurei saber como eram compostas as coordenações dos setores no Assentamento Denis Gonçalves. Meu intuito foi de entender se a heterogeneidade na representatividade se traduzia também na participação e na tomada de decisões coletivas e de que modo esse processo acontecia nos mais diversos setores.

As transcrições que trago a seguir sugerem uma aproximação com as mulheridades da terra na reconfiguração dos espaços de convivência, das presenças femininas em tudo o que se constrói em termos individuais e coletivos, do fazer circular corpos e saberes. Por isso, preservei a literalidade das transcrições como forma de validar outras alternativas de produção de conhecimento que transgridem regras da escrita formal acadêmica, aproximando as leitoras e os leitores das tecituras das mulheres que se incumbem conjuntamente em produzir as formas possíveis de (re)existência das vidas no campo.

Quando se fala em luta de classes, mote preponderante do MST, há de se enxergar, nessa conjuntura, que a mulher, ou as mulheres ocupam um lugar de maior opressão, fruto da continuidade da colonialidade que produziu/criou e intensificou as diferenças de raça, gênero e classe. Operando conjuntamente com o movimento decolonial de resistência, os movimentos de mulheres compõem uma trama constituída por corpos precarizados que se expandem em “ações locais, transregionais e transnacionais” (Butler, 2023). Essas ações transfronteiriças dizem respeito não apenas às fronteiras territoriais, em seu aspecto mais literal, mas em relação aos corpos que habitam esses limites territoriais, aos quais chamo de corpos-territórios porque constituídos pelos espaços socialmente marcados pelo passado colonial e, atravessados por esses marcadores, resistem, criam, constroem e remodelam novos espaços, de forma coletiva e solidária. Fraser (2024), sem destoar da ideia de solidariedade, associa os movimentos de mulheres a uma espécie de coligação emancipatória ou coalisões interseccionalizadas, que aglutinam as dimensões de classe, raça e gênero e constituem uma corrente contra-hegemônica capaz de superar a atual crise de toda a ordem social para a qual múltiplas injustiças e irracionalidades convergem<sup>51</sup>.

São várias as dimensões políticas de enfrentamento das mulheres trabalhadoras rurais dentro das comunidades e, entre elas, as políticas de sobrevivência ainda representam a maior parte da preocupação. Sobreviver aos encarceramentos físicos, morais e ideológicos e às mais diversas violências implica na reconstrução desses universos que começam dentro das casas e reverberam na luta coletiva pela obtenção de incentivos para produção, construção de escolas,

---

<sup>51</sup> Nancy Fraser: Benjamin Lecture 1 - Gender, Race, and Class through the Lens of Labor. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zGXIZVI3PH8&t=926s>>. Acesso em 23.04.2024.

assistência à saúde, divisão de tarefas e, principalmente, pelo reconhecimento do trabalho gratuito desempenhado pelas mulheres nos ambientes domésticos.

Na medida em que as dificuldades relacionadas à ausência de políticas públicas em todas as searas se fazem presentes, o agir coletivo caminha em conjunto com as políticas de resistência que mobilizam redes de solidariedade.

Entre minhas andanças pelo assentamento, presenciei algumas dessas práticas que exemplificam a atuação das mulheres no fazer coletivo e ampliam os sentidos de educação, produção e solidariedade como dimensões interdependentes e complementares e, por isso, elegi três projetos – Escola, Cooperativa e Plantio Solidário – sobre as quais passarei a discorrer nas linhas seguintes.

Uma das primeiras preocupações depois do parcelamento dos lotes foi a construção da Escola de Ensino Fundamental e Médio Carlos Henrique Ribeiro dos Santos. São duas unidades: a unidade Sede fica na parte de baixo, em uma antiga casa de ex-colonos que, depois de abandonada, foi reformada pelo MST para fazer funcionar a escola. A segunda, na parte de cima, no núcleo da Serra, onde antes era um curral de carneiros. Até o ano de 2022, as duas unidades da escola do Assentamento eram coordenadas e administradas pelos/as integrantes do MST, preocupados/as em adaptar ensino formal regular à educação do campo, acrescentando estudos que abordavam agroecologia, agricultura familiar, técnicas de plantio e proteção ao meio ambiente. A partir de 2023, quando as escolas passaram a ser vinculadas ao Governo Estadual, a manutenção desse formato de ensino vem sendo renegociada entre o movimento e os/as professores/as da rede pública.

Xique-xique contribuiu de maneira fundamental para a construção da Escola do Assentamento. Sua experiência de militância no primeiro assentamento em que ela morou e onde trabalhou no setor de educação orientou toda a comunidade do Denis Gonçalves na luta pela implementação da rede escolar.

Tem que ter tudo, a educação, por exemplo. O que não é essa escola pro assentamento? É uma experiência maravilhosa! Na época da construção da escola eu já estava aqui. O Projeto é orientação do MST, eu estava no setor de educação daqui, *fizemos reuniões com as mulheres, nos juntamos, elaboremos um questionário e fizemos um levantamento da necessidade.* A gente começou a negociar. Depois que comprovou a demanda, primeiro era só EJA [Educação para Jovens e Adultos], em 2017. Só mulheres e o Cacá [Carlos Henrique Ribeiro dos Santos que dá nome a escola], um adolescente de 13 anos que já faleceu [estavam na organização da escola]. Teve uma resistência inicial dos ex-colonos, porque era uma casa que já existia, mas quem mais estudou aqui foram eles. E pensa num povo feliz com isso! Mudou a vida deles. Tem histórias lindas. Seu Mateus, que morreu, chegava em casa à noite, nove e meia, dez horas da noite e ia fazer o dever. Eles [ex-colonos] foram os principais beneficiados com o EJA (Xique-xique).

Ao se referir às suas experiências no Assentamento Estrela Norte, no Norte de Minas Gerais, Xique-xique explica que executava a parte administrativa do centro de formação daquele assentamento, onde morou antes de ser assentada no Denis Gonçalves (2006/2013), mas não queria se restringir a essa atividade por não se encontrar totalmente satisfeita.

Eu pedi demissão porque estava infeliz, aí falei na reunião e o pessoal achou que eu tinha cara de educação. Aí fui pra educação. Aí comecei a perceber que por ser mãe, tinha que ter mais planejamento, educação qualificada. Eu tive filho militando, né? Eu tinha que carregar as crianças e a ciranda não tinha planejamento. Nas reuniões, quando você falava que iria levar criança, eles não queriam. Eu falava: eu vou levar essas crianças sim, vai se virar. É princípio organizativo do MST. Então eu pensei: vamos fazer um centro de formação para educadores infantis. Aí fizemos umas parcerias com instituições de ensino. Fizemos encontros dos sem-terra, na semana do Che [Guevara], em outubro. Tinha toda uma programação, organizamos oficinas, alimentação, tinha excursão no Jardim Zoológico em Montes Claros, teatro, balé pra criança. Aí os parentes tudo ia pra lá, se tinha 30 crianças, dava umas oitenta pessoas. Fiquei um tempo no setor de educação voltada principalmente para a infância porque vi que era uma necessidade lá. Aí comecei a levar a pauta da educação para as reuniões do Assentamento Estrela do Norte e a prefeitura tinha suspenso a alimentação, retiraram o almoço e entregavam duas bolachinhas. As crianças estavam passando necessidade. Era comida, entendeu? Tínhamos muita demanda e eu levei isso. *As questões de saúde e de educação não eram vistas como uma prioridade.* Aí levamos a demanda da necessidade de escola no Assentamento porque as crianças tinham que ir de ônibus sozinhas antes e tinha uma casa lá que serviria de sede, mas que pra sede a gente só precisaria de uma sala e tinha uma casa inteira, então fizemos a escola lá e até hoje ela funciona. Tá a coisa mais linda, tem horta, virou referência de escola de educação infantil da região inteira (Xique-xique).

Em suas falas, há de se observar uma dimensão importante do trabalho materno que extrapola a esfera do privado para estabelecer uma construção do maternar coletivo juntamente com a estratégia política de ampliar a participação das mulheres nos postos de decisão e oportunizar a participação de seus filhos nas atividades coletivas e educacionais. O trabalho materno confere aos projetos uma noção mais politizada dos cuidados como expressão de ativismo e ato de resistência em defesa da vida que, mais uma vez, traz a dimensão da prática e da teoria como elementos indissociáveis (Collins, 2022). Essa ampliação da dimensão privada dos cuidados tem reflexos também na luta pela educação de qualidade no campo, pela profissionalização, por melhores condições de vida nas comunidades e por acesso a serviços públicos, como saneamento básico e energia elétrica.

Ao mencionar a ciranda como princípio organizativo do MST, Xique-xique sabia muito bem do que estava falando. A ciranda compõe o Princípio Organizativo da Educação e consiste na organização de atividades recreativas, lúdicas e educacionais de crianças durante encontros, reuniões e atividades dos militantes, de modo a possibilitar a ampla participação de homens e mulheres enquanto as crianças permanecem assistidas e cuidadas por outras companheiras. Ter uma liderança assim fez muita diferença nos projetos desenvolvidos no Denis Gonçalves.

Em uma de nossas conversas na casa de Xique-xique, depois do almoço, enquanto varria a casa e eu lavava a louça, ela me explicava sobre a organização educacional do Assentamento:

Aqui é uma Escola só, mas com duas unidades. Aqui na Serra é o braço da escola lá de baixo. Lá é a sede. É uma escola Estadual, tem designação como qualquer outra escola, é tudo designado, a gente não tem concursado. Nunca abriu concurso pra cá, mas como é uma escola específica de educação do campo, se tem algum profissional que tem alguma formação, ele tem prioridade na designação. A gente luta pra sair um pouco do ensino regular, formal, mas não é fácil porque é uma estrutura estadual. Por exemplo, lá embaixo tinha, não sei se vai continuar tendo este ano... minha batata vai virar um purê, ai meu deus! Tinha ensino médio em alternância, sabe? A gente tem que se organizar, a gente mesmo. A nossa Diretora era Carol, ela é militante, agora é a Marli, que não é do MST, mas ela sabe que a gente tem a nossa cultura. Então é sempre um processo, uma conversa, tudo isso. Então o setor de educação trabalha muito junto com a escola. Não foi feita designação ainda este ano, mas os professores que deram aula o ano passado estavam participando de atividade de formação com o pessoal do assentamento. A gente não sabe se eles vão passar na designação esse ano de novo, mas eles vieram e participaram. A construção das escolas era em casas que já tinham, a gente lutou pra melhorar com a ajuda das prefeituras, mas a maior parte foi a gente que fez. Aqui na Serra mesmo não foi nada de Prefeitura, de Estado, nem nada! Foram as próprias famílias que juntaram e fizeram. Onde é a Escola era o curral dos carneiros. Do ano passado pra cá é que começou a ter alguma verba do Estado. Até o ano passado, quem manteve essa escola foram as famílias daqui da Serra. As crianças estudam aqui. Tem uma turma multisseriada na parte da manhã, que é dos anos finais, e uma turma multisseriada dos anos iniciais na parte da tarde. No começo do ano passado tinha mais crianças, mas mudaram de assentamento. Ainda tinha EJA, mas essa turma formou ano passado. Já é a segunda turma de EJA, ensino médio, que formou aqui na Serra. Agora estamos sem EJA (Xique-xique).

Xique-xique, uma das vozes mais ressonantes no Assentamento, revela como a luta pela educação transformou o território. A Escola Carlos Henrique Ribeiro dos Santos, nascida do esforço coletivo, simboliza a educação como um ato de resistência e uma forma de vida. Sua trajetória, marcada pela militância e pelo desejo de superar as limitações impostas pela estrutura estatal, mostra como o trabalho das mulheres, longe dos holofotes, constrói e remodela a realidade local.

Imagem 12 – Fachada da Escola da Serra, parte alta do Assentamento Denis Gonçalves (2022)



Fonte: Acervo próprio

Imagem 13 – Fachada da Escola da Serra, parte alta do Assentamento Denis Gonçalves após benfeitorias dos/as assentados/as (2024)



Fonte: Acervo próprio

Imagem 14 – Escola da Serra, parte alta do Assentamento Denis Gonçalves (2024)



Fonte: Acervo próprio

Na luta pela reterritorialização, por entender que o acesso a terra nada mais é do que uma busca pela recuperação do que lhes foi violentamente retirado e que inclui a autonomia sobre os seus corpos, muitas mulheres passaram a se articular na busca por uma participação efetiva nos processos decisórios sociais e políticos de (re)construção de saberes e poderes emancipatórios. Ao enfrentar simultaneamente práticas e ideais patriarcais de invisibilização, violência, desumanização e apagamento de subjetividades, deslocam-se da condição de vítimas para o lugar de atrizes políticas protagonistas da resistência e da sobrevivência delas e dos seus.

Vivenciar o cotidiano das mulheres me permitiu entender muitas estratégias de defesa do corpo-território traçadas por meio da (re)organização dos espaços de convivência pensados coletivamente, em termos de estruturas de formação, ampliação dos cuidados e fortalecimento da autonomia comunitária que buscam agregar a participação e a conscientização de crianças, jovens, adultos e idosos.

As transcrições anteriores e as que seguem posicionam as mulheres no centro das iniciativas dos projetos de coletivização do Assentamento Denis Gonçalves que reúne a experiência de sucesso trazida por Xique-xique somada ao engajamento de outras mulheres ex-colonas no mesmo propósito de transformação, como é caso de Mandacaru.

Agora a gente vai começar com o grupo da educação. É cultura e educação. Aqui anda junto. Porque a escola quem tá cuidando agora são do grupo de fora. A gente tá com um projeto de cozinha coletiva que tá no viveiro e enquanto isso a gente usa a da escola, porque a gente não tem... não tem fogão bom, não tem copo, nem panela. Elas [as professoras] entraram sem ser do Assentamento. Antes o combinado era ser só do Assentamento, mas agora teve contrato com a escola, elas não têm conhecimento na escola do campo, elas acham que tem que ser igual à da cidade e não é, tem diferença, né? Primeiramente a atenção pra aluno é muito melhor [se referido a escola do campo], porque são poucos alunos a professora tem mais tempo. Tem aluno que tem muita dificuldade, mas aqui tem mais tempo, pode ter cinco dentro da sala, mas se tiver um com dificuldade, ela pode ensinar os outros quatro e também atender os cinco, dar mais atenção, sabe? Porque tem de todas as idades. Tem pra todas as idades, só não tem pros pequenininhos (Mandacaru).

Ainda sobre a construção das escolas, mas agora em outro encontro com Xique-xique, dessa vez na cozinha da COOPAC, enquanto conversávamos, Xique-xique preparava o doce, que tem que ser mexido o tempo todo sem parar, porque pode talhar ou empedrar. Seu companheiro cozinhava a refeição para a família e as crianças brincavam no terreiro. Assim que ele terminou de fazer o almoço, passou a mexer o doce enquanto fomos almoçar na parte baixa da cooperativa, Xique-xique, seus filhos e eu.

Eles [Xique-xique se refere à reação dos ex-colonos em relação ao projeto da Escola] não queriam no começo não, mas o movimento entrou, ocupou, limpamos tudo, aí depois negociamos com o poder público de Goianá, e fizemos aqui. *Nesses processos de escola, 99% é companheira mesmo, porque se preocupam mais com as crianças e com a educação. Na produção tem muitos companheiros* [homens]. Eu tenho meu jeito e não fico esperando as coisas acontecerem e gosto de envolver as pessoas nos processos e dou a real também. Tem que bater a real, sem enrolação. Então, assim, eu consigo estabelecer relações muito legais com o pessoal, com a base. Mas eu nunca fiz nada sozinha. *Aí o povo fala: nossa, você parece homem!* (Xique-xique).

A fala de Xique-xique reflete uma dimensão clássica da divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres são posicionadas em tarefas associadas aos cuidados, enquanto os homens, à produção de esforço braçal. Essa separação é um reflexo da socialização de gênero que atribui às mulheres as responsabilidades domésticas e de cuidado, enquanto os homens ficam com as atividades ligadas ao sustento material e à produção.

A afirmação "nossa, você parece homem!" dirigida a Xique-xique quando ela se destaca pela liderança e assertividade revela uma percepção enviesada que associa habilidades de comando e iniciativa à masculinidade. A ideia implícita é que ser firme, prática e capaz de

liderar projetos não é algo que tradicionalmente se espera de uma mulher, consagrando os estereótipos que ainda prevalecem nas comunidades.

Embora Xique-xique tenha uma posição de liderança e envolva as pessoas nos processos, o fato de as mulheres predominarem em tarefas relacionadas à educação e ao cuidado com as crianças revela que, mesmo com a presença de mulheres fortes e organizadas, há uma tendência de que elas assumam lideranças em setores considerados "femininos" — nesse caso, a escola e as crianças. Essa divisão sugere que os trabalhos de cuidados, produção e reprodução social continuam sendo majoritariamente responsabilidades femininas.

Xique-xique menciona que gosta de envolver as pessoas e de "bater a real", o que indica que ela está ciente das dinâmicas de poder e das dificuldades enfrentadas ao tentar romper com a expectativa de que as mulheres devem ocupar apenas certos espaços. Sua liderança desafia convenções, mas as reações a ela mostram que a divisão sexual do trabalho continua sendo uma barreira a ser superada.

As falas de Mandacaru e de Xique-xique demonstram, ainda, sob perspectivas diversas, os trabalhos realizados por elas junto com o de tantas outras que comungam de um mesmo sentido, preocupadas tanto com as estruturas físicas, quanto com a qualidade de ensino que atenda as realidades da vida no campo, de modo que o projeto educacional possibilite perceber as peculiaridades e necessidades individuais sem comprometer a coletividade. Como se verá a seguir, além da educação, como princípio, o envolvimento dessas mulheres se faz presente nas mais diversas frentes de produção, comercialização, criação da cooperativa, plantio solidário, organização de eventos sociais e divulgação dos trabalhos. Todas as estruturas coletivas de trabalho produtivo e reprodutivo foram pensadas a partir da iniciativa das mulheres.

O segundo projeto que apresento, a Cooperativa de Produção Agroecológica e Cultura Camponesa - COOPAC, nasceu da ideia do companheiro da militante Paródia Magnífica na época em que ela era dirigente do Setor de Produção do Denis Gonçalves à época - hoje atua na Coordenação do Armazém do Campo em Belo Horizonte. Desde então, foram sete anos de dedicação construindo e executando um projeto a muitas mãos, principalmente de mulheres.

Essa história da produção do Denis me toca muito porque foi o que eu fui construir quando cheguei no assentamento, foi a minha história dentro do assentamento, foi a história da construção da cooperativa que a gente tem lá, claro que não fiz sozinha, foi uma construção de muito as mãos, mas passei os últimos 7 anos fazendo isso lá no assentamento (Paródia Magnífica)

Não cheguei a conhecer Paródia Magnífica pessoalmente por impedimentos geográficos, já que ela está em Belo Horizonte atuando na Coordenação do Armazém do Campo e eu nessa vida itinerante entre Goiânia e Juiz de Fora. Cheguei até ela por indicação de Xique-xique, que passou seu contato para que pudesse obter todas as informações necessárias relacionadas à COOPAC. Nossas conversas aconteceram via whatsapp, com troca de áudios e, dessa maneira, ela explicou em detalhes o trabalho desenvolvido durante sete anos na concretização da Cooperativa e cujos relatos serão transcritos mais adiante.

A COOPAC segue o modelo de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) do MST - CPA<sup>52</sup>. Ela se caracteriza como empresa que promove a coletivização terra, capital, trabalho, planejamento produtivo e moradia. No Assentamento, seis famílias do núcleo da Serra compartilham o espaço de quatro lotes. Cada família possui sua própria casa, em moradias individualizadas e próximas umas das outras, configurando uma estrutura organizativa essencial para o modelo cooperativista.

Imagem 15 - Cooperativa do núcleo da Serra (2023)



Fonte: Acervo pessoal de Paródia Magnífica

---

<sup>52</sup>Caderno de Cooperação Agrícola nº 5

As atividades realizadas pela cooperativa são focadas na produção de Sistemas Agroflorestais (SAF) que englobam o cultivo de cebola, feijão, milho, mandioca, além da criação de galinha, porco, peixe e produção de conservas, salame e laticínios. Dependendo da demanda, outras pessoas do assentamento são envolvidas nas atividades produtivas, recebendo remuneração por hora trabalhada.

Imagem 16 e 17 - Áreas de Produção da COOPAC (2023)



Fonte: Acervo pessoal de Paródia Magnífica

Imagem 18 - Produção para comercialização da COOPAC (2023)



A **Coopac** nasceu do sonho de 6 famílias que se **uniram** em 2016 para **transformar** uma parte de um latifúndio improdutivo, atualmente **Assentamento Dênis Gonçalves**, em Goianá/MG, em uma **cooperativa coletivizada (CPA)**.

Hoje, a **Coopac** ocupa 4 lotes e **produz na cooperativa** antepastos, pães, broas, defumados, queijo, iogurte, hortaliças, mandioca, milho, abóbora, banana e artesanato **sem o uso de agrotóxicos**

**REFORMA AGRÁRIA CONTRA A FOME E A ESCRAVIDÃO: POR TERRA, DEMOCRACIA E MEIO AMBIENTE!**

Fonte: Acervo pessoal de Paródia Magnífica

Conheci o projeto em uma das visitas que fiz à Xique-xique. Enquanto conversávamos, ela permaneceu de pé, em frente a duas panelas, onde, ininterruptamente, mexia e vigiava o doce de leite para não passar do ponto. No terreno da cooperativa tem duas casas, construídas tijolo por tijolo pelas mãos dos cooperados. Em uma funciona uma pequena cozinha com um espaço ao lado, utilizado como depósito onde estavam armazenados uma grande quantidade de

antepastos prontos para comercialização. Noutra funciona a agroindústria<sup>53</sup>, com uma cozinha mais ampla para produção em maior escala, onde seu companheiro preparava o almoço da família. Entre as duas construções, circulavam umas vacas que fornecem o leite para a produção de laticínios e doces.

Imagem 19 – Agrovila (2023)



Fonte: Acervo pessoal de Paródia Magnífica

Paródia Magnífica conta que a ideia da cooperativa surgiu em 2016 quando seu companheiro, vindo de Brasília, chegou ao assentamento com a pretensão de se assentar no Denis Gonçalves:

Aí a gente juntou com algumas famílias, de militantes que também queriam ser assentadas e que toparam esse formato de CPA, e fomos pros lotes e começamos a produzir, juntamos uma cota parte de cada família e começamos

---

<sup>53</sup>A agroindústria segue um modelo produtivo do MST que se propõe a cultivar alimentos saudáveis para subsistência e comercialização; preservar o meio ambiente; construir relações humanas mais justas, democráticas e livres, desvinculadas do modelo produtivista de exploração. Disponível em: <<https://mst.org.br/2023/05/08/o-mst-e-um-contraponto-ao-agronegocio-predatorio-no-brasil/#:~:text=O%20modelo%20produtivista%2C%20sem%20gente,mais%20justas%2C%20democr%C3%A1ticas%20e%20livres.>>. Acesso em 05/05/2024.

a investir na produção, nesse formato que a gente coopera de terra, capital e trabalho e é tudo coletivo, a gente mora em Agrovila (v. capítulo x). Até hoje a gente não é regularizado porque existem alguns limites na lei para regularização de uma CPA, a legislação hoje é muito complicada para a gente criar um CNPJ de CPA. (Paródia Magnífica)

Como a COOPAC se incumbia da produção, foi necessário se pensar na comercialização dos produtos. Assim surgiu a ideia de desenvolver outra cooperativa que ficasse responsável por comercializar a produção, mas que também viabilizasse o comércio individual e coletivo de maneira mais ampla, tanto do Assentamento quanto de outros agricultores e agricultoras familiares da região e de Juiz de Fora. A partir disso, em 2022, foi inaugurada a Cooperativa de Reforma Agrária e da Agricultura Camponesa da Zona da Mata - COOPERMATAS.

(...)Existem processos específicos, eu sempre atuei na Produção, quando a gente chama as pessoas para um processo mais coletivo, como esse que começamos na Serra, com o núcleo de Cooperação que deu origem a COOPERMATAS<sup>54</sup>, a partir da COOPAC, e lá sempre tivemos a participação das mulheres no setor de produção, até porque o pagamento se dá por hora de trabalho, incluindo cozinha e cirandas que são tarefas que contam como hora de trabalho, como se conta a hora de trabalho roçando, cuidando do gado ou trabalhando na agroindústria. Esse polo da COOPAC de militantes foi importante para a gente começar a criar processos coletivos no assentamento de forma geral. Não que não existissem processos produtivos, mas eles eram muito individualizados, cada família no seu lote, eventualmente uma feira do Movimento, mas não era um processo organizativo contínuo. (Paródia Magnífica)

Quando a gente começou a chamar na COOPAC, a partir de um processo de organização do núcleo da Serra pra começar a venda e comercialização dos nossos produtos em Juiz de Fora, *quem veio foi as mulheres, porque, em geral, aí é uma avaliação minha, né? Os homens, o agricultor, produtor rural, camponês, eles são muito autossuficientes, pela própria construção histórica, principalmente o homem* [indicativo de que de noções da divisão sexual do trabalho operam no homem do campo para estabelecer padrões comportamentais individualizadores e excludentes]. *Então quem vem primeiro pra esses processos coletivos são as mulheres.* Ali no núcleo da Serra quem começa é eu, *com uma criança recém nascida, pensando no que vou fazer depois que acabar minha licença maternidade, porque eu era professora da escola e eu não voltaria pra escola.* Então começamos a reunir as mulheres para ver como viabilizar a comercialização em Juiz de Fora, então veio a Nega, Meire, a Dora, Dona Fátima, e os homens que vierem, ficavam meio assim no “cantão” vendo o que estava acontecendo. *Então, nessa coisa do núcleo de cooperação, sempre foram as mulheres que fizeram o dia a dia, o cotidiano, a organização, a garantia da existência do núcleo de cooperação da Serra, que não abarca todos os moradores da Serra, só os que quiseram participar desse processo de cooperação. Obviamente tinha homens, né? Mas sempre*

*foram as mulheres que puxaram a frente, toda a existência da Cooperativa e que depois culminou na COOPERMATAS. (Paródia Magnífica)*

A narrativa de Paródia Magnífica destaca sua participação na criação do núcleo de cooperação em um momento de transição pessoal, ao lidar com a licença maternidade e a necessidade de conciliar o cuidado com seu bebê e a continuidade do trabalho produtivo, realidade enfrentada por muitas mulheres em dupla jornada de trabalho, que precisam conciliar o cuidado com os filhos e as tarefas domésticas com suas atividades produtivas. Aliás, conciliar trabalho remunerado e não remunerado (maternidade) é uma questão recorrente que reflete a desigualdade de gênero nas expectativas sobre o cuidado e a responsabilidade pelas crianças. No caso de Paródia Magnífica, essa dificuldade a impulsionou no sentido de buscar alternativas de sustento - política de sobrevivência - na produção agrícola e na cooperação.

Pode-se observar que as transcrições acima se alinham com falas de outras interlocutoras no sentido de que a reconfiguração das corpografias dos pedaços de chão, ou seja, as representações dos corpos-territórios em movimentação concretizam modelos alternativos de convívio social, proporcionando a ampliação dos sentidos de cuidado, modos de trabalho e existência coletiva, foram iniciativas predominantemente femininas, motivadas por uma conjunção de fatores que envolvem as estratégias de sobrevivência dessas mulheres.

A participação das mulheres em processos produtivos coletivos, como no caso da COOPAC e da COOPERMATAS, revela um cenário de participação ativa das mulheres nas etapas produtivas do assentamento que reconfigura vínculos de trabalhos “tradicionalmente” invisibilizados como "cozinha e cirandas", quando são reconhecidos como trabalho e contabilizados em horas para fins de remuneração, o que rompe com o paradigma que relaciona essas atividades como não produtivas.

No mesmo sentido, trago, por fim, o projeto do Plantio Solidário, que conheci no início da pesquisa e cujo embrião foi concebido no final de 2021, com lançamento oficial em dezembro do mesmo ano, durante a pandemia, e contou com a colaboração de mais de 20 organizações civis, inspirado em outros projetos de roçados solidários do MST no Estado de Pernambuco, mas que só foi executado a partir de março de 2022.

Imagem 20 - Arte para divulgação do Plantio Solidário (2022).



Fonte: Arquivo pessoal de Saguaro

Para aprofundar a discussão, conversei com Saguaro, outra mulher assentada com quem, assim como Paródia Magnífica, mantive contato via whatsapp. Ela explicou que o projeto surgiu em meio à pandemia do COVID-19, período de grave crise econômica, política, social e ambiental no Brasil, quando o número de pessoas em situação de extrema pobreza assumiu proporções alarmantes.

Nesse contexto, o MST encabeçou o movimento nacional de doações de alimentos e, no Assentamento Denis Gonçalves, Saguaro foi uma das responsáveis por organizar esses processos de doação de uma forma mais coletiva junto com outros sujeitos de fora do assentamento que comungavam do mesmo objetivo de contribuir de alguma maneira para mitigar a situação de vulnerabilidade que afetava tanto a região quanto a cidade de Juiz de Fora.

Nas reuniões coletivas foram se desenhando as propostas de forma mais concreta. O plantio solidário nasce de forma coletiva de uma proposta do MST, construindo com outras organizações, como universidades, alguns movimentos, igrejas, com o objetivo de produzir coletivamente alimentos para doação à pessoas em situação de vulnerabilidade nas periferias de Juiz de Fora, mas também, fazer isso envolvendo, na medida do possível, estas pessoas que receberiam estes alimentos. Então a gente passou a organizar mutirões aos sábados, na área cedida pelo assentamento [imagens 20 e 21], que aconteciam de forma solidária, com cafés solidários, com divisão de tarefas do trabalho, com recursos arrecadados através de vaquinhas, que possibilitaram a compra de ferramentas, mudas e envolvimento tanto de assentados quanto do povo da cidade. Aos poucos a gente foi vendo a importância disso e de envolver quem

receberia este alimento, então passamos a fazer trabalho de base em periferias onde gostaríamos de entregar os alimentos e envolver estas pessoas. Por várias vezes, as famílias que receberam estas as doações vieram contribuir no plantio, participar do processo de mutirão que também é um processo formativo. Na divisão de tarefas tinha gente que ia para a parte de irrigação, plantio, limpeza de terreno, buscar madeira. *As mulheres estavam envolvidas em todas elas.* E tinha mais tarefas do âmbito de organização do mutirão, que era da ciranda infantil, *pra cuidar das crianças que estavam presentes no plantio e também ser um espaço educativo-formativo de explicar o porquê que a gente estava ali. Trabalhar o plantio com as crianças, isso, em geral, era espaço de trabalho das mulheres. Tinham alguns companheiros, mas a maioria eram companheiras.* Tinha também a tarefa da cozinha, que era de preparar a nossa alimentação solidária que a gente compartilhava no término do mutirão. *Era uma tarefa coordenada por mulheres, mas a gente sempre se desafiava a envolver também homens em ambas as tarefas. Na cozinha a gente conseguia com mais frequência do que na ciranda, mas ambas as tarefas eram coordenadas por mulheres, ciranda e cozinha.* Na unidade de trabalho do mutirão tinha a coordenação de homem e mulher, mas hoje quem coordena o plantio solidário é uma companheira que sempre esteve na coordenação deste trabalho, que entende da agricultura e do trabalho prático. *As mulheres sempre foram muito presentes, eu inclusive era uma das coordenadoras gerais, acompanhava as cirandas e a gestão financeira e política do plantio, a outra companheira, que hoje coordena [cita outra dirigente da Região] que esteve também na coordenação dos projetos, responsável pelas tarefas formativas e de estudos, e ela coordenava essa dimensão do projeto junto com o coletivo formado por mulheres* (Saguaro)

Imagens 21 e 22 - Áreas do núcleo da Serra destinadas ao Plantio Solidário (2022)



Fonte: Arquivo pessoal de Saguaro

Não cheguei a participar dos mutirões nos assentamentos, mas tive uma experiência importante no dia 03 de setembro de 2022, durante uma iniciativa de expansão do plantio que envolveu diversas escolas de Juiz de Fora, incluindo a Creche Municipal Toninho Ventura, localizada no bairro Vale Verde. Nesse dia, minha família (companheira, duas crianças) e eu acordamos cedo e nos preparamos para um longo dia de sol, levando bonés, protetor solar, lanches e água. Também fomos orientados, por meio de um grupo de WhatsApp do projeto, a contribuir com alimentos para o café da manhã solidário. Levamos pão, queijo e suco e, antes de começar as atividades, foi servido um café variado. As crianças foram as primeiras a comer, seguidas pelos adultos.

Após o café, seguimos para a área da escola, onde as atividades de plantio começaram. Primeiramente, todos os voluntários se apresentaram e, em seguida, recebemos instruções básicas e as tarefas foram distribuídas: limpeza do terreno, preparo da terra, distribuição de mudas e irrigação do solo. Esse foi o início do projeto na escola. Enquanto os adultos trabalhavam no plantio (imagem 22), as crianças ficavam sob os cuidados das cirandeiros, responsáveis por atividades recreativas e educativas no pátio interno da escola, onde permaneceram até a etapa final (imagem 23). Nesse momento, as crianças receberam viveiros de mudas e se juntaram aos adultos para participar da plantação.

Imagem 23 - Preparação do terreno da Escola para o plantio (2023)



Fonte: Acervo pessoal

Imagem 24 - Ciranda das crianças (2023)



Fonte: Acervo pessoal

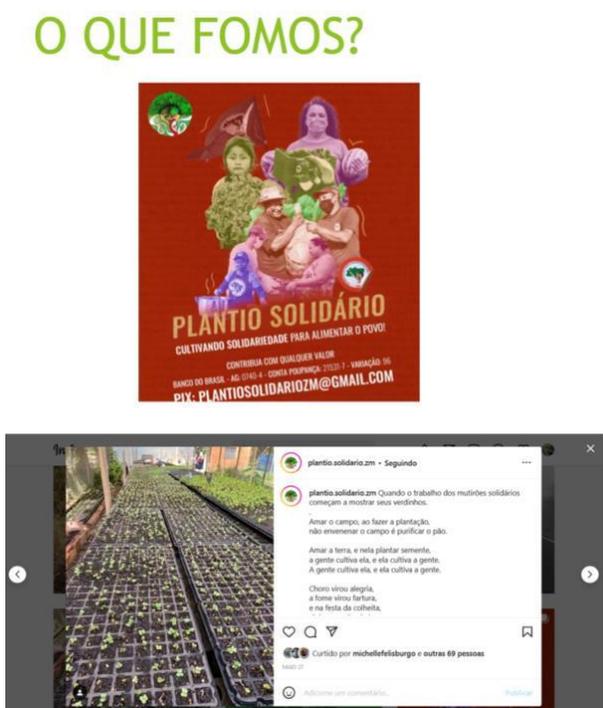
Ao final do plantio, foi servido um almoço preparado por mulheres, que incluiu um feijão tropeiro, com folhas de couve-flor no lugar da couve manteiga. Todos os alimentos livres de agrotóxicos, produzidos pelo assentamento. Findo o almoço, nós nos reunimos na porta da escola para uma mística que envolveu muitos adultos e crianças com música, instrumentos de

percussão, frases de ordem, explicações sobre a importância do consumo de alimentos saudáveis, a importância do MST na reforma agrária popular com a participação coletiva e solidária da comunidade.

O Plantio continua ativo, mantendo o formato original de sua criação. Os resultados apresentados referem-se ao ano de 2022, período em que foram realizados 30 mutirões, mobilizando mais de 500 pessoas. A iniciativa resultou na produção de mais de uma tonelada de alimentos para cerca de 55 famílias periféricas, majoritariamente negras, que também foram envolvidas no processo produtivo. Além disso, no mesmo período, foram arrecadados mais de 19 mil reais.

Imagem 25 - Slide do Projeto de Plantio Solidário (2022)

## O QUE FOMOS?



- ▶ Foram mais de 30 mutirões onde passaram mais de 500 pessoas;
- ▶ Mais de uma tonelada de alimentos produzidos e doados;
- ▶ Cerca de 55 famílias de bairros de Juiz de Fora envolvidas (maioria mulheres negras);
- ▶ Mais de 19 mil reais arrecadados, além projeto na escola Polivalente;
- ▶ Articulação com mais de 20 organizações de Juiz de Fora além de várias turmas da UFJF.
- ▶ Meta de produzir e doar 5 toneladas nos próximos meses;
- ▶ Meta de envolver 100 famílias.

Fonte: Acervo pessoal de Saguaro

O trabalho das mulheres no Plantio Solidário, revela a importância central da atuação feminina em projetos de resistência e solidariedade no Assentamento. A participação ativa das mulheres, tanto na execução quanto na coordenação de diversas atividades, evidencia a maneira como elas impulsionam iniciativas de transformação social por meio de práticas que combinam trabalho, educação e solidariedade.

A presença feminina está em todas as frentes do mutirão — do plantio à irrigação, da organização das cirandas infantis à cozinha solidária — como reflexo da capacidade de organização, mobilização e articulação. As mulheres assumem atividades que envolvem tanto o trabalho físico quanto o emocional intelectual e formativo.

Além disso, a gestão política e financeira do Plantio Solidário, também coordenada por mulheres, demonstra como elas estão à frente dos processos de tomada de decisão, desafiando, rompendo paradigmas que tradicionalmente relegam as mulheres ao espaço privado e doméstico. Essa liderança feminina não se restringe a tarefas específicas ou a atividades simbólicas, mas envolve a responsabilidade prática de conduzir o projeto e coordenar as dinâmicas coletivas.

Outro ponto crucial é o aspecto educativo que permeia a iniciativa. O envolvimento das mulheres na ciranda e na cozinha não se limita à execução das tarefas, mas está profundamente entrelaçado com a formação política e comunitária. Ao educar as crianças sobre o porquê do plantio solidário e ao incorporar práticas de cuidado na distribuição de tarefas, mobilizando a participação das comunidades envolvidas, as mulheres demonstram uma visão de transformação que passa pela construção coletiva de saberes e práticas. Ao envolver as famílias das periferias na lógica do plantio e da doação de alimentos, elas reforçam a ideia de que a solidariedade deve ser um processo ativo e inclusivo, desafiam estereótipos de gênero, assumido o protagonismo na construção de alternativas sustentáveis e solidárias para a agricultura e a vida no campo.

Todos esses projetos foram precedidos de estudos minuciosos que compreendiam levantamentos das situações concretas, métodos de organização, organização financeira, especificação de objetivos e perfis de atuação, além de divulgação dos resultados obtidos que nortearam ajustes e ações futuras e têm em comum a valorização do trabalho das mulheres, que organizam e mantêm as iniciativas em funcionamento. As mulheres que lideram no dia a dia das escolas cooperativas e plantio são responsáveis pela articulação de processos formativos, educacionais, produtivos e solidários, demonstrando que, embora a divisão de tarefas entre homens e mulheres persista, a organização coletiva e a resistência delas são fundamentais para a sustentabilidade e o sucesso dos projetos.

Essa valorização, inclusive, cria um espaço para a redistribuição de responsabilidades entre homens e mulheres, especialmente quando há esforços para incluir os homens em tarefas que antes eram vistas como "femininas", como a cozinha e o cuidado infantil, o que aponta tanto a persistência das desigualdades de gênero no campo quanto para as rupturas que as mulheres têm promovido. Elas desafiam a divisão sexual do trabalho ao assumir a liderança em

processos coletivos e produtivos, ao mesmo tempo em que enfrentam e tentam superar as barreiras impostas pelo individualismo masculino e pelos padrões de gênero que organizam a vida no campo. O protagonismo feminino na organização desses processos é um exemplo claro de rebeldia, o que demonstra a centralidade do trabalho das mulheres na construção de uma agricultura coletiva, solidária e transformadora.

É interessante perceber que as formas que as mulheres se reúnem, acolhem-se e se organizam dentro da comunidade também seguem um movimento de circulação de experiências, aprendizados mútuos e de reciprocidade, atentas para a continuidade dos ciclos de produção e reprodução de vida. Não segue, portanto, uma linearidade que as iguala, muito pelo contrário, renova-se e se enriquece nas diferenças. São elas que estão à frente dos projetos de educação no campo, de cuidados com a saúde coletiva, de diversificação na produção para renovação do solo e da autonomia alimentar, organizando os eventos sociais do movimento e as cirandas das crianças, que possibilitam a participação das mães nas reuniões locais, nas cozinhas coletivas, ativando redes de solidariedade.

Juntas, essas experiências revelam um ciclo de produção e reprodução que vai além da simples existência: é um processo dinâmico e contínuo de resistência e inovação. As mulheres do Assentamento Denis Gonçalves e das iniciativas correlatas não apenas cultivam alimentos, mas também semeiam esperanças e transformações, desafiando as normas estabelecidas e construindo, com suas ações e esforços, um futuro mais justo e sustentável. Por meio de suas lutas e conquistas, elas estabelecem um modelo de convivência que valoriza a autonomia, a solidariedade e a igualdade, reafirmando a importância do protagonismo feminino na (re)construção de comunidades.

### **13 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE TERRAS ANDANTES: A COLHEITA DE ESPERANÇAS**

O desenvolvimento desta pesquisa foi profundamente moldado por uma combinação de fatores que vão desde a minha trajetória profissional, marcada pelo contato com realidades rurais, até as memórias pessoais da infância em ambientes do sertão nordestino. Essas experiências trouxeram à tona as desigualdades materiais de gênero no campo, ao revelar as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras rurais que me fizeram imergir nas questões de gênero e ruralidades, unindo teoria feminista e vivências pessoais.

Minha abordagem explora lutas, resistências e vivências de mulheres assentadas por meio de suas histórias e trajetórias, em diálogo com os feminismos negros, decoloniais e comunitários. A partir de entrevistas e observações no Assentamento Denis Gonçalves, reinterpreto as lideranças e as organizações camponesas dessas mulheres, ultrapassando a rigidez das categorias teóricas que inicialmente trazia.

A análise foca na interação entre os corpos-territórios em que as vidas no campo se entrelaçam com as lutas políticas, desestruturando as fronteiras entre o público e o privado, o pessoal e o político. As mulheres do assentamento se engajam tanto nas atividades produtivas como no fazer político, dentro e fora de suas casas, refletindo a centralidade de suas ações para o MST. Assim, a pesquisa reconhece a complexidade dos processos de resistência, propondo uma compreensão plural e dinâmica das subjetividades e das lutas camponesas.

Essa pluralidade está presente nas experiências narradas e nas formas como essas mulheres constroem seus corpos-territórios, desafiando as categorias hegemônicas e propondo alternativas de existência e resistência. A pesquisa sugere que, ao invés de conclusões fechadas, o mais produtivo é refletir sobre as trajetórias delas, suas vivências e práticas cotidianas, observando como esses corpos em movimento se constituem a partir de suas múltiplas vivências e lutas.

No Assentamento Denis Gonçalves, as mulheres, com suas práticas coletivas, reconfiguram os espaços, desfazendo as amarras da exploração e recriando territórios de vida. Suas ações - nas escolas, nas cooperativas, nos plantios solidários, nas cozinhas coletivas, nas cirandas - são formas de existir e resistir, de transformar o mundo a partir do cuidado, da coletividade e da solidariedade. São, em si, revoluções silenciosas que questionam o capital, os patriarcados e o racismo.

Entrelaçadas pelo tempo, as mulheres do Assentamento Denis Gonçalves são terras que andam, histórias vivas que caminham com o peso de suas raízes e o brilho de suas lutas. De um

lado, estão aquelas que viram a ocupação nascer, testemunhas da transformação de uma fazenda excludente em espaço de resistência. Do outro, as que vieram com o movimento, trazendo a força da militância, desbravando novos horizontes.

Elas rompem os silêncios com gestos, olhares e palavras, reescrevendo suas trajetórias à medida que cultivam suas vidas e saberes. São territórios que se movimentam marcados pela colonialidade e que, com firmeza e resistência, constroem novas paisagens, novos mundos. Suas narrativas revelam um saber insurgente, um pensar e um sentir que brota da terra e desafia as velhas ordens.

A escolha de dar voz a essas mulheres é também a escolha de romper com a lógica da escrita formal, permitindo que gestos, memórias e silêncios ganhem espaço na construção de uma história coletiva. Assim, elas tecem seus fazeres comunitários e políticos, quando reivindicam lugares de poder e reconhecimento, não apenas no campo, mas em todos os espaços por onde tocaram seus pés.

Ao longo da história, as mãos que cultivavam a terra foram sendo exploradas de novas formas, à medida que o capitalismo transformava corpos e terras em mercadorias. A criação dos latifúndios cristalizou o controle dos detentores de poder sobre o campo, relegando famílias camponesas a jornadas exaustivas e isolamento, perpetuando relações de subserviência. Contudo, essas mesmas terras que um dia testemunharam tanta espoliação também são cenário de resistência. O MST, com sua luta, ecoa o grito de séculos, rompendo os grilhões invisíveis que ainda tentam aprisionar a terra e seus filhos e filhas.

Assim, o Assentamento Denis Gonçalves, herdeiro dessas histórias, revela que o futuro não está fincado nas injustiças do passado, mas na capacidade de reimaginar territórios de vida e luta. A história do campo, marcada por cercamentos, violência e exploração, é também uma história de reterritorialização, uma vez que os esquecidos se recusam a desaparecer. Mesmo diante de cercas visíveis e invisíveis, essas gentes resistem, lembrando que a invisibilidade é uma forma de apagamento, e o esquecimento, um caminho para a inexistência.

A luta por terra e reforma agrária, central ao MST, ganha contornos mais profundos quando abraça as reivindicações femininas. As mulheres que, por tanto tempo, foram relegadas a uma segunda categoria, reivindicam seu lugar nas decisões, nas pautas e nas ações. Suas lutas não são meramente econômicas, mas existenciais; não apenas de classe, mas também de gênero e raça. Assim, as mulheres do campo vão tecendo sua emancipação, em um processo que feminiliza a terra, que a desembranquece e a faz florescer.

Nos gestos silenciosos e invisíveis das mulheres, em suas jornadas pelo campo, cozinha e quarto, repousam a verdadeira essência da produção, subvalorizada pelo capital, mas essencial

para a vida. A luta de classes, outrora limitada ao embate capital/trabalho, precisou abrir espaço para as reivindicações de raça e gênero.

A conquista por reconhecimento, titularidade da terra, os direitos previdenciários e o acesso ao crédito representaram seus primeiros passos. Elas agora escrevem sua própria história, reivindicam seu lugar, não só na terra, mas também na política, nas assembleias e nas decisões que regem suas vidas. A luta das mulheres do MST, amparada por feminismos negros, camponeses e decoloniais, revelou a interseção entre exploração capitalista e opressão de corpos racializados e generificados. As batalhas por equidade foram tecidas na resistência cotidiana e na busca por uma transformação coletiva.

Hoje, nas terras que cultivam, as mulheres tomam a palavra, ocupam os espaços e compartilham a liderança. A luta que, antes, centrava-se apenas na terra, agora abraça a justiça social em sua totalidade, entrelaçando direitos com a força de vozes que, juntas, constroem uma nova forma de existir. As mulheres seguem galgando espaços, rompem as barreiras que as limitavam, desafiam o patriarcado e afirmam sua presença não apenas na luta, mas na própria vida. Com os ventos da mudança, a semente da paridade de gênero floresce e o campo, outrora cenário de silenciamento, transforma-se em solo fértil para a emancipação.

No calor das disputas e nas trevas da incompreensão, as ocupações, antes vistas como invasões, revelam-se atos legítimos de busca por justiça social. A batalha pelo assentamento da Fazenda de Sant'Anna, coroada pela homenagem a Denis Gonçalves, simboliza a persistência de uma resistência que não se rende às etiquetas de criminalidade. As notícias, tecidas com preconceitos e distorções, tentam apagar a verdade da luta coletiva e do esperançar. Na luta pela reterritorialização, onde o acesso a terra é mais do que uma posse, mas uma recuperação do que foi tirado e uma afirmação da autonomia sobre os corpos, as mulheres se erguem como protagonistas.

No entrelaçar das histórias e dos projetos, o trabalho materno e comunitário se revela como um ativismo profundo, unindo teoria e prática, e demonstrando que a verdadeira revolução se faz na construção diária de uma vida digna e solidária. As mulheres, com suas mãos de terra, reescrevem as regras, transformam o cotidiano e desafiam as fronteiras da opressão.

No cotidiano dessas mulheres, vislumbro estratégias de defesa de corpos-territórios, traçadas por meio da (re)organização coletiva dos espaços de convivência. Espaços que se erguem como oásis de cuidado, autonomia comunitária e educação intergeracional, envolvendo crianças, jovens, adultos e idosos em um ciclo de aprendizado e solidariedade.

A (re)configurações do Assentamento Denis Gonçalves, desde a fase de acampamento até o assentamento definitivo, espelha a transição de uma coletividade unida pela resistência para uma realidade em que a individualidade ameaça ofuscar o espírito coletivo. A esperança reside na capacidade de transformar cada pedaço de terra em um símbolo de cooperação e pertencimento, desafiando as velhas narrativas e reescrevendo a história com novos paradigmas de justiça e união. A divisão dos lotes, como peças de um jogo, espalha os corpos e os destinos em um mosaico que parece repetir a história antiga de segregação, um eco de velhas práticas de controle, contraposta pelas tramas das mulheres da terra que, em uma espécie de abraço coletivo, promovem um chamado à solidariedade. Reencontram-se, entrelaçam memórias e saberes, espaços onde a esperança se planta e o coletivo se edifica, desafiando as distâncias e as divisões, renovando a promessa de uma vida em que a terra e os corpos são lares de todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Carlos. **Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson e GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CABNAL, Lorena. (2010). Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario* (pp. 10 – 25). Acsur-LasSegovias.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos e MENDES, Fábio Faria. A Colonização dos Sertões do Leste Mineiro: Políticas de Ocupação Territorial num Regime Escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História, FAFICH/UFMG*, jul./1988, p.137-150.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social.** Editora Unesp. Edição do Kindle, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Sociedade e Estado. V.31.n.1, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2022.

COLOMBO, André e CORRÊA, Ângelo. “Cavernas da Babilônia” Narrativas e Intervenções: vestígios funerários pré-coloniais na microrregião de Juiz de Fora. *Cadernos do LEPARRQ Vol.XI| N°21|2014 (UFPEl)*

COSTA, Maria da Graça. **Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeministas e decoloniais.** In: ROSENDO, D., OLIVEIRA, F. A. G., CARVALHO, P., KUHNEN, T. A. (Orgs.), *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais.* Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019.

COSTA, Maria da Graça. **Meu corpo é meu território: mulheres em defesa do bem viver na cidade.** Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2023.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen. Miradas ch’ixi desde la historia andina.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil**. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: UNESP, 2010.

DU BOIS, W.E.B. **As Almas do Povo Negro** [Tradução de Alexandre Boide]. São Paulo: Veneta, 2021.

ESMERALDO, Gema Galgani. **Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades**, 2007. Disponível em: <[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52421/1/2007\\_eve\\_gglesmeraldo](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52421/1/2007_eve_gglesmeraldo)>.

FARIA, Marisa de Fátima Lomba. **Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** (MST), 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308085912\\_ARQUIVO\\_MARISA\\_LOMBA\\_DE\\_FARIAS\\_14.06.2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308085912_ARQUIVO_MARISA_LOMBA_DE_FARIAS_14.06.2011.pdf)

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servorlo de Medeiros e PAULILO, Maria Ignez (orgs) **in Lutas componesas contemporâneas, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo**. Vol.2. São Paulo: UNESP (FEU), Ed. Kindle, 2009.

GALEANO, Eduardo H. **De pernas pro ar; a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Zahar. Edição do Kindle, 2020.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Lamparina. Edição do Kindle, 2020.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz e JIMÉNEZ, Manuel Bayón (orgs) **Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas** (Portuguese Edition). Elefante. Edição do Kindle, 2023.

KRENAK, Ailton. **chamado humanidade. Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo. Ed: Companhia das Letras. 2019. Edição do Kindle.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2019.

LUGONES, Maria. **Colonialidade de Gênero**. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). In: Pensamento feminista de hoje perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo decolonial**. Revista Estudos Feministas, 22(3), Dez, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

MEDEIRO, Leonilde. **Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX**. In: CARTER, Miguel. São Paulo: Ed. Unesp. Edição Kindle, 2010.

MELLO, Soraia Carolina; ZANDONÁ, Jair; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres de luta: feminismos e esquerda no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras da invenção da docência**. Salvador: EDUFBA, 2020.

NASCIMENTO, Maria Beatriz; **O negro visto por ele mesmo** /organizado por Alex Ratts; posfácio de Muniz Sodré; texto de Bethania Nascimento Freitas Gomes. São Paulo: Ubu Editora, 2022, 240 pp.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Ed. Clasco, 2005.

ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio A. G.; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Tânia A. (orgs.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Ape'Ku. Edição do Kindle, 2019.

SANTOS, Iolanda Araújo F., & PICOLOTTO, Everton L. **Sem mulher a luta vai pela metade: mulheres, feminismo e política no MST**. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2019.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**. Bazar do Tempo. Edição do Kindle, 2021.

SILVA, Felipe Maia Guimarães da. **Questão agrária e modernização no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Naiara Thais Alves de Souza e SANTOS, Altair Sancho **Pivoto dos Santos. Para Gelar a Alma dos Vivos: Lugar de medo na Fazenda da Fortaleza** de Santa'anna, Goianá, MG. Territorium Terram, v.06, Número Especial 1, 2023 ISSN 2317-5419. revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Geografia.

SOUZA, Wellington José Cunha de. **MST a luta e a conquista da terra: a experiência educativa do Assentamento Denis Gonçalves**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2019.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

TORRES, Nelson Maldonado. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspóric**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

ULLOA, Astrid, **Feminismos Territoriales en América Latina: Defensas de la vida frente a los extractivismos**. Revista Nómadas 45. Págs 123-139. Universidade Central - Colombia (outubro, 2016).

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora. Edição do Kindle, 2019.

VOLCEAN, Tamiris. **Mulheres assentadas: mães de todas as lutas**. São Paulo: Editora Feminas, 2022.

WOLFORD, Wendy. **Assentamentos do MST em Pernambuco: identidade e resistência**. In: CARTER, Miguel. São Paulo: Ed. Unesp. Edição Kindle, 2010.